

LEANDRO COELHO MAGALHÃES

**O CÂMPUS UNIVERSITÁRIO
COMO EQUIPAMENTO SINGULAR DO MEIO URBANO**

Ensaio em Três Rios, Brasil

MESTRADO INTEGRADO EM ARQUITETURA E URBANISMO



**FACULDADE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA
PORTO-2014**

LEANDRO COELHO MAGALHÃES

**O CÂMPUS UNIVERSITÁRIO
COMO EQUIPAMENTO SINGULAR DO MEIO URBANO**

Ensaio em Três Rios, Brasil

MESTRADO INTEGRADO EM ARQUITETURA E URBANISMO



**FACULDADE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA
PORTO-2014**

O CÂMPUS UNIVERSITÁRIO
COMO EQUIPAMENTO SINGULAR DO MEIO URBANO

Ensaio em Três Rios, Brasil

Leandro Coelho Magalhães

Assinatura

Trabalho apresentado à Universidade Fernando Pessoa como parte dos requisitos
para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo

Orientador:

Professor Doutor Luís Pinto de Faria

SUMÁRIO

Os Câmpus são aqui compreendidos como um equipamento de singular potencial na estrutura urbana, onde diferentes espaços e visões interagem com a sociedade de maneira única.

Este trabalho compreende de que modo este equipamento pode influenciar o desenvolvimento urbano e de que forma pode contribuir para moldar o seu entorno, percebendo nele um importante promotor de desenvolvimento urbano e humano.

Servindo-se do município de Três Rios, no Estado do Rio de Janeiro, Brasil, como área de ensaio dos impactos gerados pela inserção de um Câmpus Universitário no seu território, propõe-se pensar como tratar estas influências, gerir e melhor usufruir dos seus potenciais, analisando que verdadeiros proveitos tirar e como convergir este equipamento numa ligação “sócio urbana positiva”.

Para este ensaio é feita uma análise prévia de três diferentes câmpus e das cidades onde se inserem. Tais câmpus e cidades estão distribuídos entre o Brasil e Portugal, de modo a beneficiar dos sucessos de cada uma delas e conseqüentemente dos acertos das políticas de cada cidade e país.

Palavras-chave: Câmpus, Equipamentos Urbanos, Políticas Públicas, Três Rios, Ensino Superior em Três Rios, Universidade de Aveiro, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Universidade Federal de Juiz de Fora.

ABSTRACT

The Campuses are understood as equipments with unique potential in the urban structure, where different spaces and views interact with society in a unique way.

This paper shows how this equipment can influence urban development and how it can help to shape his surroundings, realizing it as an important promoter of urban and human development.

Serving up the city of Três Rios, in the State of Rio de Janeiro, Brazil, as a test area of the impacts generated by the insertion of a University Campus in its territory, it proposes to think about how to treat these influences, how to better manage and enjoy their potential, considering that real income convergence and how to take this equipment on a "positive socio-urban" link.

For this test, there is a prior analysis of three different campuses and the cities where they are located. Such campuses and cities are distributed between Brazil and Portugal, so that we can take from them the benefits of each and consequently the successes of the policies of each country and city.

Keywords: Campus, Urban Equipments, Public Policy, Três Rios, Higher Education in Três Rios, University of Aveiro, University of Trás-os-Montes and Alto Douro, Federal University of Juiz de Fora.

DEDICATÓRIA

Não seria do meu desejo, ou tão pouco justo, partir de mim uma dedicatória direcionada e marcada pela citação de nomes ou pessoas. Afinal, não tomo este trabalho como meu, mas sim como um fruto da comunhão de todos os que acreditaram e acreditam em mim e nos meus sonhos, muitas vezes com uma força maior do que a minha; pessoas que ajudaram a construir este percurso da minha vida; pessoas hoje presentes e também pessoas que, por diferentes razões, não estão comigo fisicamente, mas que me transmitiram valores e carinho que sempre serão levados comigo, familiares, mestres, amigos e mesmo alguns desconhecidos que, mesmo sem perceber, estiveram nessa jornada.

É com estas pessoas, que sempre me inspiraram, acreditaram e nunca duvidaram das minhas capacidades e dos meus sonhos, que divido a alegria deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Um especial agradecimento ao Professor Doutor Luís Pinto Faria, orientador da presente dissertação, professor e coordenador do curso de Arquitetura e Urbanismo, por todo o apoio, disponibilidade e partilha de conhecimentos e pelo incentivo constante no decorrer deste processo e do meu percurso académico. O seu apoio me trouxe até aqui.

À Universidade Fernando Pessoa, na figura do Excelentíssimo Senhor Reitor Professor Salvato Trigo, pelo exímio empenho e dedicação no que diz respeito à criação de todas as condições que melhorem a qualidade desta instituição.

Aos professores e docentes do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, Universidad Alfonso X El Sabio de Madrid e da Univerdade Fernando Pessoa. Universidades ao qual estudei ao longo deste percurso pelo respeito, partilha de conhecimentos e apoio ao longo destes anos.

Ao Arquiteto e Amigo Professor Paulo Cesar Lourenço pela disponibilidade e ajuda a todo o momento da minha carreira académica.

Ao Professor Celso Alencar Ramos Jacob pelo auxílio e a atenção dada neste trabalho.

À Arquiteta e Amiga Gisele Tinoco que com seu carinho e atenção sempre se mostrou prestativa a construção da minha carreira.

À Secretaria de Cultura e Turismo de Três Rios em especial ao Amigo e Secretário de Cultura e Turismo João Marcos Gomens de Pinhos, pelo carinho e simpatia com que sempre me recebeu e pela disponibilidade em fornecer o máximo de informação necessária para a realização do meu estudo.

Um agradecimento especial ao Prefeito Vinícius Mederiros Farah, pela atenção e pelo seu apoio incondicional, incentivo, amizade e disponibilidade demonstrados neste e nos demais projetos com ele partilhados.

ÍNDICE GERAL

I - INTRODUÇÃO	1
I.1 - Apresentação do tema de Estudo	1
I.2 - Metodologia	3
I.3 - Objetivos	5
II - O CÂMPUS COMO EQUIPAMENTO DE DESENVOLVIMENTO URBANO	6
II.1 - Definição de Espaço Público.....	6
II.2 -A Política Pública Brasileira	7
II.3 -Equipamentos Urbanos.....	9
II.4 -Evolução de Conceito de Câmpus	13
II.4.i - Universidade na Idade Média	13
II.4.ii - Universidade no Renascimento.....	16
II.4.iii- College Britânicos	17
II.4.iv- Câmpus Urbanos	19
II.4.v - Câmpus Universitario Autónomo - Estados Unidos	21
II.4.vi- Câmpus Universitário Integrado	22
II.4.vii - Tabela Evolução dos Modelos de Câmpus Universitário	25
III - TRÊS UNIVERSIDADES E AS SUAS INFLUÊNCIAS	26
III.1 - Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro - Vila Real	27
III.1.i - Enquadramento Histórico	27
III.1.ii - Chegada da Universidade.....	30
III.1.iii - O Câmpus	31
III.1.iv - Análise das Influências	33
III.2 - Universidade de Aveiro – Aveiro	37
III.2.i - Enquadramento Histórico da Cidade	37

III.2.ii	- Chegada da Universidade.....	39
III.2.iii	- O Câmpus	40
III.2.iv	- Análise das Influências	42
III.3	- Universidade Federal de Juiz de Fora - Juiz de Fora.....	44
III.3.i	- Enquadramento Histórico da Cidade	44
III.3.ii	- Chegada da Universidade.....	46
III.3.iii	- O Câmpus	47
III.3.iv	- Análises das Influências.....	50
III.4	- Tabela Comparativa das Instituições.....	52
IV	- TRÊS RIOS: HISTÓRIA, CARACTERIZAÇÃO E EVOLUÇÃO URBANA	53
IV.1	- História	55
IV.2	- Geografia	58
IV.3	- Caracterizações Económica	60
V	- O ENSINO SUPERIOR EM TRÊS RIOS	63
V.1	- O Princípio da Educação Superior em Três Rios.....	63
V.2	- As Primeiras Instalações.....	65
V.3	- A Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - Seropédica	67
V.4	- O Ensino Superior chega a Três Rios.	69
VI	- ENSAIO	74
VI.1	- Motivação e Escolha do Sítio.....	74
VI.2	- Meios Sustentáveis à Concretização do Projeto	78
VI.3	- Valorização Espacial e Ambiental	82
VI.4	- Câmpus Parque	84
VI.5	- Sistema Viário.....	88
VI.6	- Influências Local e Regional: Dificuldades e Benefícios	90
VI.7	- Diretrizes Espaciais do Câmpus Parque em Três Rios	95
VI.7.i	- Área de Preservação Permanente.....	98

VI.7.ii	- Câmpus Universitário	100
VI.7.iii	- Parque da Cidade	104
VI.8	- Projetos Complementares.....	106
VI.8.i	- Revitalização do Eixo Câmpus Centro	106
VI.8.ii	- Alça de Ligação entre Estrada União Indústria e Rodovia BR040	111
CONCLUSÕES.....		114
BIBLIOGRAFIA.....		117

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Resumo da Evolução dos Modelos de Câmpus Universitário (Fonte: Autor, 2014).....	25
Tabela 2: Comparativo dos dados das Instituições UTAD ;UA e UFJF (Fonte: Autor, 2014).....	53
Tabela 3:: Dados geo-social do Município de Três Rios (Fonte: IBGE_ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010)	62

ÍNDICE DE IMAGEM

Imagem1: Gravura, reunião de acadêmicos no séc XII. (Fonte: http://revistaescola.abril.com.br , 2014).	15
Imagem 2 : Vista aérea da atual Universidade de Coimbra- composição entre os antigos e novos edifícios. (Fonte: http://guitarradecoimbra.blogspot.com.es , 2006).	17
Imagem 3: Vista aérea da atual dos College de Oxford (à direita) e sua relação com a cidade (à esquerda). (Fonte: http://www.ox.ac.uk/visitors , 2014).	18
Imagem4: Mapa da distribuição da Universidade do Porto. (Fonte: http://slideplayer.com.br , 2014).	19
Imagem5: Vista aérea câmpus Universidade da Virginia. (Fonte: http://www.danaddisonphotography.com , 2014).	22
Imagem 6: Vista aérea do câmpus da Universidade de Federal de Juiz de Fora, relação com cidade.(Fonte: http://www.ufjf.br/portal/universidade/ufjf/ ,2014).	23
Imagem 7: Evolução do edificado em Vila Real. (Fonte: Domingues, Alvaro. Cidade e democracia, 2006).	29
Imagem 8: Distribuição espacial do câmpus da UTAD. (Fonte: Autor, 2014).	32
Imagem 9: Jardins da Reitoria, câmpus da UTAD. (Fonte: http://www.cidesd.utad.pt/ , 2014).	33
Imagem 10: Relação entre o câmpus da UTAD, Vila Real e outros equipamentos de interesse. (Fonte: Autor, 2014).	35
Imagem 11: Relação da estrutura ambiental, o câmpus da UTAD e a Cidade. (Fonte: Autor, 2014).	36

Imagem 12: Evolução do edificado em Aveiro. (Fonte: Domingues, Alvaro. Cidade e democracia, 2006).	38
Imagem 14: Fotografia aérea câmpus da UA. (Fonte: Domingues, Alvaro. Cidade e democracia, 2006).	40
Imagem 13: Fotografia aérea câmpus da UA. (Fonte: Domingues, Alvaro. Cidade e democracia, 2006).	40
Imagem 15: Distribuição espacial do câmpus da UA. (Fonte: Autor, 2014).	42
Imagem 16: Relação entre o câmpus da UA, Aveiro e outros equipamentos de interesse. (Fonte: Autor, 2014).	44
Imagem 17: Avenida Barão do Rio Branco 1970. (Fonte: Arquivo Municipal de Juiz de Fora).	46
Imagem 18: Avenida Barão do Rio Branco 2010. (Fonte: Arquivo Municipal de Juiz de Fora).	46
Imagem 19: Obras do câmpus da UFJF 1969. (Fonte: Universidade Federal de Juiz de Fora).	48
Imagem 20: Planos para Cidade Universitária da UFJF 1965. (Fonte: Universidade Federal de Juiz de Fora).	48
Imagem 21: Distribuição espacial do câmpus da UFJF. (Fonte: Autor, 2014).	49
Imagem 22: Relação entre o câmpus da UFJF, a cidade de Juiz de Fora e outros equipamentos de interesse. (Fonte: Autor, 2014).	51
Imagem 23: Localização Geografica de Três Rios. (Fonte: Wikipédia, editado pelo Autor, 2014).	54
Imagem 24: Primeiro traçado urbano de Três Rios princípio do séc. XX. (Fonte: Arquivo- Secretaria de Cultura de Três Rios, 2014).	56

Imagem 25: Travessia do Rio Paraíba do Sul em, Três Rios - Caminho de Ferro (esquerda), Estrada União Indústria (direita); princípio do séc. XX. (Fonte: Arquivo-Secretaria de Cultura de Três Rios, 2014).....	57
Imagem 26: Povoado e a Estação de Entre-Rios, no princípio do séc. XX. (Fonte: Arquivo- Secretaria de Cultura de Três Rios, 2014).	57
Imagem 27: Mapa do entroncamento rodoviário de Três Rios, e suas principais vias conectoras (Fonte: editado pelo Autor, 2014).	59
Imagem 28: Arq. Oscar Niemeyer, Leonel Brizola e Darcy Ribeiro na apresentação do projeto do CIEP. 1983 (Fonte: http://www.viomundo.com.br , 2014).....	64
Imagem 29: Ruínas das instalações da UERJ.(Fonte: Celso Jacob, 2004, p.46).....	66
Imagem 30: Câmpus da UFRRJ na cidade de Seropédica .(Fonte: Google Earth, 2014).	68
Imagem 31: Primeiro vestibular FETRI/UFRRJ (Fonte: Celso Jacob, 2004 p.66).....	70
Imagem 32: Aula inaugural da FETRI/UFRRJ (Fonte: Celso Jacob, 2004 p.66).....	70
Imagem 33: Edfício atual da UFRRJ-Instituto Três Rios (Fonte: Autor, 2014).	72
Imagem 34: Edfício anexo Colegio Walter Franklin (Fonte: Autor, 2014).	72
Imagem 35: Esquema das três diferentes estruturas do câmpus e sua localização na cidade. (Fonte: Autor, 2014).....	77
Imagem 36: Foto, resquício de Mata Atlântica no terreno (Fonte: Autor, 2014).....	77
Imagem 37: Projeto do Parque Corgo em Vila Real (Fonte: Pólis Vila Real, 2004)	84
Imagem 38: Parque e Rio Corgo em Vila Real (Fonte: Autor, 2014).	85
Imagem 39: Foto aérea do Câmpus da UFJF (Fonte: UFJF, 2010).....	87

Imagem 40: Posicionamento da área proposta para o Câmpus em relação a malha viária e os municípios próximos. (Fonte: Autor, 2014).....	88
Imagem 41: Esquema do posicionamento dos municípios da Microrregião de Três Rios. (Fonte: www.citybrazil.com.br , 2014)	89
Imagem 42: Terreno para o projeto e o traçado viário (Fonte: Autor,2014).....	96
Imagem 43: Esquema da distribuição do projeto pela topografia do terreno (Fonte: Autor, 2014)	97
Imagem 44: Esquema da distribuição das áreas verdes pelas diferentes cotas. (Fonte: Autor, 2014)	98
Imagem 45: Foto de um percurso pedonal na Mata Atlântica Brasileira (Fonte: Autor, 2012).....	99
Imagem 46: esquema de distribuição espacial do projeto (Fonte: Autor, 2014).....	101
Imagem 47: Concurso Público Nacional de Projeto Arquitetônico – UNIFESP (Fonte: Vinicius Hernandez de Andrade and Marcelo Morettin, 2006).....	102
Imagem 48: Foto uma maquete que demonstra o edificado integrado a topografia (Fonte: Revista Vitruvius, s.d.)	103
Imagem 49: Fotografia do local escolhido para a criação do parque (Fonte: Autor, 2014).....	104
Imagem 50: Esquema comparativo de áreas verde dos câmpus (Fonte: Autor, 2014)	105
Imagem 51: Esquema do traçado do eixo e as zonas periféricas apartir de imagens do Google Earth, (Fonte: Autor, 2014).....	107
Imagem 52: Simulação da RJ-151 após sua revitalização da (Fonte: Autor, 2014).....	110
Imagem 53: Fotografia da situação atual da Estrada RJ-151 em Santa Terezinha (Fonte: Google Earth, 2013)	110

Imagem 54: Esquema com a demarcação da alça viária proposta (Fonte: Autor, 2014)
..... 111

Imagem 55: Estrada RJ-151 no cruzamento o centro do Município de Comendador Levy
Gasparian (Fonte: Google Earth, 2014)..... 112

ÍNDICE DE SIGLAS

A	Refere-se a Auto Estradas, como Auto Estrada número um, número vinte e cinco, entre outras.
APP	Área de Proteção Permanente
BR	Refere-se a Rodovias, como a Rodovia Brasil número zero quarenta, a Rodovia Brasil número cento e trinta e cinco.
CECIERJ	Centro de Ciências e Educação Superior
CEDERJ	Centro de Educação a Distância do Estado do Rio de Janeiro
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CEJA	Centro de Ensino de Jovens e Adultos
CIEP	Centro Integrado de Educação Pública
CNEPA	Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas
CRITT	Centro Regional de Inovação e Transferência de Tecnologia
EUI	Estrada União Indústria
FAA	Fundação André Arcoverde
FAETEC	Fundação de Apoio à Escola Técnica
FEBEM	Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor
FETRI	Fundação Educacional de Três Rios
FLUBEM	Fundação Fluminense do Bem-Estar do Menor
Gols	Grandes Projetos Urbanos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IC	Itinerário Complementar de Portugal refere-se a autoestradas, como o Itinerário Complementar numero um.
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

INEA	Instituto Estadual do Ambiente
IP	Itinerário Principal de Portugal refere-se a autoestradas, como o Itinerário Principal número quatro.
MEC	Ministério da Educação e Ciência antigo Ministério da Educação e Cultura
MG	Estado de Minas Gerais, também faz referência às autoestradas do Estado.
N	Refere-se à autoestrada Nacional de Portugal
NUT	Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
OMS	Organização Mundial da Saúde
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PIB	Produto Interno Bruto
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNV	Plano Nacional de Viação
PT	Partido dos Trabalhadores
RJ	Estado do Rio de Janeiro; refere-se também às autoestradas do Estado, como a Rio de Janeiro numero cento e cinquenta e um.
SECT	Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia
SECT	Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia
SUS	Sistema Único de Saúde
UA	Universidade de Aveiro
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFFRJ	Universidade Federal Fluminense do Rio de Janeiro
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UTAD	Universidade Trás-os-Montes e Alto Douro

I - INTRODUÇÃO

I.1 - Apresentação do tema de Estudo

As Universidades são, há séculos, espaços sonhados e desejados por cidadãos e cidades como locais onde as pessoas transformam pessoas por meio de conhecimentos e convívios. Esta troca faz do Câmpus Universitário um espaço singular no que diz respeito pensar humano e ao seu meio, criando um contato distinto, vivido num momento pontual de transformação civil dos seus utentes.

Na procura da resposta de como um equipamento pode influenciar o desenvolvimento urbano onde se insere, este estudo elege o Câmpus Universitário por se tratar de um equipamento singular capaz de moldar o seu entorno, vendo nele um importante espaço de desenvolvimento urbano. Este espaço tão ilustre afeta a vida dos que ali convivem e poderá exercer um importante impacto sobre o meio onde se insere, com capacidade de se tornar num equipamento de extremo potencial na transformação urbana e humana, solucionando “cicatrices” urbanas e sociais em seu redor.

Os Câmpus possuem uma estrutura intrigante, unindo diferentes faculdades num espaço único, bem como diferentes pensamentos e visões, inserindo nas cidades um novo e distinto espaço com tamanha identidade e força capaz de trespassar os seus limites físicos.

O estudo das relações entre o Câmpus e as cidades é aqui analisado por parte do autor, tendo em conta a sua deambulação durante mais de seis anos por estes dois países, sendo-lhe assim possível fazer uma leitura dupla com o acréscimo da troca de experiências.

A escolha de cada relação deu-se devido à facilidade em conseguir informações sobre os casos analisados. Entretanto, poucos investigadores se debruçaram sobre o tema, de modo que o presente estudo pretende iniciar uma discussão preliminar sobre o assunto e não ser apenas um trabalho de pesquisa bibliográfica, mas também uma análise da dinâmica da relação urbana e dos impactos de cada projeto sobre a urbe.

Este trabalho propõe-se a pensar o tratamento destas influências, a gerir e melhor usufruir dos seus potenciais, analisando os verdadeiros proveitos a tirar e ainda como convergir este equipamento numa ligação sócio-urbana positiva, servindo-se do município brasileiro de Três Rios, no Estado do Rio de Janeiro, como área de ensaio dos impactos gerados pela inserção de um Câmpus Universitário no seu território.

A escolha de Três Rios, cidade natal do autor, como local de ensaio é justificada pelo profundo conhecimento da sua realidade, vendo na recente discussão política aberta acerca da instalação de um câmpus universitário no seu território, as bases para o estudo das influências deste equipamento universitário na cidade.

Analisa-se assim de que modo a relação desse equipamento associado a outros espaços pode constituir forças capazes de configurar o meio envolvente e de influenciar a qualidade de vida dos que o habitam. Procuo que se compreenda o projeto, não só como uma construção física, mas também como uma contribuição urbana para a sociedade e para os seus utentes, levando em consideração os impactos urbanísticos que transformam o espaço em questão.

Alargando a discussão com referências portuguesas, pode assim gerar-se um debate sócio cultural enriquecedor para o caso brasileiro da cidade de Três Rios, que está em fase de apreciação tendente a uma concretização.

O ensaio trata da necessidade de pensar a construção de um câmpus universitário no município de Três Rios, com propósito de uma colaboração na procura de um espaço capaz de atender os atuais e futuros anseios de desenvolvimento da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, que pretende expandir seu pólo Universitário na cidade.

Juntam-se aos anseios da UFRRJ os da Prefeitura de Três Rios, que também procura o melhor local para atender a necessidade do município na criação de uma de área verde de lazer, assim como a criação de uma área ambiental de proteção permanente.

Deste modo serão analisadas as problemáticas e a pesquisa procurará encontrar a melhor solução para este desafio, atendendo às características próprias dos espaços a serem criados.

A escolha do sítio de implementação de um futuro câmpus na cidade de Três Rios visa garantir uma grande área verde para a cidade, associada a projetos que passariam a complementar-se tornando o empreendimento sustentável, com potencial de transformação em diferentes escalas, desde a ambiental-local à sócio regional. Promete ainda associar uma importante área de lazer para a população, conferindo uma maior qualidade de vida à região.

A idéia, assim, é formar uma grande área verde para a cidade, dentro das discussões políticas vigentes. A isto, se junta à necessidade de preservar parte da já quase inexistente floresta da região de Mata Atlântica, constituindo esta um eixo para alavancar o projeto.

I.2 - Metodologia

Com a intenção de entender o tema abordado, a pesquisa inicial passou, essencialmente, pelo repertório bibliográfico existente acerca da relação entre equipamentos urbanos e a urbe.

A pesquisa particularizou o câmpus universitário como equipamento, selecionando três cidades que dele dispõem, estudando exaustivamente as suas relações. O tratamento desta informação e o seu estudo permitiram extrair os conhecimentos necessários para realizar um ensaio numa quarta cidade. O estudo dos casos tomados como exemplo apoia-se numa recolha objetiva de informação, a partir de diferenciadas fontes, tais como documentos, revistas, livros, jornais, dados estatísticos, registro fotográfico e análise do edificado. Nessa busca por informações foi muito importante o recurso à observação “in loco”, o estudo de plantas atuais e históricas, bem como os diálogos com pessoas diretas ou indiretamente ligadas ao desenvolvimento, concretização e gestão dos espaços aqui analisados.

Com a intenção de entender o tema abordado recorreu-se a uma pesquisa diversificada seguindo a escolha da análise de três diferentes cidades, duas portuguesas (Vila Real e Aveiro) e uma brasileira (Juiz de Fora) que por diferentes motivos exemplificam a integração entre o Câmpus Universitário e a urbe, analisando através dos mesmos

pontos os diferentes comportamentos para que estes pudessem servir de base a um ensaio para a cidade de Três Rios.

O presente estudo divide-se em três partes. A primeira parte analisa o câmpus universitário enquanto equipamento urbano singular. A segunda parte avalia a experiência de três diferentes cidades com a inserção de um câmpus universitário no seu território, o comportamento desta inter-relação câmpus-cidade, o processo de consolidação à malha urbana e os seus possíveis impactos na sociedade.

Optou-se pela análise da relação de três Câmpus, (UTAD - Universidade Trás-os-Montes e Alto Douro, UA - Universidade de Aveiro e UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora) sobre os respectivos municípios (Vila Real, Aveiro e Juiz de Fora), procurando confirmar ou desacreditar algumas das características que parecem acompanhar a discussão destes projetos e as suas influências na malha urbanística sobre um olhar social.

Na escolha das diferentes urbes citadas teve-se em conta a relação que estas estabelecem com seu câmpus universitário e a importância que este equipamento teve para o seu desenvolvimento. Assim, as três cidades apresentadas apresentam particularidades facilmente identificáveis que nos fornecem uma boa visão sobre a forma como um equipamento pode afetar uma cidade com maior ou menor sucesso, sendo capaz de catalisar forças urbanas que forneçam à urbe uma perspectiva de desenvolvimento.

Num terceiro momento, estuda-se a cidade de Três Rios e ensaia-se sobre ela a instalação de um câmpus tomando por base as experiências dos casos anteriormente estudados, na intenção de se projetar um formato responsável que atenda às necessidades sócio urbanísticas de uma cidade em desenvolvimento.

I.3 - Objetivos

O objetivo dessa análise é confrontar os Câmpus Universitários e a sua inserção na malha urbanística, na procura de referências comuns às relações de câmpus/sociedade; procurar um projeto apoiado em moldes existentes que possa servir de base para uma concretização bem-sucedida de um Câmpus atual na cidade de Três Rios; levar à realidade do meio urbano e social local a análise, para que possa transpor um estudo de casos, possibilitando gerar um estudo de enquadramento numa nova proposta. Pretende o autor conseguir um ideal de relação coesa na gestão de equipamento público no câmpus.

Ensaia-se partir dessas informações a ideia de um Câmpus que passe para além das Universidades, capaz de transformar pessoas, cidades e paisagens. Dentro do espaço proposto, analisa-se a inserção de um Câmpus Universitário Integrado, numa área verde, tentando atender neste equipamento a três necessidades atuais do município de Três Rios: O Câmpus, O Parque Urbano e a Área Verde de Proteção Permanente.

II - O CÂMPUS COMO EQUIPAMENTO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

II.1 - Definição de Espaço Público

É importante para a condução de uma pesquisa que trata da avaliação de espaços públicos no meio urbano, alinhar variáveis que façam o relacionamento do ambiente com “(...) a função (tipo de utilização), a ambiência (salubridade e conforto ambiental) e o comportamento (usos e fenômenos), observando a adequação dos espaços públicos sob esses três aspetos.” (Cunha, 2002).

Como propõe Cunha (2002), avaliações dos espaços públicos podem revelar como essas áreas contribuem com a qualidade ambiental dos setores urbanos adjacentes. Fatores relativos à localização da área no sítio urbano, a forma e dimensão, disposição dos equipamentos e mobiliário, usos e funções, fatores de salubridade e conforto e fatores de comportamento dos usuários na utilização das áreas, configuram o panorama da realidade desses espaços, que poderão ser comparados com os padrões constantes na legislação e planos urbanos municipais.

Para que seja possível avaliar um espaço público no meio urbano é necessário rever os conceitos, as denominações, as classificações existentes e analisar a evolução desses espaços na história do urbanismo. As definições dos requisitos de qualidade ambiental da tipologia urbana a ser avaliada são importantes para o traçado do quadro amplo e atualizado, sob o ponto de vista do planejamento, das funções e usos destes espaços na hierarquia urbana.

Tendo como ideal que o desenho urbano tenha uma direção, surge a necessidade de que a cidade possa ser regida, atualmente, como um espaço gerido por modelos que colaborem em vários aspetos com a própria cidade. Para a elaboração de um espaço público de lazer em meio a um centro urbano, em pleno século XXI, é urgente que haja intervenções pontuais. Estas questões são abordadas por autores como Jaime Lerner (Lerner, 2003), que tornou indispensável o entendimento de como esses espaços de lazer e essas intervenções promovem alterações mais amplas e interligadas à malha urbana, exatamente porque se tornaram um grande confronto estratégico, resultado de como as relações desses projetos com a sociedade podem interagir e o quanto é a

importante a necessidade de resposta que a população espera de quem planeia e organiza estes espaços.

Estas questões são de grande importância, principalmente no Brasil, onde houve vários períodos em que se notou a proximidade a tanta desigualdade social e económica, onde direitos estabelecidos pela Constituição Federal Brasileira de 1988 têm-se limitado ao mais importante, como os direitos de todos à cidadania e dignidade. De acordo com o artigo 1º da Constituição Brasileira, nos incisos I e II, respectivamente, um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil é de construir uma sociedade livre, justa e solidária, e erradicar a pobreza e a marginalização, além de reduzir as desigualdades sociais e regionais, como está fundamentado no artigo 3º incisos I e II, respectivamente (Subchefia para assuntos jurídicos da Casa Civil da Presidência da República do Brasil, 2010).

É importante o entendimento de como são oferecidos pelas cidades os serviços sociais e o acesso sem limitações a todos eles. Na Europa, por exemplo, há uma presença de parques e áreas de lazer que a comunidade não tem receio de frequentar. No Brasil, em parte pela violência e atos de depredação, houve um período de descuido com estas áreas, mas as atuais políticas públicas já se voltam para estas zonas com um novo olhar.

II.2 -A Política Pública Brasileira

Com a ocupação colonial, o Brasil adapta-se aos modelos urbanos e arquitetónicos definidos pela Coroa Portuguesa. Desde então que estes modelos, recriados para seguir os estilos então vigentes na Corte, explicam como se formaram os processos sociogeográficos durante o tempo colonial até aos nossos dias.

A análise da arquitetura deste período oferece “olhar” para fora das cidades, uma vez que o modelo colonial espelhava a Corte de maneira significativa, na busca de uma identidade. Este “olhar” demonstra a necessidade clara das classes em afirmar os seus interesses políticos.

Com isto, podemos afirmar que a cidade parte de um centro de importância para regiões periféricas, de acordo com a permissão de serviços ligados às mesmas.

Este ideal colonial volta a ser pensado no princípio do século XX, fortalecido por “pensamentos neocoloniais” de figuras importantes na criação da atual visão sobre políticas públicas no Brasil. Urbanistas como Lúcio Costa (Costa, 1997) e o arquiteto e engenheiro Ricardo Sever foram os principais percussores dos argumentos em ideologias neocoloniais, sendo que os seus pensamentos fortaleceram elos arquitetônicos luso-brasileiros. Pode compreender-se que a referência política urbana portuguesa foi sempre elemento fundamental na consolidação da atual política pública brasileira.

“(...) Sem dúvida contribuiu [a administração] para delimitar essa diferença o fato de a construção de cidades ter sido um elemento fundamental para a dominação espanhola na América e que, ao contrário, a ocupação urbana portuguesa de terras brasileiras teve um interesse marginal ou subsidiário em um projeto eminentemente rural, ou nem mesmo rural, de exploração das riquezas naturais. Além disso, durante o período colonial, o caráter centralizador do sistema de capitânicas hereditárias não abriu espaço para um poder político municipal substantivo. Porém, algumas normas presentes nos códigos lusos são importantes para a definição posterior de uma ordem urbanística brasileira” (Rolnik, 1997, p. 17).

O caminho de políticas públicas brasileiras procura extrair respostas mais coesas para avançar nos modos de ver a produção do espaço urbano e regional. Já nos anos 30 a arquitetura Moderna brasileira consolidou o sentido de modernidade que marcou o país no seu processo inicial de estudo urbano, no desejo de espelhar a industrialização substitutiva de importações, período que se estendeu até o golpe militar de 1964.

Com este panorama, a habitação era entendida também como uma questão político-ideológica e garantiu que as classes mais favorecidas se mantivessem nos centros das cidades brasileiras, onde se nota espaço da riqueza e do poder. No desenvolvimento da época somou-se a necessidade de alojamentos e construção de equipamentos nas periferias em apoio ao processo de industrialização e expansão urbana, que trouxeram grandes levas de trabalhadores para as cidades.

Na transformação e desenvolvimento das cidades brasileiras o processo de globalização trouxe a ideia de reestruturação que se iniciou nas cidades e foi apoiado pelo sistema de cidades globais, que buscavam diálogos entre as classes e a identificação das grandes

concentrações urbanas. A análise histórica mostra que houve a necessidade de entender a reorganizar do espaço.

A década de 90, o modo de entender a cidade por parte do poder público e das agências que lhe dão suporte financeiro mais uma vez é alterado, sem poder deixar de responder aos compromissos dos períodos anteriores, mas sempre acrescentando novos. Começava no Brasil aquilo que, substituindo a gestão urbana, agora se definia por uma Gestão Ambiental Urbana (a terceira fase). O discurso e a preocupação com o social do período anterior agora são divididos, compartilhados ou colocados em oposição aos interesses ambientais. A despeito desse anúncio de divisão de prioridades, o problema ambiental na cidade, muitas vezes, ainda continua sendo enfrentado, com poucos resultados, pelos pressupostos de uma ecologia urbana mais tradicional, que procura, simples ou utopicamente, o equilíbrio e a adaptabilidade do morador urbano com o meio ambiente, por meio de políticas públicas do poder local (Ultramari, 2006, p. 21).

II.3 -Equipamentos Urbanos

Segundo Ferrari (1977), chamam-se equipamentos urbanos as obras e serviços, sejam públicos ou de utilidade pública, que permitam a plena realização da vida de uma população.

Esses equipamentos urbanos compõem todas as construções, elementos ou estabelecimentos que integram a paisagem urbana capaz de apresentar uma utilidade pública para uma determinada população.

Segundo a lei federal 6.766/79 conceitua equipamentos comunitários e urbanos da seguinte maneira:

- a) Consideram-se comunitários equipamentos públicos de educação, cultura, saúde, lazer e similares;
- b) Consideram-se urbanos os equipamentos públicos de abastecimento de água, serviços de esgoto, energia elétrica, coleta de águas pluviais, rede telefônica e gás canalizado.

Com essa lei podemos verificar que os equipamentos urbanos são de utilidade da sociedade para uma melhor qualidade de vida, podendo ser implantados pelo setor público, privado e de parceria público-privado.

O equipamento escolhido para apresentação neste trabalho, o câmpus universitário, insere-se, portanto, na categoria de equipamento urbano comunitário tanto pela sua componente educacional, mas também como espaço de cultura e lazer.

Para Couto (1981), os equipamentos urbanos comunitários desempenham uma importante função para o equilíbrio social, político, cultural e psicológico de uma população, pois funcionam como fator de escape das tensões geradas pela vida contemporânea em comunidade.

Um dos grandes problemas urbanos contemporâneos pode ser caracterizado como a implantação e administração dos equipamentos urbanos comunitários existentes nas cidades. No caso brasileiro ocorreu um rápido crescimento populacional urbano nas últimas décadas, que provocou nas cidades que não se encontravam preparadas para este fenómeno uma infinidade de problemas. A rápida expansão demográfica unida à ausência de planejamento urbano levou a um crescimento acelerado e descontrolado do perímetro urbano. Este crescimento trouxe consigo profundas alterações sociais e estruturais no espaço urbano.

As cidades na sua maioria não foram capazes de acompanhar o crescimento urbano com a criação das infraestruturas urbanas necessárias e aquelas que já existiam ficaram sobrecarregadas, tornando-se obsoletas e ineficientes. A dimensão do problema torna-se clara quando olhamos para os números: na década de 60, aproximadamente 50% da população brasileira vive em área rural. No censo de 2000, realizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), esse número era de apenas 19 %. Assim, mais de 80% da população brasileira vive em área urbana e esse fenómeno não tem dado mostras de desaceleração.

Segundo Hogan e Vieira (1995):

A sociedade brasileira sofreu um dos impactos mais dramáticos da história republicana ao transferir em 39 anos 2/3 de sua população do campo para as zonas urbanas... À degradação da vida urbana, com fenómenos variados de contaminação de solo, ar, das águas nas zonas metropolitanas e nas áreas de expansão da industrialização no interior do país, se junta ao esgotamento de recursos naturais em regiões de grandes projetos (mineração, barragens, etc.) (Hogan e Vieira, 1995, p. 20).

Da sobrecarga dos equipamentos urbanos existentes e da falta de novos decorreram diversos problemas para as cidades brasileiras como a sua favelização, problemas de trânsito e no transporte, educação, saneamento básico, saúde, influenciando de modo negativo a qualidade de vida nas cidades.

A descentralização e/ou desconcentração de serviços e equipamentos públicos é uma questão de suma importância. Seguem-se problemas como os sucessivos deslocamentos para outras áreas (bairros, cidades vizinhas etc.), sobrecarregando a infraestrutura destinada a uma determinada quantidade de pessoas. Ao mesmo tempo, uma fiscalização deficitária sobre diversos empreendimentos e atividades pode igualmente agravar ou desencadear uma piora na qualidade de vida da população, por mau uso ou uso excessivo de equipamentos públicos.

Salvuarda a Constituição Federal no seu art. 182 que diz:

A política de desenvolvimento urbano, executada pelo poder público municipal, conforme diretriz geral fixadas em Lei tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes (art. 182 Constituição Federal Brasileira de 1988).

O objetivo, portanto, deve ser somente um: o de promover o bem-estar da população e garantir que os equipamentos urbanos atendem o fim ao qual se propõem, de modo a que sejam capazes de satisfazer as necessidades e elevar a qualidade de vida das pessoas residentes numa determinada região e na cidade como um todo.

Torres (*op.cit.*) afirmam que para que os equipamentos urbanos comunitários funcionem adequadamente, devem-se observar três pontos:

- Conservação e manutenção, incrementando e otimizando a prestação de serviços, aproveitando as instalações em sua total capacidade;
- Reestruturação dos edifícios e instalações a fim de oferecerem melhores serviços dentro de um contexto dinâmico e implantando inovações;
- Produção de novas unidades, em localizações adequadas e dimensionadas para cobrir as necessidades ainda não satisfeitas, levando em conta os desejos da sociedade e considerando as tendências do crescimento demográfico.

Isto significa que não basta somente implantar um equipamento urbano comunitário sem ter em atenção o local de implantação, os materiais a serem utilizados, os projetos executivos e os cuidados relativos à sua manutenção e conservação. Cada equipamento urbano comunitário possui suas características e funções próprias. Eles tornam-se fundamentais para organizar e qualificar o meio urbano e constituem, devido às suas características ou importância, uma referência para os habitantes da cidade.

O desenvolvimento dos espaços comunitários urbanos deve ser, portanto, proporcional ao crescimento das cidades possibilitando que estas disponibilizem condições de vida aos seus habitantes, assim como a disponibilidade de locais para o seu desenvolvimento, das suas práticas sociais e comunitárias, que são inseparáveis à vida em sociedade.

Segundo Ferrari (1977), a existência das redes de infraestrutura urbana nas cidades é tão antiga como as mesmas, uma vez que forma parte indissolúvel delas, onde a infraestrutura urbana pode ser conceituada como um sistema técnico de equipamentos e serviços necessários ao desenvolvimento das funções urbanas, podendo estas funções ser vistas sob os aspectos social, econômico e institucional. Chamam-se então de infraestruturas equipamentos urbanos, obras e serviços, sejam públicos ou de utilidade pública, que permitam a plena realização da vida de uma população.

Conclui-se assim que a infraestrutura urbana e os seus equipamentos visam promover adequadas condições de moradia, saúde, trabalho, educação, segurança e lazer, proporcionando os meios necessários ao desenvolvimento das atividades político-administrativas, entre os quais se inclui a gerência da própria cidade.

Barcellos (2002) cita que no planejamento da gestão urbana, as decisões focam diretamente a infraestrutura urbana, onde tais questões são amparadas por políticas municipais que determinam o desenvolvimento urbano ou se ainda haverá crescimento físico ou não de uma área urbana.

Os equipamentos urbanos implantados num lugar geram uma série de processos, sendo que, entre eles, se destaca a valorização da terra devido ao Programa de Infraestrutura, que nem sempre é distribuída de forma igualitária: umas áreas são desprovidas até mesmo de água canalizada e esgoto, enquanto outras possuem-nas de uma forma super

dimensionada, elevando o valor imobiliário devido à quantidade e também qualidade desses equipamentos, ampliando as desigualdades.

Uma visão mais social do assunto pode garantir um melhor equilíbrio destes investimentos, contribuindo para uma valorização mais igualitária, evitado “lacunas” sociais e urbanas.

II.4 -Evolução de Conceito de Câmpus

O termo câmpus determina uma extensão de terreno que pode estar isolada da trama urbana ou nela estar inserida. Neste local demarcado e limitado levantam-se os edifícios das instituições de educação superior. Através de sua configuração espacial atende-se a funções específicas dentro de cada área destas instituições. Dentro de uma organização pública de ensino, pesquisa e extensão ou, como precisa Calvo-Sotelo (2007), está a preocupação em dar maior importância à relação entre qualidade da educação superior e a qualidade dos espaços físicos nos quais se realiza o “papel transcendental da universidade”, qual seja, “a educação integral do ser humano”.

A evolução dos câmpus universitários pode ser demonstrada por um percurso histórico que caracteriza o papel desempenhado pelas universidades e os respectivos modelos de câmpus universitários.

II.4.i - Universidade na Idade Média

Desde a Idade Média, com o surgimento das primeiras estruturas de ensino, uma antevisão do que viriam a ser as futuras universidades até os dias atuais, é possível analisar e identificar várias tipologias de câmpus universitários e distintas maneiras de como essas interagem com a estrutura da cidade, traçando diretrizes arquitetônicas e urbanísticas, fruto destas relações. Com o intuito de observar em que medida esses equipamentos influenciaram ou determinaram as estruturas urbanísticas e arquitetônicas dos espaços inseridos, avaliamos o desenvolvimento do espaço Universitário.

Para tal avaliação, foi preciso estudar as condicionantes do surgimento das universidades europeias no período medieval, em meados do século XII e sua posterior evolução. Do claustro ao Câmpus universitário contemporâneo, as universidades “residiram” em sua história nas mais diversas estruturas espaciais.

O desenvolvimento cultural e urbano Europeu tem sua retoma, segundo historiadores, por volta do século XII, resultado do crescimento demográfico ocidental. Com tal crescimento, as cidades diferenciam-se da tradicional estrutura das vilas, geridas por estruturas senhoriais e monásticas, não só por sua relevância populacional, mas, sobretudo, por oferecer aos que ali viviam condições sociais, econômicas e políticas completamente novas.

Este desenvolvimento desestabiliza o monopólio senhorial e da igreja, abrindo caminhos principalmente ao uso da escrita, fomentando a criação de escolas para o ensino das técnicas de leitura, escrita e cálculo, acarretando a expansão das formações artísticas, jurídicas, médicas e comerciais.

Para tal, o papel dos mestres passa a ter destaque, o que traz consigo a criação das primeiras escolas que futuramente darão luz às atuais universidades. Nas primeiras escolas, os mestres encontravam os estudantes em diversos espaços improvisados para ensinar, utilizando por vezes a própria casa dos mestres, como salas de aulas adaptadas.

Quando são criadas as primeiras universidades, entre as quais se destacam as de Bolonha, Paris, Oxford e Montpellier, elas funcionam em qualquer local, na casa do mestre ou em uma sala por ele alugada, em oficinas, em igrejas ou qualquer outro ambiente onde fosse possível reunir alunos, poucos móveis e o professor. Não possui um edifício específico, um lugar definido construído para cumprir seus objetivos; praticamente não aparecem como lugar ou instituição nas cidades (Pinto; Buffa, 2009, p. 1).

A igreja passa a ter um papel paralelo, por vezes financiando estudos e fornecendo espaços, principalmente para as assembleias e cerimônias universitárias. Com o contínuo aumento da vida urbana, cresce o número de estudantes, por consequência, de mestres. Muitos deles passam a utilizar como espaço de estudo as próprias hospedarias para onde iam viver estes alunos iniciando uma nova estrutura, mais integrante. Com o

aumento constante da procura do ensino, as hospedarias passaram a espaços de moradia e ensino, sendo este o principal expoente da universidade medieval.

Algumas imagens das primeiras universidades medievais mostram alunos sentados frente a frente e, ao fundo, em posição de destaque, o professor. Esse arranjo da sala é bastante adequado à prática pedagógica de ouvir e, sobretudo, de discutir. Dada à ausência de prédios próprios, as assembleias, os debates solenes, os exames e as cerimônias universitárias realizavam-se em conventos ou igrejas. (Verger, 1990, p. 51)



Imagem1: Gravura, reunião de acadêmicos no séc XII. (Fonte: <http://revistaescola.abril.com.br>, 2014).

A Universidade de Coimbra distingue-se por ter sido uma instituição que surge por iniciativa do governo e desta forma o processo de introdução na dinâmica urbana foi dada através de uma edificação própria. Este é um dos primeiros exemplos de uma instituição que não surge da espontaneidade da vida cultural da Idade Média, mas sim do planejamento dos poderes centrais. No caso de Coimbra, a presença da Igreja manteve uma participação na sua concepção e doutrina durante muitos anos.

Em Salerno, na Itália o primeiro centro de estudos formou-se no século XI. As unidades de Bolonha e de Paris e mais tarde as de Oxford e Montpellier, constituíram-se como instituições chamadas de espontâneas, surgidas da iniciativa de corporações de discípulos e mestres, enquanto que a universidade de Coimbra surgiu em 1290 por uma iniciativa papal e real (Ribeiro, 2008, p. 52).

II.4.ii- Universidade no Renascimento

O número desses espaços de ensino ou “universitas” aumenta assim como crescem as cidades onde os mestres lecionavam, trazendo consigo a necessidade de um espaço novo, que incluía salas adequadas quer a atividade letiva, quer a bibliotecas, quer a reuniões. Assim, no século XV, temos já espaços concebidos expressamente para a satisfação destas novas exigências.

Como uma forma de controlar e disciplinar o número crescente de estudantes em algumas cidades, bem como de resolver um grave problema, o da moradia, as administrações locais, ao longo do século XV, passaram a obrigar os 5728 alunos, exceto os nobres, a inscreverem-se ou nas hospítias ou na pedagogia, conforme suas condições financeiras, e a morar nessas casas até o final de seu período de aprendizado. Algumas cidades como Bolonha e Paris eram particularmente prósperas e ofereciam, além de produtos agrícolas (alimentação), segurança física e liberdade acadêmica, bens preciosos para estudantes e mestres aí se estabelecerem. O comércio tornara-se intenso e necessitava-se de mão de obra para os vários negócios e serviços. Para essas cidades, dirigia-se um maior número de mestres que abriam novas salas de ensino. Consequentemente, aumentavam, assim, os estudantes, novos consumidores, que eram bem vindos e recebiam tratamento especial de toda a comunidade (Pinto; Buffa, 2009, p. 5).

Desordenadamente, as cidades desenvolviam-se aumentando as distâncias e diversificando as suas especialidades. Não faziam já parte de uma única zona central, Habitação, serviços e comércio, começando a espalhar-se pelo território, dada a nova configuração que as cidades passaram a adquirir. Passa então a ser mais apropriado, principalmente para os mestres, utilizar as próprias hospedarias para ministrar os seus ensinamentos. Ali estavam já reunidos todos os alunos, as despesas do espaço já estavam pagas, liberando assim este vínculo à casa do mestre.

Aos poucos, salas independentes passaram a ser instaladas nessas hospedarias que, com pequenas reformas e mudanças, transformaram-se em espaços de ensino e moradia para estudantes e mestres que aí viviam sob a direção de um principal. Criadas em fins do século XII, essas hospedarias, a partir do momento que passam a abrigar também o ensino, constituem o gérmen do colégio medieval. (Gal, 1969, p. 50)



Imagem 2 : Vista aérea da atual Universidade de Coimbra- composição entre os antigos e novos edifícios. (Fonte: <http://guitarradecoimbra.blogspot.com.es>, 2006).

II.4.iii - College Britânicos

Os College Britânicos, que para além do modelo apresentado nas demais estruturas típicas do século XV, apropriam-se de parte ao totalmente de edifícios religiosos medievais, edificações que com seus pátios centrais, permitiam o crescimento de novas estruturas edificadas, ainda que os espaços fossem transformados para incorporar novas funções, a fim de que os estudantes ali ficassem em sistema de internato.

Há aqui a salientar o caso Britânico, Universidades Britânicas como a Universidade de Cambridge (1209) e os Colleges como Merton College de Oxford (1264) e o New College de Oxford (1379 o Gonville and Caius) College também em Cambridge (1557), São universidades que apresentam configurações formais similares àquelas das primeiras universidades, porém as hospedarias acabam por estar integradas na estrutura edificada, enfraquecendo muitos dos vínculos entre os estudantes e a cidade.

Os estudantes deixam de “pertencer” à vida urbana, no que se refere à proximidade da instituição à vida do estudante, que embora inseridas na malha urbana não se integram necessariamente na vida da cidade, uma vez que não estabelecem fluxos contínuos entre si e o meio urbano.

Deste modo, os colleges caracterizavam-se como grandes edifícios inseridos nas cidades, mas não necessitavam obrigatoriamente de ser abertos ao seu espaço coletivo. No entanto, com o aumento da dependência urbana das universidades, no século XVI, em Cambridge, no Gonville and Caius College (1557), deu-se uma mudança na disposição do pátio, que passou a facear a cidade num de seus lados, separado por um muro e, com isto, a estrutura passou a contar com um pátio de três lados, aumentando assim, ainda que discretamente, a sua relação com o espaço urbano.



Imagem 3: Vista aérea da atual dos College de Oxford (à direita) e sua relação com a cidade (à esquerda). (Fonte: <http://www.ox.ac.uk/visitors>, 2014).

[...] localização dos colleges e halls de Oxford (...) explicita com clareza essa mescla entre cidade e os diversos edifícios da Universidade. Esse não é um caso isolado; praticamente, em todos os países europeus, essa inter-relação com a cidade era comum. O território da escola definia-se por cada um dos seus edifícios e não por um sítio, isto é, uma área delimitada, fechada e apartada da cidade. As escolas se integravam na malha urbana e constituíam elementos de seu crescimento (Pinto; Buffa, 2009, p. 34).

Essa configuração agregou, com o passar do tempo, novas transformações, como novas áreas, e gerou grandes volumes inseridos na malha urbana. Embora viessem a caracterizar a identidade dessas cidades, estes novos espaços contíguos acabavam por se relacionar mais visualmente com a cidade, não possibilitando a permeabilidade da malha urbana nos seus espaços, relacionando-os aos outros usos urbanos.

II.4.iv - Câmpus Urbanos

Procura-se enfatizar nesse objeto a relação que o mencionado conjunto estabelece com o espaço público, bem como as características que permitam a articulação desses câmpus à cidade, como seu elemento requalificador.

Tais características dos Câmpus urbanos abertos identificam-se como exemplos na conformação da atual estrutura da Universidade de Coimbra ou da Universidade do Porto, onde se destacam as qualidades urbano-arquitetónicas, que permitem propagar o vínculo das suas instalações à estrutura urbana.

- A coexistência com o património edificado;
- Desenvolvimento de novas identidades para a área e revitalização do espaço urbano;
- Polarização do meio inserido;
- Intensificação de novos percursos públicos;
- Permeabilidade do Câmpus;
- Rutura das fronteiras entre espaço público e privado;

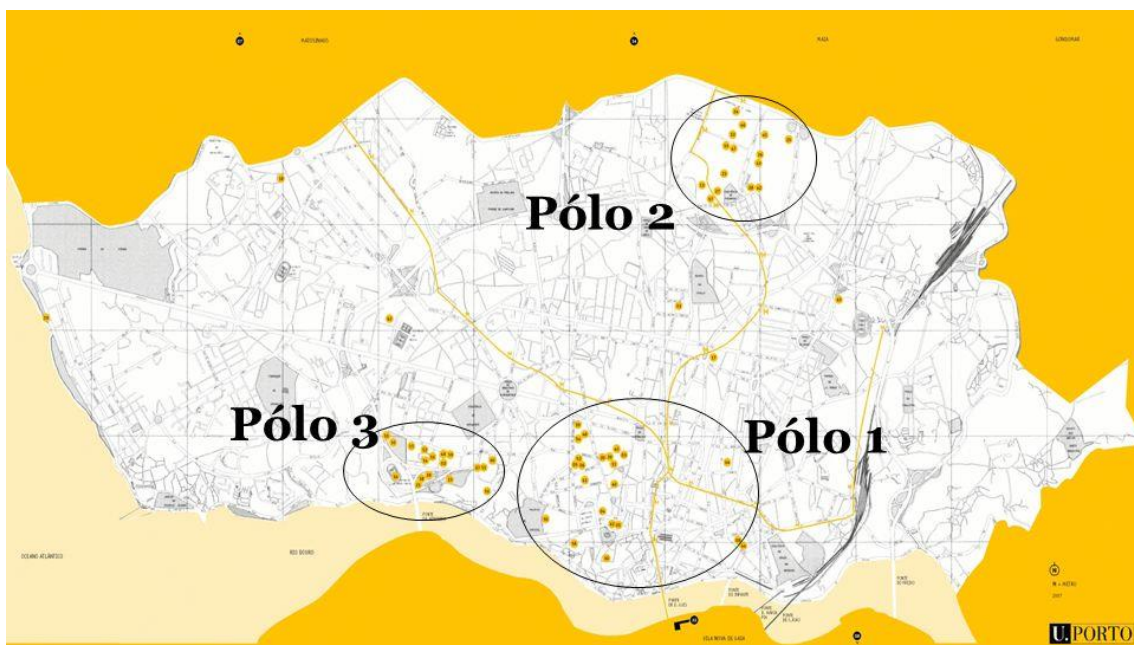


Imagem4: Mapa da distribuição da Universidade do Porto. (Fonte: <http://slideplayer.com.br>, 2014).

No caso dos Câmpus Urbanos, a estrutura da universidade encontra-se novamente inserida na malha urbana e, ainda que de maneira claramente dispersa, a sua estrutura é difícil de perceber visualmente, miscigenando-se a outras edificações da cidade. A antiga estrutura da Universidade do Porto, inserida no centro da cidade, configura hoje o “Pólo 1” da sua estrutura.

Percebemos, ao analisar as suas estruturas, que mesmo na atualidade a instituição optou por estruturar novos Pólos entrelaçados a zonas estruturantes da cidade do Porto.

Em termos de ensino e sociedade, esse tipo de escolas acompanhou todas as mudanças vigentes e é nelas visível o modelo de câmpus urbano adotado, que pode ser definido como aberto, potencializando o fluxo contínuo e a circulação. Por esse motivo, integrando-se perfeitamente ao tecido urbano que já existente, as características do câmpus urbano aberto possibilitam observar a requalificação do espaço urbano, através de suas propriedades espaciais e, ainda, da criação de espaços coletivos.

Este modelo ressurge reforçado pelas instituições privadas, que procuram atender a população mais próxima, inserindo-se numa zona o mais central possível e, em alguns casos, havendo a necessidade de verticalizarem pelos custos imobiliários das zonas centrais.

As universidades estão novamente inseridas na malha urbana, mas o complexo edificado aproveita o espaço da cidade como o seu ambiente externo e coletivo, provendo certa interdependência, na qual usos como alojamentos e espaços esportivos se localizam no espaço urbano. No caso do Câmpus da Universidade do Porto e da Universidade Fernando Pessoa, distribuído em pólos distintos, os edifícios universitários têm alguns dos seus usos não incorporados nos seus espaços internos, mas utilizam outros dispersos, que não são e nem foram criados unicamente para os usos da universidade.

Nas décadas posteriores, a educação superior cresceu consideravelmente e foi incrementada com a abertura cada vez mais frequente das Universidades Privadas. Segundo Neumann (2000), fortalece a presença do modelo Câmpus Urbanos nas cidades:

(...) as universidades privadas, contrariando a proposta de campi universitários autônomos, isoladas da cidade, expandiram-se abraçando o modelo de campus urbano. As universidades privadas, que tiveram uma expansão enorme nas últimas décadas, seguiram o caminho inverso, expandindo suas instalações na malha urbana, seja em grandes edifícios verticais e/ou pequenas casa próxima umas das outras, mas sempre em regiões muito bem servidas pelo sistema de transportes. Esse conjunto também é denominado campus (Neumann, 2000, p. 61).

II.4.v- Câmpus Universitario Autónomo - Estados Unidos

O câmpus universitário autónomo ou Cidade Universitária consiste numa grande área delimitada fora da malha urbana, que contém edifícios integrados, mas que, ao mesmo tempo, se encontram dispersos nesse território. Os modelos de câmpus universitários com estas características ficaram mais conhecidos posteriormente como “americanos”, por se tratar de tipologia que foi adotada nos EUA. Esta estrutura é baseada em escolas britânicas, mas com uma nova visão territorial. Não são fechados em edifícios, mas ficam restrita a um espaço territorial que contém todas as valências necessárias, autonomia para a vida académica, independente do núcleo urbano. Como o Câmpus de Massachusetts (1636) da Universidade de Harvard, este modelo configura-se por grandes territórios que possuem todos os equipamentos necessários, autónomo, só foi realizado concretamente nos Estados Unidos. Porém, alguns Câmpus com as mesmas características podem, com o passar dos anos, ser absorvidos pela malha da cidade, como o próprio Câmpus de Massachusetts, que mantém hoje as suas condições autónomas, mas estando visualmente envolto pela cidade, não sendo mais um espaço isolado.



Imagem5: Vista aérea câmpus Universidade da Virginia. (Fonte: <http://www.danaddisonphotography.com>, 2014).

Estes tipos de ambiente influenciaram diversas construções de câmpus na América Latina, tal como o Câmpus da Universidade de Brasília (1960), inserido num terreno fora dos limites urbanos. A sua conceção envolve o planeamento de grandes espaços vazios entre os edifícios, uma praça central, sendo as áreas para serviços gerais e residências de alunos reservada às margens do câmpus.

II.4.vi - Câmpus Universitário Integrado

O câmpus Integrado é o modelo mais amplamente utilizado nas universidades latino americana, sendo também o modelo mais adotado pelas universidades portuguesas, Luiz António Cunha afirma que até o fim do Estado Novo, os principais paradigmas eram os dos países europeus. A partir daí, as universidades norte-americanas, prestigiadas pela contribuição tecnológica que deram ao esforço de guerra, tornaram-se o principal modelo para a universidade brasileira (Cunha, 1983, p. 151).

No que diz respeito à sua organização espacial, a cidade universitária ou câmpus universitário acabaram por definir o mesmo espaço, com os mesmos objetivos. O Câmpus Universitário Autônomo era, talvez, a aspiração inicial dos primeiros câmpus instalados no Brasil, com um núcleo com a capacidade de oferecer ensino, mas também de abrigar centros de pesquisa, acolher alunos e professores, oferecer, enfim, todos os serviços que qualquer cidade oferece. Todavia, isso não acontece.

Os serviços que os câmpus brasileiros oferecem – mesmo nos maiores, são restritos e deficientes. Os alojamentos para estudantes oferecem poucas vagas e não há moradia para os professores. Serviços, como transportes, só funcionam com regularidade nos dias úteis e supermercados e outros comércios necessários à subsistência são raros e, na maioria dos casos, inexistentes. Os câmpus brasileiros não são autossuficientes; dependem ainda e muito das cidades em que estão localizados e o termo cidade universitária não passa de uma aspiração que nunca se realizou.



Imagem 6: Vista aérea do câmpus da Universidade de Federal de Juiz de Fora, relação com cidade.(Fonte: <http://www.ufjf.br/portal/universidade/ufjf/>,2014).

Câmpus Integrado seria o conceito mais apropriado. Trata-se de um território fechado, com administração independente e que abriga espaços de ensino, aprendizagem e pesquisa. Reúnem alguns poucos serviços fundamentais como refeitórios, farmácias, reprografia, papelaria e praticamente só isso. Nos casos brasileiros o modelo por falta de verbas necessárias, este ideal foi sendo sempre posposto e nunca realizado.

Em Portugal já se percebe a vontade da integração dessas estruturas a cidade, mesmo mantendo-se como espaço reservado, é um equipamento dependente da vida urbana.

Sob o especto de sua relação com a cidade, a universidade brasileira, antes formada por faculdades isoladas e unidades administrativas dispersas nas áreas centrais urbanas, inaugurou um novo período. O Câmpus como novo modelo espacial estabeleceu novos padrões de relacionamento universidade versus cidade, caracterizados, dentre outros fatores, por um afastamento físico e social em relação às comunidades urbanas dos municípios que as receberam (Souza, 2013, p.18).

II.4.vii - Tabela Evolução dos Modelos de Câmpus Universitário

A tabela abaixo é apresentada de forma a criar um percurso resumido da evolução das diferentes tipologias de câmpus universitário. Apresentando o modelo, século de surgimento das primeiras instituições, exemplos a serem destacados pelo trabalho e um resumo de suas características e seu comportamento urbano.

MODELOS	SURGIMENTO	EXEMPLOS	CARACTERÍSTICAS
Universidade na Ide Média	SÉC.XII	Universidade de Bolonha, Universidade de Coimbra, Universidade de Oxford, Universidade de Cambridge	Não possuem estrutura própria nem apropriada, sendo as aulas ministradas em estruturas privadas ou cedidas. A universidade nesse momento integra-se totalmente a vida Urbana.
Universidades no séc. XV	SÉC. XV	Universidade de Bolonha, Universidade de Coimbra,	Surgimento da universidade como instituição, e das primeiras estruturas dedicadas às necessidades da universidade. A vida urbana e acadêmica são bastante integradas.
College Britânico	SÉC. XV	Universidade de Oxford, Universidade de Cambridge	Diferenciam-se por possuírem uma estrutura física fechada, utilizando como modelo físico a estrutura em forma de pátio, integrando em si a hospedaria e refeitórios para estudantes e professores. O contato com o meio urbano passa a ser quase inexistente.
Câmpus Urbano	SÉC. XVII	Universidade do Porto, Universidade de Coimbra, Universidade Fernando Pessoa	A estrutura da Universidade encontra-se novamente inserida na malha urbana, porém de maneira claramente dispersa e de difícil percepção visual do conjunto, miscigenando-se a outras edificações da cidade. Possui elevada integração com a vida urbana.
Câmpus Universitário Autônomo ou Cidade Universitária	SÉC. XIX	Universidade da Virgínia, Universidade de Havard, Universidade de Federal Rural do Rio de Janeiro (tentativa)	Configura-se por um grande território que possui todos os equipamentos necessários com autonomia das cidades. Só foi realizado concretamente nos EUA. Por serem estruturas autônomas tem pouca interferência na rotina urbana, mas ainda exercem influência.
Câmpus Universitário Integrado	SÉC. XX	Universidade Federal de Juiz de Fora, Universidade de Aveiro, Universidade de Trás os Montes e Alto Douro,	É o modelo mais amplamente utilizado nas universidades latino americanas e portuguesas. Sendo grandes áreas onde estão reunidos todos os equipamentos de ensino, em geral localizado nas periferias das cidades mantendo-se integrados e dependentes delas.

Tabela 1: Resumo da Evolução dos Modelos de Câmpus Universitário (Fonte: Autor, 2014).

III - TRÊS UNIVERSIDADES E AS SUAS INFLUÊNCIAS

O presente estudo procura analisar, relacionar e discutir sobre os diferentes exemplos de Câmpus Universitário, a partir de uma contextualização urbana. Foram eleitos dois exemplos observados nas cidades portuguesas de Vila Real e Aveiro e um exemplo na cidade brasileira de Juiz de Fora. A pesquisa considera o referencial histórico recente, evidente na inserção de elementos visuais urbanísticos na Europa e em outros países desenvolvidos. A cidade brasileira de Juiz de Fora foi eleita a partir de um estudo de traçado urbanístico que notadamente está inserido no contexto histórico da construção do Câmpus. Tais projetos têm caracterizado cada um a sua maneira um comportamento do urbanismo.

Em países como o Brasil, tais intervenções na paisagem urbana concorrem com outros tipos de ação considerados básicos à vivência urbana, tendo, portanto reduzidas suas influências no cenário de nossas cidades. Assim, são reduzidas suas influências na malha urbana e ainda despertam pouco interesse da parte dos urbanistas brasileiros. Ao se analisar esses estudos, na maioria das vezes, limitam-se a um foco sobre os altos custos da obra, no lucro apropriado pelo setor privado e na relação discutível com outras ações governamentais (Ultramari, 2006, p. 2).

Portugal, como país colonizador, formou e construiu conceitos no Brasil durante vários séculos. Este fato é incontestável e deixou marcas profundas tanto na cultura quanto na sociedade brasileira, mesmo depois da Independência. O modelo português sempre esteve presente e estabeleceu os principais pilares histórico-sociais. Para além de sua proximidade linguística, criou-se também uma grande proximidade no que se refere às questões urbano-arquitetônicas, neste caso, até meados do século XX (Ultramari, 2006).

Diante de uma realidade de países com maiores índices de desenvolvimento social, Portugal será um dos melhores exemplos por estar mais próximo das realidades que aqui procuramos referenciar. Através do uso dos seus meios e estratégias urbanas, Portugal está mais avançado por já ter sido capaz de reestruturar urbanisticamente as suas cidades, tendo voltado o olhar aos moldes político-sociais. Percebe-se na literatura sobre o assunto que, hoje, o Brasil se tenta aproximar das camadas sociais mais desfavorecidas através das políticas públicas atuais e que Portugal, por sua vez, já avançou mais de quatro décadas. Como afirma João Arriscado Nunes (2003),

(...) que então se encontravam na sociedade portuguesa - identificava-se, em grande medida, com a Constituição de 1976, que definia explicitamente como objetivo o socialismo e uma sociedade sem classes, e que inscrevia na ordem constitucional diferentes formas de democracia participativa. (Nunes, Serra e Santos, 2003, p. 23).

As três cidades estudadas vivenciaram e projetaram, na elaboração de seus Câmpus universitários, perspectivas diferentes. Cada uma dentro de uma realidade utilizou este equipamento público, com intuito estratégico, planejando os lucros, quer por meios económicos, sociais ou culturais, resultantes da sua construção. Melhorou a qualidade de vida ou, mais ainda, o seu posicionamento perante outros municípios, agregando à urbe valores diferenciados, atraindo com eles outros investimentos.

III.1 - Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro - Vila Real

III.1.i - Enquadramento Histórico

A região de Vila Real possui indícios de ter sido habitada desde o período do Paleolítico. Vestígios de povoados posteriores, como o Santuário Rupestre de Panóias, revelam a presença romana na região. Somente em 1289, por foral do rei D. Dinis, é fundada efetivamente a Vila Real de Panóias, que se tornará a cidade atual, no entanto já em 1139 se chamava “Vila Rial” ao promontório onde nasceu a cidade que, na altura, era pertencente à freguesia de Vila Marim.

Com uma localização privilegiada, ponto de contato entre a região litoral e o interior transmontano, nó de comunicação entre Porto, Bragança-Miranda, Chaves e Viseu. A cidade assistiu a um rápido aumento populacional a partir do séc. XVI passando de uma população de apenas 460 pessoas em 1530 para uma população de 3600 pessoas em 1795 (Câmara Municipal de Vila Real, s.d.).

Com esse rápido aumento populacional o núcleo urbano, que no tempo da sua fundação se compreendia entre os rios Corgo e Cabril, rodeado de muralhas e defendido por um castelo a norte, expandiu-se para fora da fortaleza e passou a ignorar o núcleo original da povoação chamado de Vila Velha, alargando-se para norte. Desde cedo, tranquilos quanto à sua segurança, os moradores abandonaram a cerca. Não apenas pela escassez de água que se fazia sentir na Vila Velha, mas pela sua localização, às margens da

comunicação, que a situava à margem do comércio. Segundo Souza (Souza. s.d) em 1677 a Vila Velha registaria menos de 10 moradores.

Neste momento completa-se a transferência da vida económica e social da urbe para os subúrbios, para a região norte, ou seja, a única área para onde a cidade podia expandir-se e onde se encontravam as estradas de acesso ao Porto, Chaves e Mirandela.

A partir do século XVII, a presença da Casa dos Marqueses na cidade faz com que muitos nobres da corte também aí se fixem, facto comprovado pelas inúmeras pedras-de-armas com os títulos de nobreza dos seus proprietários que ainda hoje se vêem nas fachadas das casas pela cidade. Vila Real foi outrora conhecida como a "Corte de Trás-os-Montes", devido ao elevado número de casas brasonadas que então tinha (Abreu *et al.*, 2003. p. 3).

No século XIX, com o aumento da população, sustentado essencialmente por uma movimentação da população portuguesa das áreas interior norte para as vilas/sede do município ou para as cidades da região que assistem a uma urbanização regional, Vila Real adquiriu o estatuto de capital de distrito e, já no século XX, o de capital de província. Em 1922, foi criada a diocese de Vila Real, territorialmente coincidente com o respectivo distrito, por desanexação das cidades de Braga, Lamego Bragança-Miranda. Em 1925, a localidade foi elevada a cidade.

A localização privilegiada, no cruzamento das estradas Porto-Bragança e Viseu-Chaves, permitiu o seu crescimento. Vila Real, até à década de 1950, representava pouco mais do que um centro urbano dotado de significativo património arquitetónico, com um traçado urbano particular pelo enquadramento paisagístico de força, marcado pelos vales dos rios Corgo e Cabril, antigos e abruptos limites naturais da cidade, elementos atualmente contidos na malha urbana.

Esse cenário mudaria notoriamente com a chegada de importantes infraestruturas à cidade que conheceu um grande incremento com a criação da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, em 1986 "(...) (embora esse já viesse a acontecer desde 1979, com o Instituto Universitário de Trás-os-Montes e Alto Douro, sucessor do Instituto Politécnico de Vila Real, criado em 1973), que contribuiu para o aumento demográfico e revitalização da população" (Capmagellan. s.d).

Foi também importante a chegada de uma via de comunicação estruturante, o IP4, via que ligou em 1988 a cidade de Matosinhos a Bragança bem como a construção de um novo hospital nos arredores da cidade. Estas importantes infraestruturas trouxeram novos serviços e investimentos para a capital de distrito, acelerando a sua urbanização e aumento demográfico.

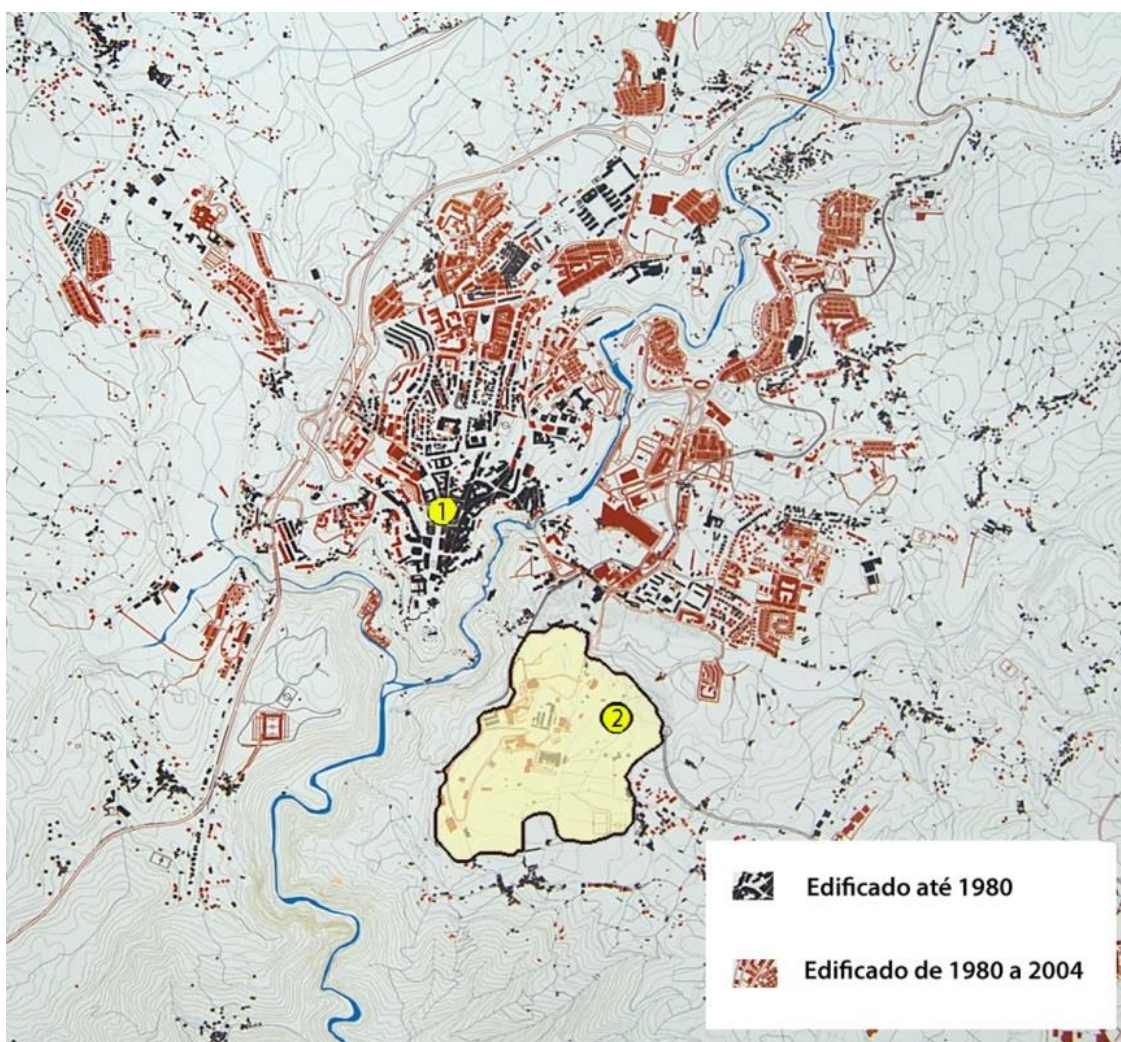


Imagem 7: Evolução do edificado em Vila Real. (Fonte: Domingues, Alvaro. Cidade e democracia, 2006).

Em 2006, segundo a Câmara de Vila Real (Câmara de Vila Real. s.d.), a cidade conta com cerca de 25.000 habitantes, num concelho de 50.000 mantendo uma tendência de decréscimo demográfico, bem como uma fase de crescente desenvolvimento, a nível

industrial, comercial e dos serviços, com relevo para a saúde, o ensino, o turismo, etc; apresentando-se como local de eleição para o investimento externo.

Segundo Domingues (2006), O salto de importância na cidade deu-se entre a década de 1980 e a de 1990, com crescimento de 3726 alojamentos (1981) para os 8562 de 2001. Nesse período instala-se a UTAD, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (fundada em 1986, hoje com cerca de 8000 alunos), constrói-se o hospital distrital e assiste-se a chegada da autoestrada A4. Dados que demonstram o forte crescimento da cidade impulsionado principalmente com a chegada dos estudantes.

III.1.ii - Chegada da Universidade

A cidade de Vila Real foi palco de transformações ao longo do tempo. Conheceu um grande incremento com a criação da UTAD em 1986, embora esse já viesse a acontecer desde 1979, com o Instituto Universitário de Trás-os-Montes e Alto Douro, sucessor do Instituto Politécnico de Vila Real, criado em 1973.

Este Instituto assumiu um papel relevante contribuindo para o desenvolvimento regional. Daí que, em Setembro de 1979, tenha sido criado o Instituto Universitário de Trás-os-Montes e Alto Douro, e que, menos de dez anos depois, em face do reconhecimento universal da sua intensa atividade dos domínios do ensino e da investigação científica e tecnológica, o Governo transformasse o Instituto Universitário em Universidade. Hoje a UTAD é reconhecida como um importante ponto de referência no sistema universitário português. Atraindo jovens de todas as partes do país o que contribuiu para o aumento demográfico e revitalização da população nesse período. (UTAD, 2012)

Nesse período a cidade também recebeu grandes obras e equipamentos, como a Estrada IP4, o Hospital Distrital e um conjunto de equipamentos desportivos, tais como o complexo do Monte da Forca, as Piscinas e Pavilhões desportivos. Fruto de políticas públicas de investimento e transformação da urbe de Vila Real. A Auto Estrada A24 (ligação para sul, a Lamego e a Régua) completa o nó viário, traçando um cruzamento estratégico para a cidade, posicionando-a na rota Viseu–Chaves, Porto-Braga.

Os investimentos alargaram-se, propiciando um segundo momento de transformações e melhorias, afirmando a polarização da cidade como capital distrital, com a construção

de hipermercados, do Centro Comercial Dolce Vita, o Teatro e a Biblioteca Municipal, o Pavilhão de Exposições e a chegada de novas indústrias na Zona Industrial.

É de suma importância à análise, no presente estudo, da relação entre o crescimento desta determinada região e sua população e do próprio desenvolvimento da cidade. Dentro deste panorama histórico pode-se mesmo afirmar que a presença da Universidade, essa não só repassa conhecimentos, como possui um papel fundamental no desenvolvimento da cidade, tendo atraído jovens que a revitalizaram, dando-lhe novos ares e maior desenvolvimento.

Atualmente, esta população de jovens e de estudantes que residem temporariamente em Vila Real buscam e atraem novos seguimentos comerciais de carácter inovador, mantendo um fluxo sadio de investimentos contemporâneos da urbe, evitando que esta possa estagnar seus serviços, construções e pensamentos.

III.1.iii - O Câmpus

Construído nas terras onde antes se situavam as antigas Quinta de Prados e Quinta de Nossa Senhora de Lurdes, foi planeado sobre uma topografia acidentada, sendo distribuído de forma orgânica no território, de maneira a melhor se adaptar às curvas de nível e aos caminhos preexistentes. Com o objetivo maior de ser uma Universidade voltada aos estudos agrícolas e florestais, o seu câmpus distribui-se por entre as áreas agrícolas e por “massas” verdes formadas por florestas e jardins.

O Câmpus da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro possui como um dos seus principais atrativos o Jardim Botânico que se integra, naturalmente, no câmpus, sendo uma importante coleção com reconhecimento Internacional, uma vez que é um dos maiores da Europa. Possui uma diversidade de espécies que, ao longo do tempo, foi sendo adquirida de vários lugares do mundo. Foi reconhecido como Jardim Botânico em 27 de Maio de 1988, fruto da determinação do 1º simpósio da Associação Ibero-Macaronésica de Jardins Botânicos, que conseguiu constituir uma das coleções vivas mais importantes de Portugal.

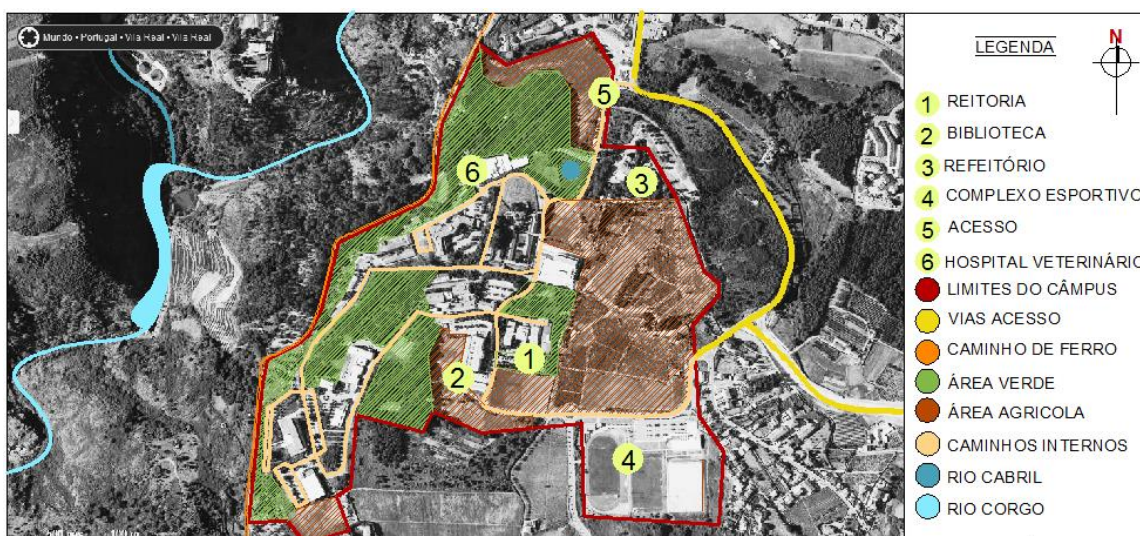


Imagem 8: Distribuição espacial do campus da UTAD. (Fonte: Autor, 2014).

O Jardim Botânico localiza-se a cerca de 500 metros de altitude, abrangendo os terraços e escarpas sobranceiros ao Rio Corgo. O conjunto paisagístico estende-se, hoje, por cerca de 120 hectares, 30 dos quais com vocação agrícola e aproveitada para ensaios dos departamentos das Ciências Agrárias. Matas de castanheiros, carvalhos autóctones, pinheiros, eucaliptos ocupam cerca de 10 Ha deste espaço. Dados demonstram que possui cerca de 1000 espécies vivas, formando parte de um importante conjunto arquitetónico-paisagístico no interior do Câmpus Universitário de UTAD em Vila Real (dele fazem parte a Quinta de Prados e a Quinta de Nossa Senhora de Lurdes). Autêntico museu vivo aberto ao convívio de toda a população e estudantes.

Esta perspectiva transforma a ideia clássica dos museus, recintos fechados, vigiados e com sistemas pré-estabelecidos de visitação. O Jardim Botânico da UTAD oferece um espaço aberto, em que o visitante descobre os segredos de uma natureza próxima ou muito distante, mas recusando o carácter enclaustrado próprio dos museus tradicionais. A projeção do Jardim para Portugal é refletida no extenso conjunto de informação que, sobre riqueza florística portuguesa, está acessível para o visitante. (UTAD. s.d).

A idealização deste jardim foi projetada pelo Professor Luís Torres de Castro e sustenta-se sobre a integração permanente do visitante com o ambiente ao longo de aproximadamente 80 Ha de superfície ocupados.



Imagem 9: Jardins da Reitoria, câmpus da UTAD. (Fonte: <http://www.cidesd.utad.pt/>, 2014).

III.1.iv - Análise das Influências

Nota-se, em Vila Real, a relação de força distribuída por três áreas bem distintas demarcadas por uma rutura, dado a profundidade dos vales, dos seus dois principais cursos d'água, os rios Corgo e Cabril. A cidade ao longo da história desenvolveu-se num vértice, ao encontro dos tais rios. A cidade primitiva ficou resguardada pela geografia, como uma proteção estratégica. Com o decorrer do tempo a cidade avançou em desenvolvimento urbano pela porção central do seu atual território. Temos, portanto, o primeiro período de desenvolvimento urbano.

Cresceu em direção a estrada nacional a norte, em sentido a Chaves, principal rota de acesso a Espanha, cuja força promotora deste desenvolvimento deve-se à situação geográfica e histórica desta porção do terreno da cidade (hoje as freguesias de São Pedro e de Nossa Senhora da Conceição). A força que recebeu Vila Real está associada à situação geográfica e de proteção, de 1530 até 1795.

O segundo momento de crescimento urbano deu-se em área e somente veio a acontecer no momento histórico marcado pelo pós 25 de Abril, quando a cidade investiu em equipamentos. Entre os principais equipamentos, a chegada do complexo hospitalar

junto à estrutura de habitação social tem importância a se destacar, pois deu força à porção direita da cidade.

Na década de 1970 com a força conferida pelo hospital, a população fora atraída pelo investimento deste equipamento que atribuiu desenvolvimento na região centrada na Freguesia de Lordelo.

Esta área acaba por não progredir, apesar da importância do equipamento hospitalar, que se nota como o maior motivador desse entrave, fora a segregação da porção à zona central da urbe pelo traçado da rodovia IP4, retirando assim a sua força.

A escolha desta determinada área não alcançou o desenvolvimento esperado, pois é notável uma análise de que o equipamento hospitalar gerou um espaço urbano sem vínculo urbano para além das necessidades de uso do hospital, ilhado por um vazio, e segregado pela IP4, não garantiu uma força polarizadora suficiente capaz de desenvolver o crescimento urbano.

O terceiro momento de desenvolvimento da urbe passa-se para a área que, apesar de já contar historicamente com a estação ferroviária e o Caminho de ferro do Corgo e algumas pequenas indústrias. O desenvolvimento nesta porção da cidade nunca tomou o verdadeiro impulso, tendo até os finais da década de 1980 pouco mais que alguma habitação, uma pequena zona industrial.

O desenvolvimento nítido desta área nota-se na imagem seguinte, dá-se principalmente a partir dos finais da década de 1980, Quando implantado em definitivo o câmpus da UTAD, que acaba por atrair outros investimentos conferindo ainda maior força a área. Anos mais tarde, como ápice do crescimento, temos a chegada do teatro e do centro comercial Dolce Vita. O traçado da região desta terceira área nasce agarrado ao traçado do Circuito de Vila Real, um forte aliado na promoção de desenvolvimento, na margem esquerda do rio Corgo. Que a partir do Circuito novas ruas e urbanizações surgem, sendo o seu traçado um “guião” do desenho urbano desta zona.

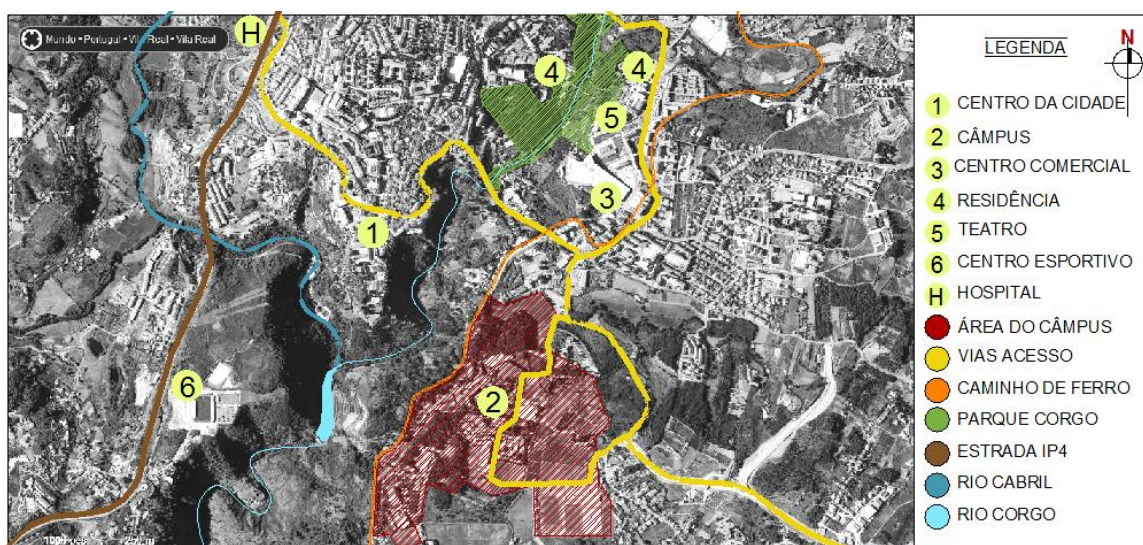


Imagem 10: Relação entre o câmpus da UTAD, Vila Real e outros equipamentos de interesse. (Fonte: Autor, 2014).

A UTAD confere assim forte influência sob o desenho da urbe. Não por seu traçado em si, mas sim pelas influências geradas.

A partir da análise do mapa e da história percebe-se o forte apelo do câmpus, que se serve desta posição bem enquadrada, a menos de 1 km da área mais central da cidade e agarrado ao Circuito, passando à sua porta, se serve praticamente todo o fluxo viário da urbe.

Apesar destas observações, verifica-se que o contato da UTAD com a população não se faz notório, não por uma rutura física, mas sim pela falta de motivação de uso dos seus espaços se não por alunos nos tempos de aulas.

No que diz respeito à mobilidade urbana, a cidade conta com transporte público de qualidade, a quase todas as zonas da cidade. Atualmente, com a construção da nova autoestrada a A4, faz-se o principal acesso por uma nova linha viária recentemente construída que margeia o câmpus, fazendo da UTAD a nova porta de chegada à cidade.

A UTAD diferencia-se de outros modelos de câmpus pelo conceito de escola agrária, cuja escolha para sua implantação foi determinada por duas quintas rodeadas por campos agrícolas usados para investigação científica, além de preservar área verde nativa às margens do rio Corgo. O Câmpus somado ao Parque Corgo, forma a principal área verde dentro da estrutura da cidade.

Vila Real, para além de antiga capital de distrito¹, ganhou a nível de centralidade com a inserção da UTAD, atraindo estudantes de todo o país, fomentando o ensino nas cidades mais próximas, antes desprovidas de ensino superior na região. A UTAD destaca Vila Real atenção, não só por parte dos estudantes – pesquisa científica, mas também por investimentos imobiliários e industriais.

Dentro da UTAD estão presentes importantes departamentos voltados ao potencial regional, tal como enologia, veterinária e engenharia florestal, com atenção especial para as vocações e necessidades da região, que atuam como grandes aliados na solidificação socio regional «transmontana».

Na imagem abaixo, nota-se o vale formado pelo rio Corgo, uma rutura natural no centro da cidade e na estrutura verde formada pelo câmpus e o parque corgo.



Imagem 11: Relação da estrutura ambiental, o câmpus da UTAD e a Cidade. (Fonte: Autor, 2014).

¹Termo já não mais utilizado pelo princípio das NUTS.

III.2 - Universidade de Aveiro – Aveiro

III.2.i - Enquadramento Histórico da Cidade

Suis terras in Alauario et Salinas, a mais antiga forma que se conhece do topónimo de Aveiro, encontra-se no documento de doação da Condessa Mumadona Dias feita em testamento, ao mosteiro de Guimarães em 959 (In Loko, s.d.).

A situação geográfica de Aveiro, junto à ria, permitiu a fixação da população, sendo a salinagem, as pescas e o comércio marítimo as atividades predominantes no desenvolvimento da cidade. No século XII, Aveiro foi elevada à categoria de Vila, o que acelerou o crescimento da povoação em torno da igreja principal.

A partir do ano de 1575, um longo e rigoroso Inverno fustigou a região, motivando o encerramento da barra, o que forçou a emigração de muitos dos seus habitantes, que dependiam do comércio marítimo e das salinas, levando quase à extinção a cidade, que em 1759 contava apenas com 3000 pessoas. A elevação da vila a cidade nesse mesmo ano e, posteriormente, a derrubada da sua muralha incentivaram a necessidade de obras na barra. Estes incentivos é que permitiram a abertura definitiva do porto, em 1808, momento que efusivamente marcou a mudança visual, pois lançou a cidade num novo período de prosperidade.

Com a chegada do Caminho de Ferro do Norte (1864) e a estrada Aveiro-Viseu (1854) chega também a indústria, com a implantação de importantes unidades fabris, como a fábrica da Vista Alegre, a cerâmica Jerónimo Pereira de Campos ou a construção naval que trazem a cidade para a modernidade.

Aveiro chega assim ao final do século XX com um perímetro urbano definido, a norte e a poente, pelo traçado da A25 (ligação à zona portuária) marginando a ria, a sul e a nascente, pelos traçados da N109 e pela linha do caminho-de-ferro. As infraestruturas rodoviárias e ferroviárias existentes e a construir, em especial o A25/IP5, a A17/IC1 (as duas ligam à A1) e a remodelação e modernização da Linha Ferroviária do Norte colocam Aveiro numa posição estratégica, quer a nível nacional, quer pela sua ligação com Espanha. Em 2001, a população residente da cidade era de cerca de 55.300 pessoas.

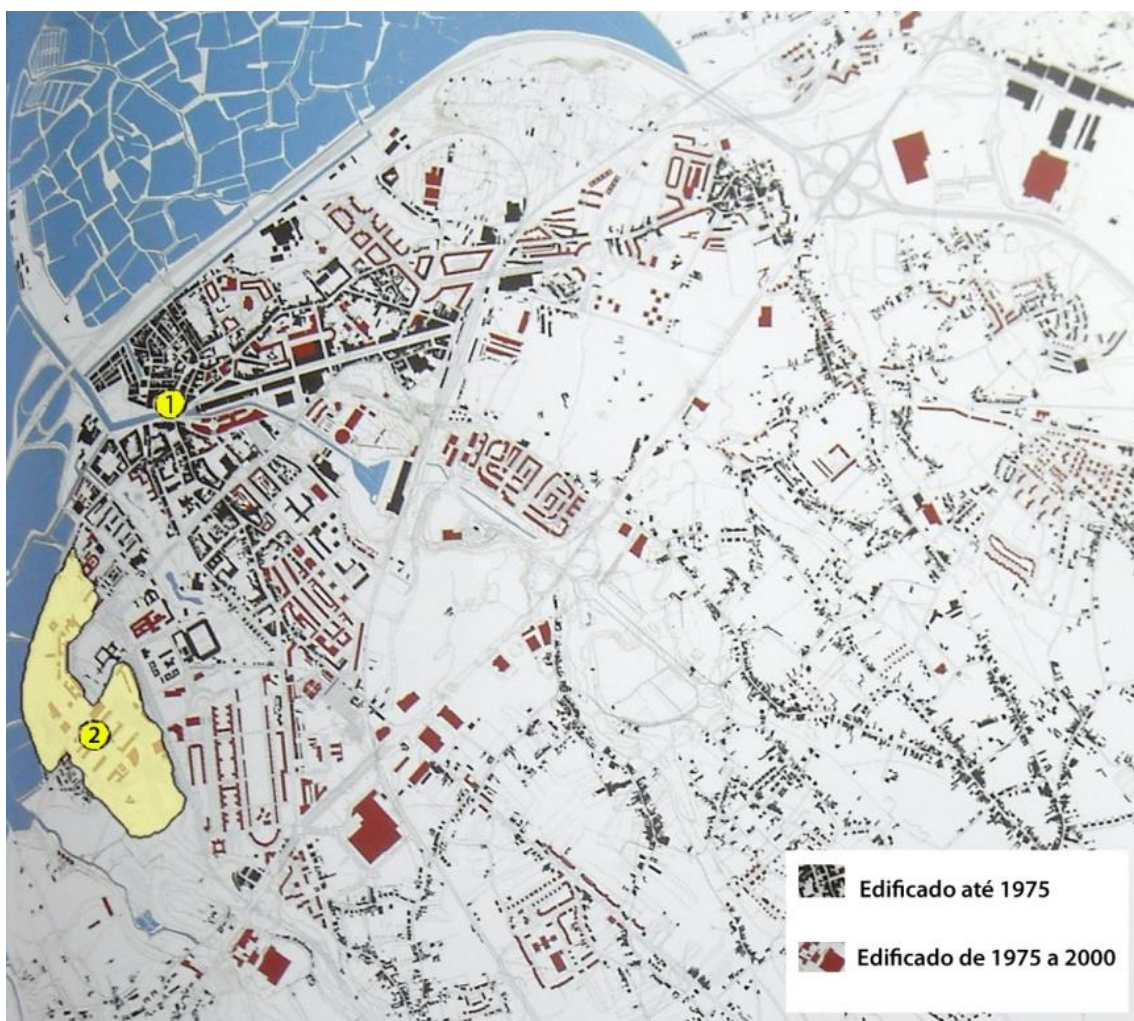


Imagem 12: Evolução do edificado em Aveiro. (Fonte: Domingues, Alvaro. Cidade e democracia, 2006).

Numa altura em que os portos marítimos são uma clara aposta do Governo Português para potenciar o desenvolvimento económico, permitindo escoar produtos para outros mercados com baixo custo e de modo competitivo, o porto de Aveiro é importante sobretudo nos granéis sólidos e líquidos. Tem vindo a ganhar importância – com ambições de criar uma plataforma logística para a região de Castilla y León - sobretudo devido às ligações à indústria química e da pasta do papel, sediadas em Cacia (Domingues, 2006, p. 209).

A intervenção do programa Pólis na cidade de Aveiro abrange uma área de cerca de 186,5 Ha, integrando a frente norte da cidade na sua confrontação com a ria e com um corredor urbano de ligação ao centro, troço esse essencial e com uma vasta operação de

requalificação urbana e ambiental. A expansão mais importante construiu-se a sudoeste do núcleo antigo, com o plano do câmpus da Universidade de Aveiro.

III.2.ii - Chegada da Universidade

Pretendeu-se que a universidade fosse uma extensão da cidade não campus (autentico?) como os de matriz anglo saxônica. Entretanto haviam sido feitos estudos e inqueritos para definir um conceito e programa globais para a instituição, sendo já preponderante a matriz da interdisciplinariedade. Pretendia-se que no final, “a informação pedagógica obtida em inqueritos fosse transferida em linguagem arquitetónica”. (Rossa, 2006, p. 22).

Em 1978 foi o ano em que foram determinados os aspectos essenciais que viria ser, a Universidade de Aveiro tanto no ponto de vista pedagógico quanto físico: a idéia de construção de um câmpus universitário inovador e sua localização numa zona de alargamento da cidade.

O início da atividade do Fundo de Fomento de Habitação (FFH), em 1970 e a revisão do III plano de fomento, para 1971/1973, determinaram para Aveiro uma grande operação no âmbito da Habitação Social (3000 fogos). A área de Santiago era a melhor escolha, pois já vinha a ser demarcada plano então em vigor. A partir de 1972, os arquitetos José Semide e João Maia Macedo trabalharam no que viria a ser o Plano Integrado Aveiro/Santiago de 1979 (PIES), o qual teve regime especial para aquisição dos solos. O Plano nasceu forçado pela integração de novos equipamentos, pois esse impulso reformista do final do Estado Novo ditaram também a criação da UA e o desenvolvimento do Porto de Aveiro, cujos acesos passaram a ser uma preocupação séria a partir de 1977.

Já então a UA se instalava em edifícios provisórios no extremo norte da área do plano. A conjugação de todos os dados determinou a divisão do território disponível por uma nova via de acesso da cidade e ao porto, a Avenida da Universidade. A área nascente destinou-se a habitação e a alguns equipamentos, sendo hoje o Bairro de Santiago. O espaço compreendido entre essa via e a laguna acabou reservado à universidade. No meio quedava-se o seminário e a poente, junto ao atravessamento do esteiro de São Pedro para as Agradas dos Castro, comprimia-se a aldeia de Santiago.

O campus surgiu, pois, da mais ousada e bem sucedida ação de planeamento de expansão de Aveiro, sendo também o de melhor integração de entre os que resultaram de planos de integração do FFH, como o da Caparica (Universidade Nova de Lisboa) e o de Guimarães (Universidade do Minho). (Rossa, 2006, p. 23)

Assim em 1973 é fundada a Universidade de Aveiro (UA). A UA hoje é reconhecida nacional e internacionalmente como um importante centro tecnológico que aposta em áreas inovadoras. A qualidade de investigação, sobretudo na área das engenharias, coloca-a como uma das mais conceituadas universidades a nível europeu.

III.2.iii - O Câmpus

O plano da construção da UA apostou na integração da nova zona universitária com a cidade. O câmpus da universidade foi criado em 1973, com um novo fôlego de revisão do primeiro plano, concluído em 1988. Foi coordenado pelo arquiteto Nuno Portas, que delimitou e definiu algumas linhas orientadoras do projeto, nomeadamente: cêrcea máxima de três pisos, uso de cobertura plana e revestimento de tijolo de barro vermelho de face à vista para manter uma uniformidade visual na tradicional na arquitetura industrial de Aveiro. Assentando no “projecto do chão”, uma espinha dorsal dos espaços públicos exteriores que articulasse os diversos edifícios departamentais de construção independente, embora quase contínuos.



Imagem 14: Fotografia aérea câmpus da UA. (Fonte: Domingues, Alvaro. Cidade e democracia, 2006).



Imagem 13: Fotografia aérea câmpus da UA. (Fonte: Domingues, Alvaro. Cidade e democracia, 2006).

O Câmpus segue um “eixo estruturante”, uma alameda central onde estão plantados os jardins e linhas de água, que são servidos por uma galeria pedonal lateral, distribuindo-se os edifícios perpendicularmente a este eixo. A circulação viária faz-se por uma via perimetral que serve a todos os edifícios. O câmpus estabelece um diálogo harmonioso com o ambiente natural envolvente que é visualmente reconhecido. Esta coerência formal foi mantida ao longo da história do câmpus, que conta com duas décadas de ensino.

Uma vez desenhados os “eixos” e “praças” de circulação pública, era possível dimensionar as “parcelas” para as novas construções, após a definição de tipologias e de parâmetros de frente, profundidade e altura para cada projeto; os acessos a cada unidade; as disponibilidades de expansão dentro de cada parcela, quando necessárias. Resultou assim uma “unidade na diversidade”, fruto da capacidade do plano de se adaptar ao processo de evolução das construções. (Portas, 2004, p. 35).

O Câmpus da UA constitui hoje uma solução exemplar, integrando cerca de 40 edifícios dos mais reputados arquitetos portugueses. Este importante centro universitário é um verdadeiro Câmpus de Arquitetura Portuguesa Contemporânea. Nomes como Siza Vieira, Souto de Moura, Manuel Aires Mateus, Francisco Aires Mateus e Alcino Soutinho construíram a identidade visual da UA.

A UA é frequentada por cerca de 11.000 alunos, distribuídos por 41 licenciaturas, e 17 cursos do ensino superior politécnico. Para além destes cursos, a UA desenvolve uma intensa atividade de investigação (18 unidades de investigação e laboratórios) e de formação especializada em setores como a eletrónica e telecomunicações, a robótica, a telemedicina, os materiais, ou ordenamento e ambiente.

A área total do Câmpus é de 921.500 m². Para além da UA, o Centro de estudos de Telecomunicações, atual PT Inovação, constitui outro pilar fundamental do ambiente de tecnologia e de inovação que caracteriza Aveiro. Este verdadeiro “meio inovador” funcionou como incubador da fileira de empresas de eletrónica e telecomunicações originadas em Aveiro, cujo caso mais conhecido é a criação do SAPO, Servidor de Apontadores Portugueses (Domingues, 2006, p. 206).

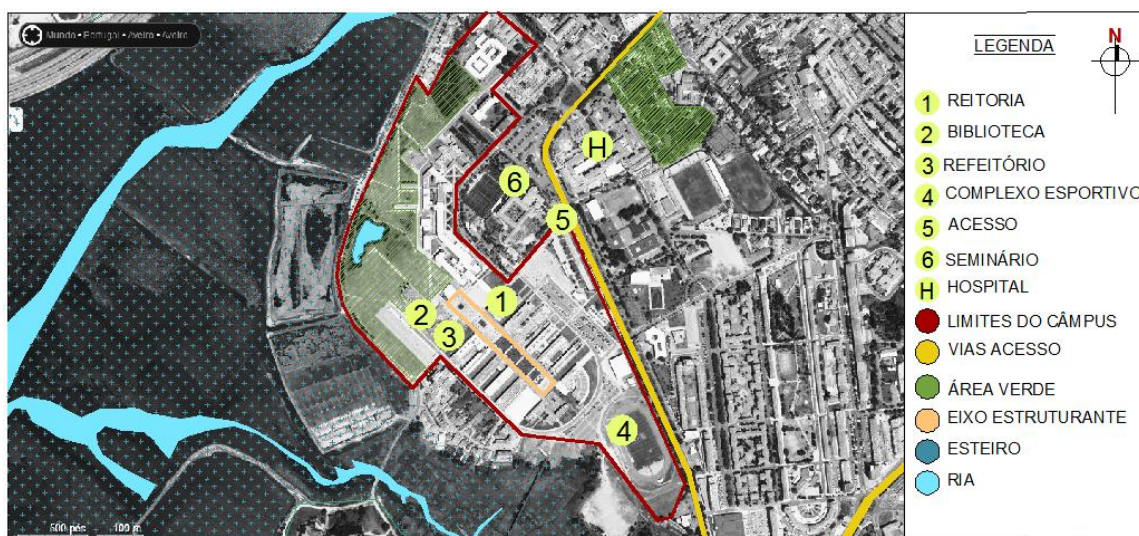


Imagem 15: Distribuição espacial do campus da UA. (Fonte: Autor, 2014).

III.2.iv - Análise das Influências

Verifica-se que a estrutura da cidade cresceu agarrada sobre as rias, visto que estas foram moldadas de forma a criar vazão às indústrias do sal. As rias têm o desenvolvimento contido entre as salinas e a linha férrea, dentro deste espaço físico a cidade se desenhou sofreu alterações até a década de 1970. Após este período a malha urbana passou a irradiar crescimento urbano em direção oeste.

É notável que a UA-Câmpus Santiago fora inserida na malha urbana, (a 0,8 km do ponto mais central da cidade) sem pretensão de polarização, mas complementa a malha urbana como um mosaico urbano, quase poligonal. O Câmpus Santiago foi pensado e planejado de forma a sintetizar a malha urbana de Aveiro, distribuindo seus edifícios de forma racionalizada.

Dentro do traçado do câmpus nota-se a criação de um vazio intencional, de forma a devolver uma franja verde à linha d'água esteiro. O Câmpus agarra-se a vida cotidiana da cidade de maneira abraçar a urbe, permeável as pessoas sendo aberto ao contato entre o esteiro e a cidade. O permear dos seus espaços permite o contato das pessoas até ao esteiro, desfazendo de barreiras físicas e temporais que possam em algum momento

afastar o convívio social com esta área ambiental de forte vínculo a identidade de Aveiro.

O Câmpus conecta-se à cidade, sem impor-se à malha antiga e nem conferir uma disputa de forças ao câmpus, constitui assim uma integração homogênea. Integrado cada qual com sua importância, garante um crescimento harmonioso da urbe. Por outro lado este traçado específico não teve a necessidade de requalificar nenhuma área. Nota-se que não surgiu como promotor de desenvolvimento na cidade, e devido à sua localização, a sua área física fica restrita. Não compete nem capta forças.

Beneficiando-se do lote do seminário, das zonas de estacionamento e pela gestão do seu edificado. O Câmpus se resguarda da cidade abrindo-se ao esteiro, garantindo um ambiente calmo, propício à vida acadêmica, sem interferência direta do estresse da cidade. Apesar de seus espaços públicos estarem de uma maneira singela, abertos a utilização dos habitantes da cidade.

Apesar de Aveiro contar com a linha de transporte público e um conexão formal entre o campus e a estação e o centro da cidade, o sistema de transporte no ponto de vista da vida universitária mostra-se útil, porém irrelevante, Pois as curtas distâncias e a facilidade topográfica que a cidade apresenta. Sendo assim as linhas de transportes mostram-se eficientes do ponto de vista de um possível desenvolvimento suburbano. A este transporte público soma-se a qualidade de vida dos estudantes de Aveiro, mas o câmpus nada interfere na promoção ou na consolidação do transporte público da cidade.

Outro contributo da instalação do câmpus nesta zona deve-se ao fato deste encontra-se próximo a uma grande área de habitação social e sua presença ameniza essa tensão social. Harmoniza o espaço físico e social, mesmo com insere a vida acadêmica.

Do ponto de vista ambiental a UA distribui-se no terreno de maneira a respeitar a área alagadiça e o próprio Câmpus, dado a sua abertura a cidade e a distribuição volumétrica dos edifícios de modo à permeabilizar a área construída. Faz com que a UA promova em seu território espaços que pode ser utilizado para a recreação e para o convívio. Sua contribuição é sutil, apesar de seus amplos espaços, não conseguimos interpretar o câmpus como um parque, principalmente devido à dimensão de sua área. Seu eixo

estruturante comporta-se como uma praça ajardinada um contributo muito útil ao convívio dos seus utentes.

Importante na área de tecnologia, a UA tem a sua posição geográfica a dividir destaque com outras importantes cidades universitárias, como o Porto, Coimbra e Lisboa, dentro de uma análise de desenvolvimento sócio regional. A Universidade trouxe a Aveiro uma modernização, mesmo no ponto de vista social, uma cidade que já possuía uma vocação industrial ativa, que foi colocada numa rota de interesse de investimentos, principalmente na área de tecnologia, o grande foco dessa instituição.



Imagem 16: Relação entre o câmpus da UA, Aveiro e outros equipamentos de interesse. (Fonte: Autor, 2014).

III.3 - Universidade Federal de Juiz de Fora - Juiz de Fora

III.3.i - Enquadramento Histórico da Cidade

O princípio do povoamento da região de Juiz de Fora teve seu início com a construção da Fazenda do Alcaide-mor, propriedade de Thomé Corrêa Marques, genro do filho de Fernão Dias, grande desbravador da região das Minas Gerais. Em 1820 forma-se próxima da fazenda a Vila de Santo Antônio do Paraibuna. Trinta anos após o crescimento do povoado ao redor da fazenda, esta vila foi elevada à categoria de cidade e em 1865 recebeu o nome definitivo de Juiz de Fora.

A construção do Caminho Novo, importante obra viária, foi concluída no início do século XVIII e teve como função tornar mais rápida a comunicação entre as minas de

ouro e o porto do Rio de Janeiro, que anteriormente era feita pela Estrada Real. Com isto, deu-se o início da colonização na região.

Em 1835, o engenheiro alemão Henrique Halfeld teve a responsabilidade de construir uma nova e moderna rota: a Estrada do Paraibuna, que compreendia parte do projeto que pretendia ligar Ouro Preto (na época Vila Rica) ao Rio de Janeiro. Este trecho deu forma ao que ainda hoje é o principal eixo viário e econômico da cidade: a Avenida Rio Branco. Esta avenida central está inserida entre uma grande elevação, que é o Morro do Redentor (popularmente conhecido como Morro do Cristo) e o Rio Paraibuna. Este grande e moderno eixo desempenhou um papel crucial no desenvolvimento da cidade, deu forma à atual cidade de Juiz de Fora.

Juiz de Fora teve a sua emancipação na década de 1850, o que teve papel vital no seu desenvolvimento, atraindo mais investimentos e afirmando sua centralidade na região. Anos mais tarde, a necessidade de modernização dos acessos e maior facilidade de circulação de produtos abriram caminho para uma nova e moderna rota a fim de afirmar o desenvolvimento da região.

Em 1861 é inaugurada, com a presença do Imperador D. Pedro II, a estrada União e Indústria, considerada uma das mais modernas do mundo na época. Ligava Juiz de Fora à cidade de Petrópolis e servia para escoar a produção de café (Archive.today, s.d.).

A cidade conseguiu atingir o “status” de principal centro urbano do estado, pois a estrada incentivou a imigração de alemães que, atraídos pelo trabalho na construção e obras, acabaram por se estabelecer na cidade. A comunidade alemã foi responsável pela criação de indústrias, principalmente fundições e malharias, que contribuíram para o desenvolvimento industrial na cidade. Este desenvolvimento perdurou até à crise econômica de 1929.

Porém, nem tudo eram flores na cidade. As condições de trabalho para o operariado nas fábricas de Juiz de Fora refletiam os mesmos problemas do resto do Brasil neste início da industrialização. Entre 1912 e 1924 ocorreram greves e confrontos com a polícia, inclusive com a morte de operários. O dinheiro do café que levantava as fábricas não conseguia segurar em Juiz de Fora a mão-de-obra mais qualificada. A cada ano agentes das indústrias de São Paulo vinham até Minas Gerais recrutar principalmente imigrantes qualificados para as empresas paulistas (Moreira, 2012, p. 20).

Juiz de Fora voltou a afirmar-se no cenário nacional neste período, com investimentos no seu desenvolvimento, com enfoque a partir da década de 1960, momento em que o ensino superior começou também a afirmar-se no município. Emitindo influências que acabaram por atrair maior aumento da população e investimentos, o marco deste período é a construção do câmpus da UFJF.

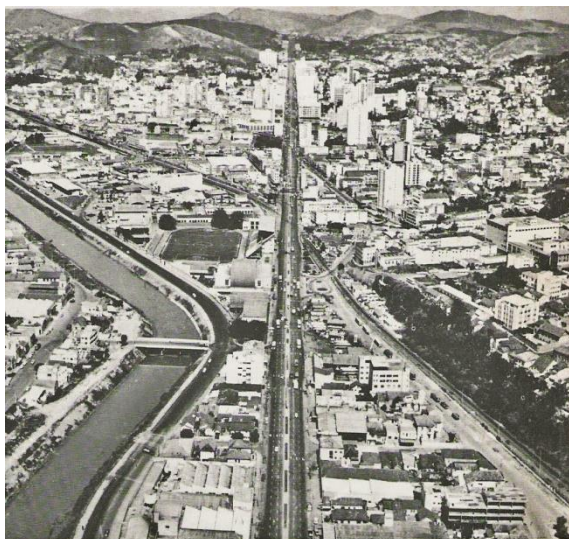


Imagem 17: Avenida Barão do Rio Branco 1970. (Fonte: Arquivo Municipal de Juiz de Fora).



Imagem 18: Avenida Barão do Rio Branco 2010. (Fonte: Arquivo Municipal de Juiz de Fora).

Segundo dados estatísticos do IBGE de 2013, Juiz de Fora hoje é um município com uma população de 545.942 habitantes, o que demonstra em números o tamanho conseguido por esta urbe. A cidade ocupa, hoje, lugar de destaque em Minas Gerais, em qualidade de vida. Com um índice de desenvolvimento humano de 0,778 recebe uma série de investimentos públicos e principalmente privados, fruto de sua localização estratégica á 180 km do Rio de Janeiro e a 260 km de Belo Horizonte da grande e importante malha viária, com destaque para a rodovia BR 040, que possibilita a sua ligação com os principais centros de consumos do país.

III.3.ii - Chegada da Universidade

A UFJF foi criada em 1960, por ato do então Presidente Juscelino Kubitschek, com a finalidade de se tornar um pólo acadêmico e cultural de uma região de 2,5 milhões de

habitantes, no Sudeste do Estado de Minas Gerais que tem, como centro, a cidade de Juiz de Fora.

Reúnem na atualidade 16 unidades acadêmicas, agrega 36 cursos de graduação, 26 cursos de mestrados acadêmicos, 3 mestrados do tipo profissional e 9 cursos de doutorado, com 1.100 alunos matriculados. Em 2010 foram disponibilizadas 338 bolsas de mestrado e doutorado. Em 2009 foram aprovadas 286 publicações, entre dissertações e teses, com mais de 800 artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais.

Algumas ações institucionais têm procurado afirmar a marca da UFJF como Universidade comprometida com o desenvolvimento regional. Por exemplo, tem-se o trabalho do Centro Regional de Inovação e Transferência de Tecnologia (CRITT) nas áreas de incubação de empresas de base tecnológica e de transferência de tecnologia (informática, fármacos, eletrônicos, agronegócios).

III.3.iii - O Câmpus

A instituição foi construída nos arredores da cidade de forma estratégica, entre os bairros de São Mateus e de São Pedro, na época zona mais periférica da cidade, a fim de que os estudantes ficassem distantes da vida comunitária em Juiz de Fora, nos idos dos anos da ditadura militar. No entanto, hoje, o seu câmpus, mesmo situado fora da urbe, incentivou o desenvolvimento da mesma na sua direção, transformou a estrutura urbana da cidade, estabelecendo-se assim como ponto polinizador.

Projeto do renomado engenheiro e arquiteto juiz-forano Arthur Arcuri (1913-2010), um dos de maior envergadura da sua carreira ocorreu em 1965, quando foi membro da Comissão da Reforma Universitária e acabou sendo o responsável por elaborar o plano urbanístico e dos projetos arquitetônicos dos principais institutos do Câmpus Universitário da UFJF, segundo Vieira, (2012).

A minha opção entre ser engenheiro ou arquiteto nasceu de uma reflexão um tanto lógica. Eu sempre pensei que entre um mau engenheiro e um mau arquiteto, o que causa menor dano à coletividade é o mau engenheiro. Então eu falei: Bom, a ser mau engenheiro ou ser mau arquiteto, prefiro ser mau engenheiro, porque o arquiteto pode projetar e construir bem, mas o

que ele projetar mal é um dano irreparável. Ao passo que o engenheiro, só erra se fizer alguma coisa que caia (Vieira, 2012, p. 20).



Imagem 20: Planos para Cidade Universitária da UFJF 1965. (Fonte: Universidade Federal de Juiz de Fora).

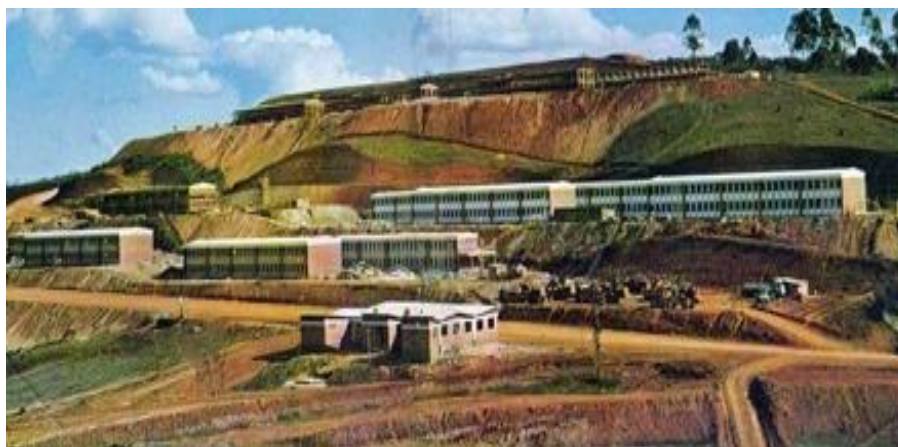


Imagem 19: Obras do câmpus da UFJF 1969. (Fonte: Universidade Federal de Juiz de Fora).

Verifica-se que Arthur Arcuri (Sousa, 2013) elaborou um dos mais agradáveis Câmpus Universitários Brasileiros, muito bem organizado, sendo atendido por um bom sistema de transporte público. O câmpus consegue ter um maior número de linhas de transporte coletivo a seu favor, pela posição que se enquadra na malha urbana, sendo de fato um ponto estratégico unindo dois lados da cidade separados em função da topografia. A universidade é, portanto, um lugar tranquilo e bastante acessível, que se consegue posicionar naturalmente na urbe. O local do câmpus, assim como o seu projeto, contribuiu e ainda contribuem para o crescimento da cidade, trazendo desde a sua construção o desenvolvimento da cidade ao seu encontro.

O plano-piloto é constituído por oito plataformas situadas em diferentes cotas de terreno, destinadas às áreas de conhecimento específicas. (...) Arcuri atribuiu a concepção das inúmeras plataformas à topografia original extremamente acidentada, revelando ter se inspirado em alguns arranjos urbanos da cidade de Ouro Preto, em Minas Gerais. Foi utilizada para isso a técnica de compensação do terreno por corte e aterro para a constituição dos platôs, o que resultou nos inúmeros taludes. As unidades-padrão da UFJF foram distribuídas lado a lado ao longo dessas plataformas, numa estrutura sequencial em forma de ziguezague, na qual os prédios se alternam quanto ao alinhamento (Souza, 2013, p. 96-97).

O Câmpus conta com uma extensa área verde, e apesar de sua topografia acidentada, o projeto foi muito bem distribuído. Divididos por diferentes cotas os departamentos das faculdades, conseguiu mesclar edifícios e paisagem. Na cota mais baixa do terreno forma-se um vale, área inicialmente pensada para suportar o tráfego mais intenso, conector de dois caminhos de acesso à cidade. No centro do terreno, uma grande área verde divide-se em dois pontos do mesmo plano; a sul, assume formas mais naturais, afirmada com a presença de um lago, fruto do represamento de nascentes naturais; a norte, há a construção da biblioteca central, um grande volume, completamente tomado de áreas verdes, com praças e espaços de convívio.



Imagem 21: Distribuição espacial do câmpus da UFJF. (Fonte: Autor, 2014).

III.3.iv- Análises das Influências

O câmpus da Universidade Federal de Juiz de Fora tem hoje uma excelente localização, cuidados e segurança o que faz dele a principal área de lazer da cidade, possuindo um forte vínculo com a natureza.

O terreno onde se situa a UFJF está a 6 km do centro de Juiz de Fora, entre duas comunidades históricas em Juiz de Fora. O São Pedro e Dom Bosco (na época pequenas povoações). A cidade recebeu um forte contingente de alemães migrados no século XIX, através de Mariano Procópio, engenheiro que construiu a Estrada União Indústria, que liga Juiz de Fora a Petrópolis, e a primeira usina hidroelétrica da América do Sul. Desembarcaram por volta do ano de 1858 e recém-chegados a Juiz de Fora estabeleceram na cidade tendo de construir a colônia agrícola Dom Pedro II, da qual fazia parte o bairro São Pedro hoje uma das zonas da cidade com maior vínculo urbano ao Câmpus da UFJF.

A outra área vizinha à Universidade é a Região do Dom Bosco, que foi destino imediato dos escravos libertos que ao deixar a condição de servos, mas não obtiveram qualquer concessão oficial de assistência. A organização do local conhecido oficialmente, hoje, como Bairro de Dom Bosco.

Essa realidade é, por exemplo, a origem das favelas e dos bairros pobres, como o próprio Dom Bosco, os terrenos nessa zona se existem, são ainda negociados diretamente com os proprietários ou “invadidos”. A “invasão” é uma realidade, contando com muitas pessoas irregularmente instaladas num ponto conhecido como “Chapadão” área esta ao limite do câmpus. Estas duas comunidades, São Pedro e Dom Bosco, são as duas zonas de acesso abraçando a área onde se implanta a UFJF.

Nas bases do Dom Bosco surgiu uma importante zona habitacional denominada Cascatinha, que outrora fora uma área planeada para atender a demanda habitacional social e académica dos novos utentes da universidade (servidores, professores e alunos), uma vez que o São Pedro, também zona menos favorecida da cidade não estava apta a atender a moradias estudantis, e por fazer por esta área a principal ligação do centro da cidade de Juiz de Fora a atual BR-040, sendo ali uma importante porta de entrada à cidade.

A Zona de São Pedro, no entanto, é hoje a principal área aos utentes da universidade tendo se desenvolvido ao longo dos anos por influência do câmpus, por ser região menos valorizada atendeu rapidamente a demanda econômica estudantil. Às necessidades de mobilidade do campus foram acrescidas as necessidades das zonas urbanas vizinhas.

Apesar de ser uma região renegada a partir da sua implantação, a cidade passou a ter um pólo educacional na “cidade alta²” e o pólo comercial na “cidade baixa³”. Esta divisão de dupla polarização influenciou no desenvolvimento urbano da cidade em direção ao câmpus universitário, puxando a força em direção oeste. Garantiu assim um equilíbrio na distribuição geográfica da malha urbana da cidade, antes concentrada entre o Morro do Redentor e o traçado do caminho-de-ferro e estendendo-se no eixo norte-sul formado pelo traçado da Avenida Barão do Rio Branco.

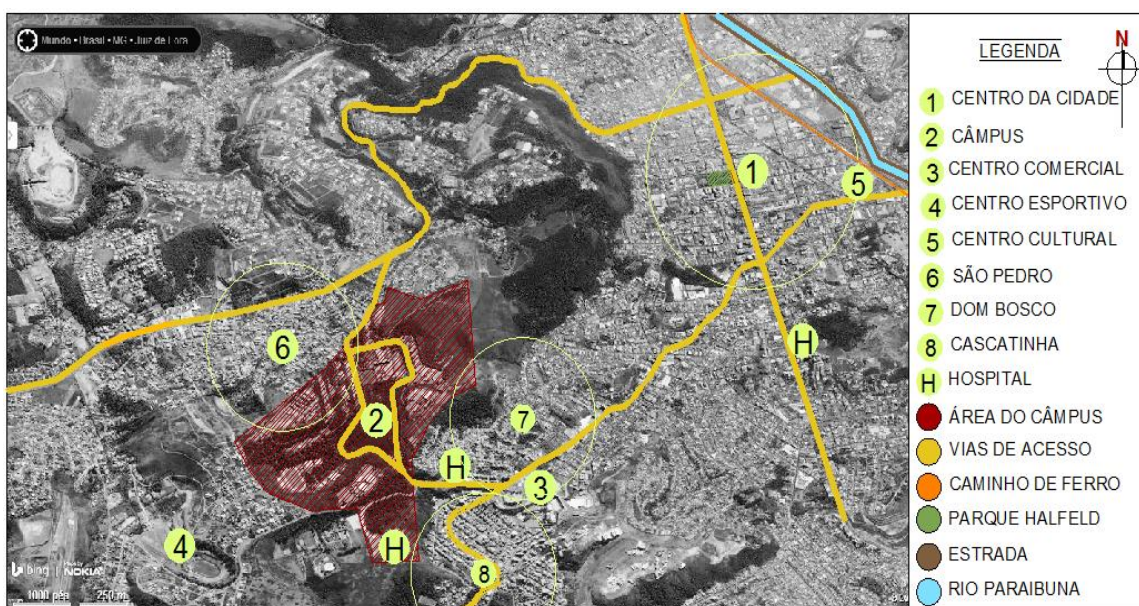


Imagem 22: Relação entre o câmpus da UFJF, a cidade de Jui de Fora e outros equipamentos de interesse. (Fonte: Autor, 2014).

² Por estar em uma cota topográfica bastante superior a cota da área central. Utiliza-se este nome para se referenciar esta zona urbana onde se insere o Câmpus da UFJF.

³ Nome usual para a região com cotas topográficas mais próximas ao valor das cotas da área central de Jui de Fora.

A criação do Câmpus da UFJF ajudou muito na transformação da economia e da sociedade «juizforana». A universidade trouxe muitos alunos de diversas cidades e diferentes regiões para Juiz de Fora. Estudantes da Zona da Mata Mineira⁴, do Sul do Estado de Minas Gerais e de cidades da região Centro-Sul Fluminense⁵, que por falta de oferta de ensino superior nessa região acabam por busca-lo em cidades como Rio de Janeiro e Juiz de Fora.

III.4 - Tabela Comparativa das Instituições

Apresentam-se através de uma tabela (abaixo apresenta) alguns dados coletados através deste trabalho e serve como um comparativo das cidades e da infraestrutura três câmpus analisados. De forma sintática, observam-se as proporções de cada uma das instituições assim como o modo com, a suas dimensões.

Uma das principais diferenças é observada quando se compara o numero de estudantes e a população atendida; Juiz de Fora/Brasil tem uma proporção de populacional sobre números de alunos muito acima das proporções apresentada pelas Cidades portuguesas de Aveiro e Vila Real. Um dos reflexos desta diferença é comprovado pelo IDH que se apresenta reduzido na cidade brasileira, o IDH sofre grande influência dos dados educacionais da população sondada, assim como seu PIB per capita que também se apresenta menor no caso brasileiro.

⁴ A Zona da Mata Mineira é uma das doze mesorregiões do estado brasileiro de Minas Gerais, formada por 142 municípios agrupados em sete microrregiões. Situa-se na porção sudeste do estado, próxima à divisa dos estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo.

⁵ O Centro-Sul Fluminense é uma das regiões político-administrativas do Estado brasileiro do Rio de Janeiro e corresponde àquela área do Paraíba fronteira ao estado de Minas Gerais, subdividida nas microrregiões da Vassourase de Três Rios ambas cortadas de Oeste para Leste pelo rio Paraíba do Sul.

O CÂMPUS UNIVERSITÁRIO COMO EQUIPAMENTO SINGULAR DO MEIO URBANO
Ensaio em Três Rios, Brasil

	UTAD			UA			UFJF		
Ano Criação	1973			1973			1960		
Ano de Construção	1986			1973			1960		
Local	Vila Real			Aveiro			Juiz de Fora		
População (ano de instalação da universidade)	46.300 (1991)			49.808 (1970)			169.440 (1960)		
População (2010)	51.850.000			78.450.000			545.942.000		
IDH (2010)	0,906			0,935			0,778		
PIB per capita (2010)	EUROS 10.984,00			EUROS 14.291,00			EUROS 5.351,66		
Área do Campus	± 755.900m ²			± 463.700m ²			1.346.793,80m ² 170.428,50m ² /construidos		
Numero de Faculdades	40 licenciaturas 5 escolas 40 licenciaturas 5 escolas			51 licenciaturas 15 departamentos e 1 secção autónoma			44 cursos de graduação 4 institutos 14 faculdades		
Instalações Desportivas	S/N	Nº	USO	S/N	Nº	USO	S/N	Nº	USO
Piscina	SIM	1	Privado	NÃO	0*	Publico	SIM	2	Privado
Ginásio	SIM	1	Publico	SIM	1	Privado	SIM	1	Privado
Quadra	SIM	3	Misto	SIM	1	Privado	SIM	2	Misto
Estádio	SIM	1	Privado	SIM	1	Privado		1	Privado
Residências Universitárias	SIM	LOCAL Cidade		SIM	LOCAL Câmpus		NÃO	LOCAL	
Transporte Publico	Linhas: 03		Bom	Linhas: 02		Bom	Linhas: 06		Regular
Número de Alunos	2013			2013			2013		
	7.000			14.700			18.868		
Tipo de Campus	Câmpus Integrado			Câmpus Integrado			Câmpus Integrado		
Acesso Pedonal	SIM	Bom		SIM	Exelente		SIM	Regular	
Acesso Ciclovía	NÃO	Viável		NÃO	Viável		NÃO	Inviável	
Acesso Viário	SIM	Exelente		SIM	Exelente		SIM	Exelente	
Distância do Centro	1km			0,8km			6km		
Área Metropolitana mais próxima	Porto			Porto			Rio de Janeiro		
População	2 294 741			2 294 741			12 064 657		
Distância da Área Metropolitana	96 km			70 km			180 km		

Tabela 2: Comparativo dos dados das Instituições UTAD ;UA e UFJF (Fonte: Autor, 2014)

IV - TRÊS RIOS: HISTÓRIA, CARACTERIZAÇÃO E EVOLUÇÃO URBANA

Três Rios é uma cidade brasileira de média dimensão, localizada no interior do Estado do Rio de Janeiro, na fronteira com o Estado de Minas Gerais.

Os três rios que fizeram o município receber essa denominação são Piabanha, Paraibuna e Paraíba do Sul. A cidade, antes chamada de Entre-Rios, foi elevada à categoria de município em 1938, chamando-se Três Rios. Segundo Teixeira (2004) a cidade é historicamente considerada o maior entroncamento rodoferroviário do Brasil por ser o ponto em que se cruzam duas das mais importantes vias de comunicação do país, “(...) fato que lhe valeu a rotulação de a esquina do Brasil” (Teixeira, 2004, p. 63).

Os seus habitantes atuais, os «trirrienses», mostram-se como um povo “bairrista”, expressão usada para definir o apego da população a sua cidade, sempre na luta de seus ideais, levando a cidade a muitas conquistas principalmente na área política, elegendo importantes personagens políticas do interior do estado. Fazendo hoje de Três Rios, uma cidade em franco desenvolvimento, que tem recebido importantes investimentos públicos e privados nos anos mais recentes e que se moderniza a grande velocidade, melhorando a qualidade de vida dos que nela habitam e dando fortes passos para assegurar o seu futuro como pólo regional.



Imagem 23: Localização Geografica de Três Rios. (Fonte: Wikipédia, editado pelo Autor , 2014).

IV.1 - História

Oitenta anos depois da descoberta da enorme massa de terra que é a América do Sul pelos portugueses e da fundação da cidade portuária do Rio de Janeiro, surgiram os primeiros rumores da existência de enormes quantidades de ouro nas terras de Minas Gerais localizadas a Norte desta cidade.

Aguçados pela possibilidade de riqueza rápida e no interesse da Coroa portuguesa em assegurar esses ricos recursos minerais, são enviados os primeiros exploradores para o interior do Estado do Rio de Janeiro no ano de 1585, que viriam a serem os primeiros Europeus a passar nas terras onde hoje se edifica a cidade de Três Rios (Teixeira, 2004, p.24).

Essas terras de clima tropical e cobertas de uma densa mata Atlântica eram já habitadas pelos índios Coroados e Barrigudos que ali viviam, aproveitando os recursos naturais da área. No entanto, os exploradores portugueses procuravam o ouro que se encontrava ainda mais a norte, pelo que seriam necessários mais 100 anos para que se iniciasse a colonização de toda a região.

Por volta de 1680, vários Bandeirantes provenientes de São Paulo passaram pela região, encarregados pelo governador do mesmo Estado de abrir o Caminho Novo, uma alternativa ao anterior e perigoso caminho que ligava Minas Gerais ao Estado do Rio de Janeiro, deixando para trás marcas de desbravamento e os primeiros grupos populacionais. Esses grupos populacionais que seguiram os bandeirantes e a abertura do Caminho novo viriam a originar as cidades de Paraíba do Sul e Mar de Espanha. Nestas terras floresceram em abundância as lavouras de cereais e de mamona, cujo produto se destinava à fabricação de azeite usado na iluminação das casas (Teixeira, 2004, p. 26).

Antônio Barroso Pereira era dono de cinco fazendas localizadas no Vale do Paraíba, entre as quais a fazenda Cantagalo por aonde viria a passar a estrada União Indústria, que contou com grande colaboração do fazendeiro e, por esse motivo, o imperador Pedro II o agraciou, em 1852, com o título honorífico Barão de Entre-Rios. Ainda em sua homenagem à estação ferroviária local, foi dado o nome de Estação de Entre-Rios.

A população foi aumentando devido à instalação de uma vasta fazenda agrícola, que viria a pertencer a Mariana Claudina Pereira, mais tarde Condessa do Rio Novo, que reconhecidamente é a mais expressiva figura da história da cidade.

O pequeno povoado foi desenvolvendo em função do trabalho na lavoura e da benfeitoria da Condessa, mas foi em 1861, com a inauguração da estrada União Indústria, a primeira estrada pavimentada do país que conectava as cidades de Juiz de Fora e Petrópolis e, posteriormente, em 1867 com a chegada do primeiro comboio que a cidade realmente ganhou importância estratégica. Essas duas obras foram de fato marcantes para a história da cidade fatos que contaram com a presença ilustre do Imperador D. Pedro II, quando da sua inauguração.

Pelos traçados dessas duas estruturas viária estrada e caminho-de-ferro, chega o progresso ao pequeno vilarejo e definem-se os primeiros traços urbanos em seu território contido pelo rio Paraíba do Sul.

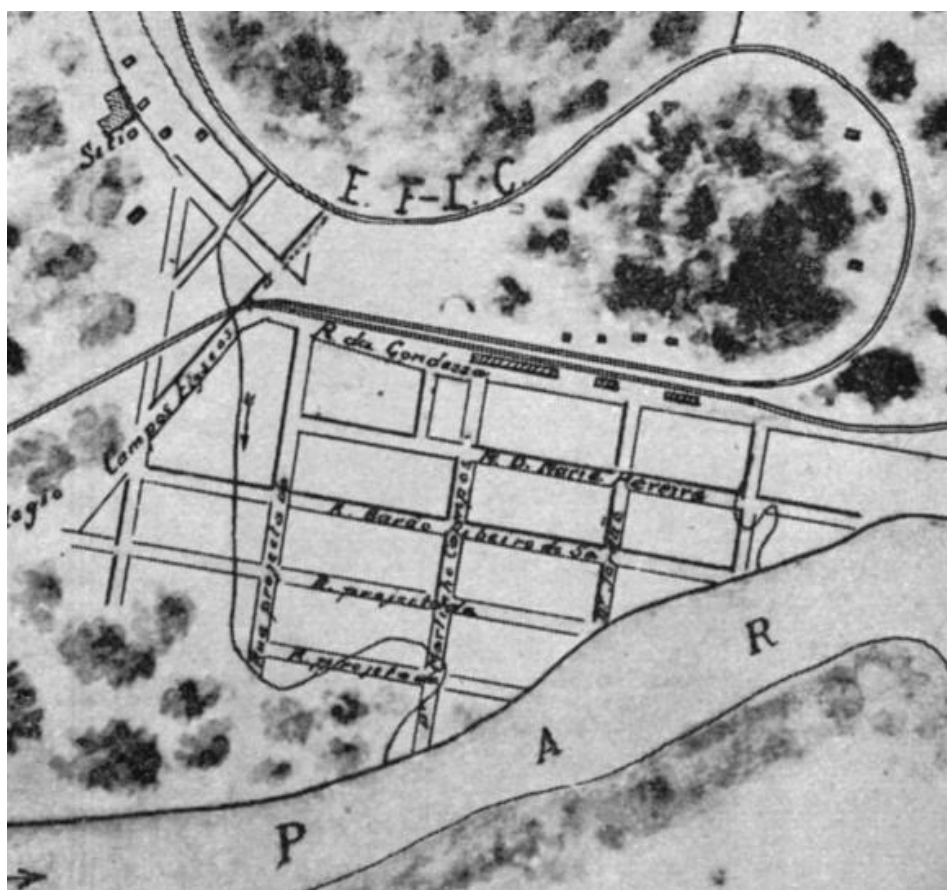


Imagem 24: Primeiro traçado urbano de Três Rios princípio do séc. XX. (Fonte: Arquivo-Secretaria de Cultura de Três Rios, 2014).

Com o batismo da estação, não tardou que o pequeno povoado, formado às margens das vias, passasse a ser conhecido como Entre-Rios, nome que perduraria até a década de 50 do séc. XX altura em que o nome da cidade foi alterado para Três Rios, em virtude de existirem no Brasil oito localidades com o mesmo nome.

Confirmava-se o acelerado progresso local, apresentado por uma superioridade frente ao distrito sede: maior população, maior contingente eleitoral, maior arrecadação de impostos - componentes que fizeram com que o povo «entrerriense» reivindicasse sua emancipação de Paraíba do Sul, já no início da década de 20. A 14 de Dezembro de 1938, pelo decreto 634, o distrito de Entre-Rios conseguiu a sua emancipação político-administrativa e o novo município foi instalado a 1º de Janeiro de 1939.



Imagem 25: Travessia do Rio Paraíba do Sul em, Três Rios - Caminho de Ferro (esquerda), Estrada União Indústria (direita); princípio do séc. XX. (Fonte: Arquivo- Secretaria de Cultura de Três Rios, 2014).



Imagem 26: Povoado e a Estação de Entre-Rios, no princípio do séc. XX. (Fonte: Arquivo- Secretaria de Cultura de Três Rios, 2014).

IV.2 - Geografia

O Município está situada a 130 km da cidade do Rio de Janeiro, no cruzamento de duas das mais importantes vias de comunicação do país, que ligam o Estado de São Paulo à região Nordeste e o Estado do Rio de Janeiro a Brasília (atravessando o estado de Minas Gerais).

A cidade apresentou um crescimento contínuo e sustentado, aproveitando-se da sua posição geográfica privilegiada, industrializando-se e alargando a sua oferta de serviços. Tornou-se, menos de meio século após a sua fundação, em cidade pólo da região Centro Sul Fluminense e apresenta hoje uma das mais altas qualidades de vida no Estado do Rio de Janeiro aos seus habitantes.

Apesar da contagem do IBGE apontar no ano de 2010 uma população de 77.503 habitantes, a Prefeitura fala em 110.000 habitantes, pois considera pessoas que não possuem ali sua residência fixa e as que possuem residência dividida com outro município. No entanto especula-se que no total a população atendida pela cidade, com seus serviços e comércio, chegue a uma população de 400.000 pessoas, segundo apuração da Câmara de Dirigentes Lojistas de Três Rios.

O posicionamento da cidade desempenhou um papel de suma importância na sua fundação e posterior desenvolvimento. A cidade nasce com uma localização privilegiada. Ao Norte do território encontra-se o rico estado de Minas Gerais que, como o seu próprio nome indica, detinha grandes reservas minerais compostas essencialmente por ouro e diamantes. Ao Sul, temos a cidade do Rio de Janeiro, a então capital e maior região econômica e cultural do império brasileiro.

Ao mesmo tempo, o rico cafeeiro Vale do Paraíba, assim nomeado em função do rio que por ali se escoava, ligava o industrial estado de São Paulo ao nordeste do país através de uma importante via. Estas duas vias estruturais do país cruzam precisamente onde hoje se ergue Três Rios, tornando assim a cidade no maior e mais importante entroncamento rodoferroviário do Brasil, o que garantiu o seu desenvolvimento, atraindo indústrias e fixando população.

Três Rios, dado a sua excelente localização, segundo Teixeira,.

(...) é considerada o maior entroncamento rodo ferroviário do país. (...) Fato que lhe valeu a rotulação de a esquina do Brasil. Ela está situada no cruzamento das estradas de rodagem BR116 (Rio – Bahia), BR 135 (União Indústria), BR 040 (Rio – Belo Horizonte – Brasília) e BR393 (Lúcio Meira) (Teixeira, 2004, p. 63).

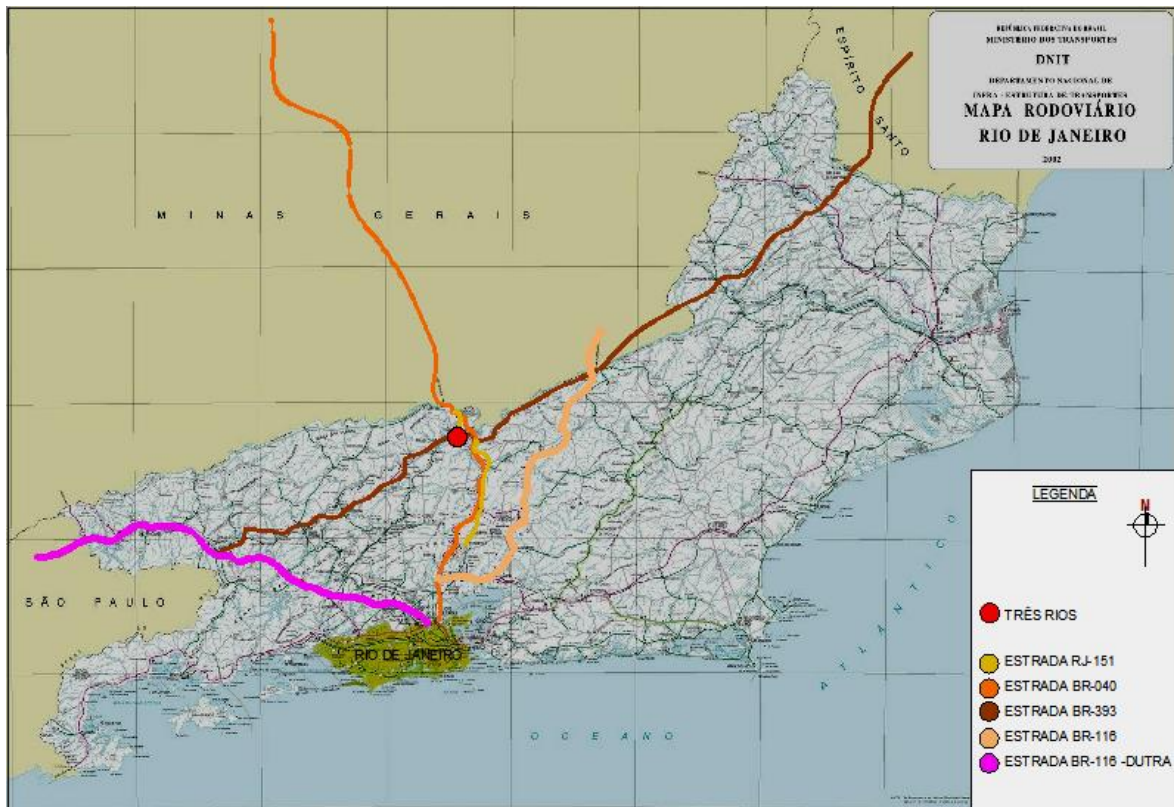


Imagem 27: Mapa do entroncamento rodoviário de Três Rios, e suas principais vias conectoras (Fonte: editado pelo Autor, 2014).

- Estrada RJ-151 Trecho entre Três Rios e Comendador Levy Gasparian da antiga Estrada União Indústria que liga Juiz de Fora ao Rio de Janeiro.
- Estrada BR-040 que liga a cidade do Rio de Janeiro até Brasília, passando por Belo Horizonte.
- Estrada BR-393 (Lúcio Meira) liga São Paulo ao Estado do Espírito Santo, atravessando todo o Vale do Paraíba – RJ.
- Estrada BR 116 que liga o Sul ao Nordeste do país.

Ao analisar os índices de desenvolvimento da atividade económica das últimas décadas confirmam esta evolução refletida na criação de infraestruturas rodoviárias, acesso a níveis de ensino e cuidados de saúde, bem como acesso a meios culturais alargados a diversas áreas. Na vertente do turismo, a cidade pretende afirmar-se como um pólo comercial da região e conta com diversos eventos e exposições em variadas áreas.

IV.3 - Caracterizações Económica

A cidade destacou-se principalmente nas décadas de 1970 e 1980 se comparada a outros municípios por sua forte industrialização, principalmente no ramo ferroviário e no ramo de alimentação este período entra num processo de declínio nos finais dos anos 1980 com a quebra de duas de suas mais importantes empresas, a Companhia Santa Matilde, uma das principais fabricantes brasileira de vagões, se destacando também na fabricação de tratores e automóveis, fornecia equipamentos também para outras regiões, além do Rio de Janeiro.

Outra grande perda para a economia foi com o fechamento da Indústria Frigorífica Sola S.A., colaborando para o cenário de declínio económico na cidade, agravando os quadros de desempregos consequentemente a queda financeira do município o que soma ao processo de paralisação do seu desenvolvimento económico.

O Desenvolvimento económico só retoma seu crescimento no princípio do século XXI com a estabilidade financeira do país e com reflexo de medidas político-económicas do atual governo e incentivos fiscais a cidade, processo que ganha força com a chegada de novas e importantes indústrias à cidade abrindo caminho a fixação de outros menores e não menos importantes, que foram capazes de garantir um novo e positivo quadro financeiro a cidade.

Em Agosto de 2010, uma de suas mais importantes indústrias, a gigante produtora de embalagens de alumínio Latapack-Bell inicia suas atividades no município.

Localizada em um terreno de terreno de 160 mil m², a Unidade Três Rios ocupa um total de 40 mil m² de área construída. Com investimentos da ordem de US\$ 105 milhões, a planta possui atualmente uma linha de produção, ativa desde novembro do ano passado, com capacidade para

produzir 1,1 bilhão de latas/ano no tamanho 350 ml (12oz). Isto equivale a 3,6 milhões de latas ao dia e 2500 por minuto (Entre Rios Jornal On Line, 2010).

Dois anos depois, em 2012, foi inaugurada a terceira fábrica da Nestlé no Estado e a 31ª do país, com sede no município trirriense e acompanhada pela instalação da fábrica de ônibus Neobus, a terceira do setor no Brasil. A empresa iniciou as atividades no segundo semestre de 2013. Em pleno funcionamento, tem capacidade para produzir 20 ônibus por dia e gerar, ao longo dos anos de produção, cerca de 1.200 empregos diretos. O município também possui a fábrica da empresa Ttrans, fundada em 1997. A Ttrans atua no segmento metro ferroviário realizando serviços nas áreas de Energia, Sinalização e Controle, Telecomunicações, Sistemas Auxiliares, Bilhetagem Eletrônica e Material Rodante.

Na atual administração, Três Rios, acompanhando a fase de crescimento econômico pela qual passa o país e a privilegiada localização geográfica que permite o rápido acesso às principais estradas do país, vivem um momento de prosperidade com diversas empresas se instalando no município ao mesmo tempo em que a prefeitura investe muito em educação, o que deverá trazer mão de obra qualificada aos empresários que resolverem adotar a região e se beneficiar de seus recursos (Prefeitura de Três Rios, s.d.).

O PIB (Produto Interno Bruto) da cidade estimado em 2009: Valor adicionado bruto da agropecuária a preços correntes: 41.272 mil reais; valor adicionado bruto da indústria a preços correntes: 338.831 mil reais; valor adicionado bruto dos serviços a preços correntes: 773.174 mil reais; impostos sobre produtos líquidos de subsídios a preços correntes: 151.367 mil reais; PIB a preços correntes: 1.304.643 mil reais; PIB per capita a preços correntes: 17.149,44 reais.

Abaixo, apresenta-se uma tabela, que apresenta um quadro geral da situação geo-social do Município de Três Rios:

Três Rios	Código: 3306008	
Síntese das Informações		
Área da unidade territorial	326,136	km ²
Estabelecimentos de Saúde SUS	33	estabelecimentos
Matrícula - Ensino fundamental - 2012	11.947	matrículas
Matrícula - Ensino médio - 2012	2.738	matrículas
Número de unidades locais	2.832	unidades
Pessoal ocupado total	26.442	peessoas
PIB per capita a preços correntes - 2011	23.251,22	reais
População residente	77.432	peessoas
População residente - Homens	37.014	peessoas
População residente - Mulheres	40.418	peessoas
População residente alfabetizada	67.510	peessoas
População residente que frequentava creche ou escola	22.502	peessoas
População residente, religião católica apostólica romana	47.353	peessoas
População residente, religião espírita	2.588	peessoas
População residente, religião evangélicas	21.000	peessoas
Valor do rendimento médio mensal dos domicílios - Rural	1.635,34	reais
Valor do rendimento médio mensal dos domicílios - Urbana	2.361,47	reais
Valor do rendimento mediano mensal per capita - Rural	402,5	reais
Valor do rendimento mediano mensal per capita - Urbana	510	reais
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - 2010 (IDHM 2010)	0,725	

Tabela 3:: Dados geo-social do Município de Três Rios (Fonte: IBGE_ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010)

V - O ENSINO SUPERIOR EM TRÊS RIOS

V.1 - O Princípio da Educação Superior em Três Rios

Em 1984, inicia-se a movimentação na tentativa de atrair para a cidade uma universidade privada na forma de extensão da Faculdade de Valença da FAA (Fundação André Arcoverde) este movimento conta a participação ativa dos professores Celso Jacob⁶ e Rogério Venturini.

Em 1985, após a frustrada tentativa de atrair a FAA para a cidade, inicia-se uma nova campanha, desta vez o foco é a UERJ (Universidade Estadual do Rio de Janeiro), os professores debruçam-se mais uma vez a questão e inicia um amplo levantamento de impacto e dos benefícios que a instalação de um câmpus avançado traria para região. Levantamento este que fora entregue ao então Secretário Estadual de Fazenda César Maia sendo um momento oportuno já que naquele ano ele traçava seu percurso na tentativa de se eleger ao Congresso Nacional, a idéia era conseguir o apoio de um importante político para que pudesse avançar com o projeto, que adotara como modelo o programa realizado com sucesso pela UNESP (Universidade Estadual Paulista) em municípios no interior do Estado de São Paulo, o modelo priorizava a política de interiorização de seus câmpus. A campanha se mostra positiva contando não só com o apoio do Secretário, mas também do próprio Governador Leonel Brizola e perante a direção da UERJ.

Era inegável que os benefícios viriam além da óbvia funcionalidade e conforto para os jovens que se aventuravam nas estradas em do estudo superior em outras praças, estariam também visíveis a médio e longo prazos na transformação cultural, no arejamento de idéias, no intercâmbio e a qualificação profissional de milhares de pessoas (Jacob, 2004 p. 36).

Apesar de todos os esforços empregados e do anseio para a concretização da vinda da UERJ, surgem empecilhos ao projeto, reforçados principalmente pela falta de consenso político entorno do assunto. A situação política complica-se ainda mais com a derrota

⁶Celso Jacob é economista, mestre em educação e consultor de empresa. Deputado federal por duas vezes (1999/2000 e 2013/2014) foi Prefeito da cidade de Três Rios, no interior do estado do RJ, por dois mandatos seguidos (2001/2008). É um grande batalhador pelas causas da educação e pelas práticas educacionais voltadas para a formação e qualificação dos jovens, Em 2004 lançou o livro, A Educação Venceu, o qual descreve, em memórias e depoimentos, como liderou o “Projeto Ensino Superior”, um dos mais importantes movimentos políticos da história do município de Três Rios. Gabinete do Partido.

do então candidato do governo Darcy Ribeiro⁷ para a oposição mais a direita. Darcy além de dar sequência às políticas do então governador, Leonel Brizola⁸, apresentava-se como figura política ideal para alavancar o projeto, dada sua carreira sempre focada na educação pública brasileira. A perda do apoio político representou a machadada final para todo o projecto de instalação de uma extensão da UERJ em Três Rios.

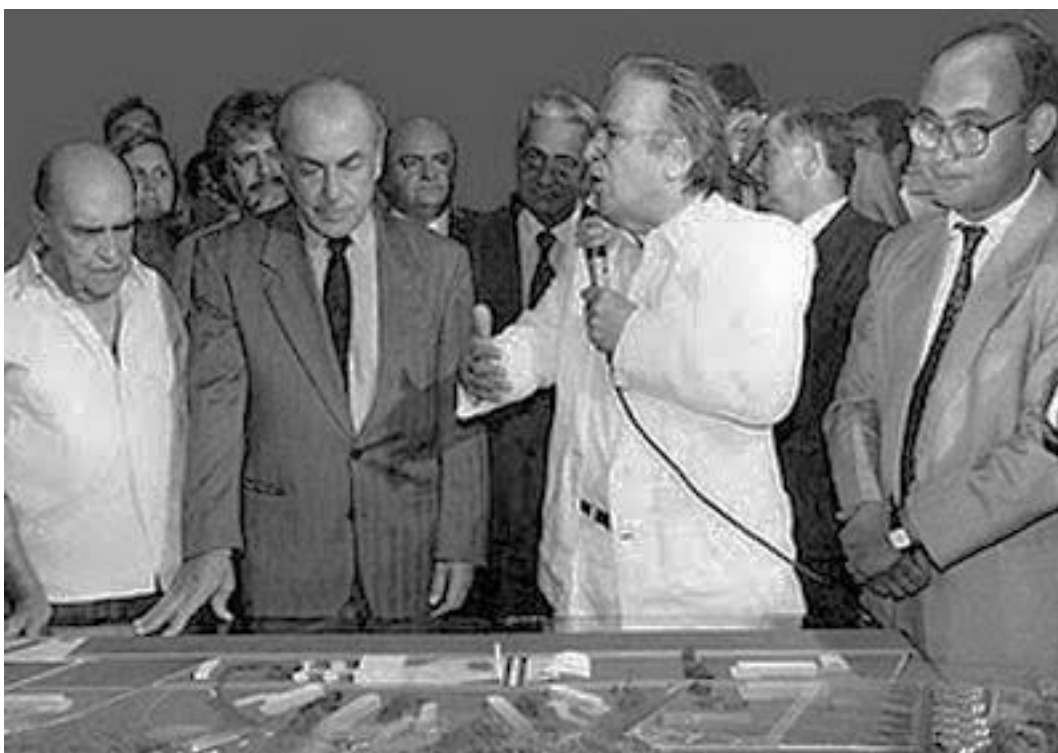


Imagem 28: Arq. Oscar Niemeyer, Leonel Brizola e Darcy Ribeiro na apresentação do projeto do CIEP. 1983 (Fonte: <http://www.viomundo.com.br>, 2014).

⁷Segundo NISKIER 2012, Nas eleições de 1986, Darcy foi candidato ao governo fluminense pelo PDT, concorrendo com Fernando Gabeira (então filiado ao PT), Agnaldo Timóteo (PDS) e Moreira Franco (PMDB) que vence as eleições e passava a estar controlado pela oposição.

⁸ Político brasileiro foi prefeito de Porto Alegre, deputado estadual e governador do Rio Grande do Sul, deputado federal pelo Rio Grande do Sul e pelo extinto estado da Guanabara, e duas vezes governador do Rio de Janeiro. Por duas vezes foi candidato a presidente do Brasil pelo PDT, partido que fundou em 1980, não conseguindo ser eleito.

V.2 - As Primeiras Instalações

Um terreno no Bairro Cidade Nova⁹ já havia sido doado ao estado por uma tradicional família local, com intuito da construção de um hospital para tuberculosos, terreno este que possuía uma estrutura em alvenaria, resquícios do projeto do hospital, que fora abandonada, pois o clima da região fora considerado impróprio para o tratamento da doença, tornando assim inviável o projeto do hospital. Para amenizar o prejuízo, o governo da época, repassou a estrutura para a antiga FLUBEM¹⁰ um reformatório para jovens, que adaptou a construção já existente, agregando a ela, novos módulos e além de quadras desportivas.

Este projeto mais uma vez falhou, e a nova e recente estrutura montada foi concedida a Fundação Educacional Severino Sombra¹¹. Os motivos de tal concessão pelo governo municipal a uma instituição privada nunca ficaram claros e conduziria a uma disputa judicial pela transferência dos direitos de uso do complexo para a UERJ.

Paralelo à disputa judicial, Celso Jacob, Jodaci Santana, Ladirso Jacó e auxiliados pelo arquiteto João Manuel¹², iniciaram uma busca de apoios e verbas, que viria a encontrar principalmente junto a importantes indústrias locais. Esse apoio tinha como objetivo realizar as reformas exigidas pela UERJ no edifício e atrair para a cidade alguns cursos de educação profissional, que funcionariam como mais um atrativo para a instalação de futuros cursos acadêmicos.

Apesar de todos os esforços, problemas jurídicos relacionados com o uso do imóvel, que alguns políticos locais defendiam que deveria ser usado como centro de recuperação de menores infratores e não como universidade, acabariam por impedir que o processo

⁹Segundo análises do autor, é um bairro localizado as margens da rodovia RJ-151 na região Oeste do município de Três Rios, região de baixo desenvolvimento urbano e social.

¹⁰ A Lei Estadual 1.534 de 27/11/1967 autorizou o Poder Executivo a instituir a Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor - FEBEM, vinculada a Secretaria de Estado e Serviço Social, destinada a prestar assistência ao menor, na faixa etária entre zero e 18 anos de idade, no Estado da Guanabara. A FEBEM passou a ter, então, por finalidade: "formular e implantar programas de atendimento a menores em situação irregular, prevenindo-lhes a marginalização e oferecendo-lhes oportunidades de promoção social." Na mesma época foi criada, também, a Fundação Fluminense do Bem-Estar do Menor - FLUBEM, cuja área de abrangência era o antigo Estado do Rio de Janeiro.

¹¹ Fundação Educacional Severino Sombra, Entidade Filantrópica, sem fins lucrativos, declarada de Utilidade Pública, mantenedora da Universidade Severino Sombra e demais órgãos suplementares.

¹²Arquiteto responsável pela idealização do projeto de reforma do edifício.

seguisse adiante. Eventualmente o edifício foi abandonado e depredado por vândalos sem nunca chegar a cumprir nenhuma das funções para as quais havia sido destinado.

Segundo o Professor Dr. Renato Carneiro (Jacob, 2004), economista e professor na UERJ,

Enviamos para Três Rios um caminhão com carteiras, toda a estrutura para o prédio que fica na Cidade Nova e tempos depois, com tristeza n'alma, voltamos para ver o prédio e descobrimos aquilo como um galinheiro. Tudo Depredado. Na realidade, se houve culpa, a culpa foi dos antigos reitores da UERJ que não tiveram vontade política para montar naquele tempo o que anos depois conseguimos com a Rural no convênio com a FETRI (Jacob, 2004. p. 47).



Imagem 29: Ruínas das instalações da UERJ.(Fonte: Celso Jacob, 2004, p.46).

Levariam mais doze anos para que Três Rios pudesse finalmente concretizar seu sonho com a instalação de uma universidade pública na cidade.

V.3 - A Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - Seropédica

A Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ Seropédica é um município da Microrregião de Itaguaí, na Mesorregião Metropolitana do Rio de Janeiro, no mesmo Estado. Localiza-se a 75 quilômetros da capital do Rio de Janeiro e ocupa uma área de 283,794 km². No ano de 2011 a sua população foi estimada em 78.183 habitantes pelo IBGE. Seropédica é, então, o 31º município mais populoso do Estado do Rio de Janeiro e o segundo mais populoso de sua microrregião. Faz divisa com os municípios de Itaguaí, Nova Iguaçu, Japeri, Queimados e Paracambi.

A UFRRJ tem suas origens no Decreto 8.319 de 20 de Outubro de 1910, assinado por Nilo Peçanha, o então Presidente da República Federativa do Brasil, e por Rodolfo Nogueira da Rocha Miranda, o também Ministro da Agricultura do corrente governo. Este Decreto estabeleceu também, as bases fundamentais do ensino agropecuário no Brasil, pois oficializou a criação da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária.

A sede da universidade foi instalada em 1911, onde estava o antigo palácio do Duque de Saxe e onde atualmente está o Centro Federal de Educação Tecnológica do Ministério da Educação e Ciência - CEFET/MEC, no Maracanã. A UFRRJ foi inaugurada em 1913 e funcionou por dois anos com seu campo de experimentação e prática agrícola na cidade de Deodoro (Governo do Estado do Rio de Janeiro, s.d.).

Em 1938, o Decreto-Lei 982 transformou a situação – enquanto a Escola Nacional de Agronomia passou a integrar o Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas (CNEPA) recém-criada, a Escola Nacional de Veterinária passou a subordinar-se diretamente ao Ministério da Educação do Estado do Rio de Janeiro. O CNEPA foi reorganizado em 1943, e nasceu deste modo àquela que conhecemos mais recentemente como a Universidade Rural, abrangendo na época a Escola Nacional de Agronomia, a Escola Nacional de Veterinária, Cursos de Aperfeiçoamento e Especialização, Cursos de Extensão, Serviço Escolar e Serviço de Desportos.

A Universidade Rural, além de consolidar os novos cursos e serviços criados, tomava as providências para, em 1948, transferirem-se para o seu câmpus atual, localizado no

município de Seropédica, as margens da Antiga Rodovia Rio-São Paulo¹³, hoje com o nome de BR-465.

Somente em 1963, pelo Decreto 1.984, a Universidade Rural passou a denominar-se Universidade Federal Rural do Brasil, envolvendo a Escola Nacional de Agronomia, a Escola Nacional de Veterinária, as Escolas de Engenharia Florestal, Educação Técnica e Educação Familiar, além dos cursos técnicos de nível médio dos Colégios Técnicos de Economia Doméstica e Agrícola “Ildefonso Simões Lopes” (Universidade Federal Rural Fluminense, s.d.).



Imagem 30: Câmpus da UFRRJ na cidade de Seropédica. (Fonte:Google Earth, 2014).

¹³ A rodovia é atualmente denominada BR-465 pelo PNV - Plano Nacional de Viação.

Sua atual denominação – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – veio com a Lei 4.759, de 1965. A UFRRJ tornou-se uma autarquia desde 1968, passou a atuar com uma estrutura mais flexível e dinâmica para acompanhar a Reforma Universitária feita pelo Governo Federal que foi implantada no Brasil. Com a aprovação de seu Estatuto, em 1970, a Universidade vem ampliando suas áreas de Ensino, Pesquisa e Extensão, tendo, em 1972, iniciado o sistema de cursos em sistema de créditos. Os primeiros cursos de pós-graduação na UFRRJ iniciaram as suas atividades em 1965.

V.4 - O Ensino Superior chega a Três Rios.

Nos anos de 1998, A UFRRJ inicia um projeto de interiorização, projeto este que já havia iniciado com a instalação de um câmpus avançado em Paracambi¹⁴, abria-se a Três Rios uma nova possibilidade de acolherem seu território uma instituição universitária. Todavia a o governo daquele ano, não chegou a um acordo com as condições propostas pela direção da Universidade. O que abre caminho para uma negociação externa à prefeitura motivada pelo professor Celso Jacob, que se mostrava dedicado à questão desde a primeira proposta de a cidade receber a UERJ.

A história da Rural, em Três Rios, teve início em 1998, com a instalação, no Colégio Entre Rios, dos cursos de Ciências Econômicas e Administração, que funcionavam como turmas fora de sede, ligadas ao Instituto de Ciências Humanas e Sociais, em Seropédica. (...) Federalização da Universidade – tornou-se realidade com a criação do *campus* em Três Rios através do Projeto de Expansão do Governo Federal, em 2007. (ITR/UFRRJ s.d)

Dessa vez com a experiência acumulada, com a falha vida da UERJ, o projeto é feito de maneira mais cautelosa. Como afirma Jacob (2004, p. 59): Primeiro, porque tocar um projeto dessa envergadura requer, antes de tudo, credibilidade, depois, respaldo econômico ou político, o que na época não acontecia, por estarmos na oposição a um governo que não tratava a educação como prioridade.

¹⁴ Paracambi é um município da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, no Brasil.

A melhoria encontrada para não perder a possibilidade da parceria, foi à criação de uma Fundação Educacional, que reunia 14 conselheiros, que debruçaram para que o projeto desenvolvesse o mais rápido possível e de maneira que não encontrasse um “foco oposicionista”, não perdendo assim a oportunidade encontrada.

Com apoio de e a credibilidade do Reitor da Rural, o projeto avançou e ainda no ano de 1998 foi criada a Fundação Educacional de Três Rios - FETRI, o principal elo para a assinatura do convênio entre a UFRRJ e Três Rios. Tiveram algumas tentativas de impedimento de tal acordo junto ao MEC¹⁵, mas foi ultrapassado, o que permitiu que em julho daquele ano a FETRI realizasse o primeiro vestibular da cidade. Para José Antônio de Souza Veiga, Reitor da UFRRJ:

A Universidade Rural, em seus 92 anos de ensino, pesquisa e extensão a serviço do povo brasileiro, traz para esta parceria o seu imenso potencial de formação de profissionais que sejam cidadãos criativos, participativos, solidários e comprometidos com os destinos das pessoas deste país. A Fundação Educacional de Três Rios, traduzindo as expectativas da sociedade trirriense teve a coragem de atender, com esta parceria, um anseio de décadas (Jacob, 2004, p. 68).



Imagem 31: Primeiro vestibular FETRI/UFRRJ (Fonte: Celso Jacob, 2004 p.66).



Imagem 32: Aula inaugural da FETRI/UFRRJ (Fonte: Celso Jacob, 2004 p.66).

Nos anos seguintes, o projeto apresenta fragilidades económicas, ameaçando a sua consolidação, com custo de R\$18 mil¹⁶ mensais, aparentemente baixos, a FETRI não contava com verbas públicas, sobrevivendo graças à aposta de parceiros, e com a crise económica vivida naquele período a ajuda acaba se agravando. Tendo sido cogitada

¹⁵ MEC- sigla que define Ministério da Educação no Brasil antigo Ministério da Educação e Cultura.

¹⁶ Valores fornecidos pela Fundação Educacional de Três Rios-FETRI

pelo governo a necessidade de cobrança de R\$100,00 mensais a cada aluno, valor muito inferior pago a uma faculdade privada, mas o suficiente para contrariar o ideal da instituição que pregava o ensino gratuito principalmente a jovens de baixa renda. Para ultrapassar a situação, que já colocava a fundação em dívidas, mais uma vez a confiança dos empresários e da sociedade foi fundamental para financiar este sonho.

A segurança financeira veio ainda no ano de 1999, que para além dos parceiros, a FETRI despertou a atenção do então Governador¹⁷ levando-o a firmar convênio com a Fundação, a partir desse momento, o Estado torna-se o seu principal financiador.

Posteriormente à conquista dos parceiros, consegui uma ajuda considerável do então governador Anthony Garotinho. (...) Essa verba nos salvou, pois estávamos endividados. Desde então, a Fundação vem recebendo ajuda do Estado (...) (Jacob, 2004. p. 63).

Para Riley Rodrigues de Oliveira, escritor e radialista, com a consolidação do acordo FETRI/RURAL “Três Rios, com as faculdades, entra no seleto clube das cidades brasileiras que fogem do subdesenvolvimento” (Jacob, 2004. p. 87), abrindo caminho ao interesse por novos acordos educacionais e a chegada de mais cursos profissionalizantes e de nível superior, públicos e privados. Como a FAETEC que fornece formação técnica de forma gratuita e a instalação em Agosto de 2001 do consorcio CEDERJ¹⁸ que oferece educação superior à distância.

Com o estabelecimento dos acordos primario a UFRRJ fixa num primeiro momento nas instalações do Colégio Entre-Rios. No ano de 1998, o colégio no abrigou a instituição em espaço dividido com alunos do ensino secundario, usando os horarios noturnos (livres de atividades do colégio), tendo assim iniciado as atividades do curso superior na cidade.

Com fundos educacionais a Prefeitura realiza obras de melhoramento e ampliação do edifício do Colégio Municipal Walter Francklin e no ano de 2003. O então prefeito, dá

¹⁷ Anthony William Matheus de Oliveira conhecido como Anthony Garotinho, foi 58º Governador do Estado do Rio de Janeiro, 1º de Janeiro de 1999 a 6 de Abril de 2002, ano ao qual foi candidato à presidência da Republica.

¹⁸ Fundação Cecierj / Consórcio Cederj – Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro, órgão vinculado à Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia (SECT), desenvolve projetos nas áreas de Graduação a Distância (Consórcio Cederj); Divulgação Científica; Pré-Vestibular Social; Extensão (Formação Continuada de Professores) e Ceja – Ensino de Jovens e Adultos.

sua versão de como surgiu essa idéia de transferir a instituição para o Colégio Municipal:

(...) ainda não passava de sonho a idéia de construir um centro universitário na cidade para abrigar todos os cursos de ensino superior. Mas, com esforço conjunto, e digamos também, com um tanto de criatividade jurídica e intelectual, o sonho se transformou em uma realidade palpável e substancial. ...foi apresentado à realidade no dia 17 de fevereiro de 2003, após desgastes batalhas jurídicas. A grande mudança não estava apenas na rápida concretização do sonho, mas literalmente também na própria estrutura dele. Em vez de canteiros de obras, um prédio bem localizado e estruturado: o Colégio Walter Francklin. Eu confesso que já estava resignado com um projeto a longo prazo quando entendemos que uma solução mais rápida seria arrendar o espaço do colégio. Levamos essa proposta à direção a CENEC - Campanha Nacional de Escolas da Comunidade – mas ela não aceita. Foi então que surgiu a proposta de desapropriarmos o colégio. (Jacob, 2004, p. 105)

Não se pensando somente em prédio, infra-estrutura e novas salas, mas na garantia de novas ofertas de cursos e para atender a demanda do município e regiões circunvizinhas, foi necessário construir uma extensão do prédio que é chamado por todos por “anexo”. Ele foi inaugurado em novembro de 2004, com mais nove salas de aula e um auditório que comporta 170 pessoas. Em 2009, a UFRRJ implantou em Três Rios, o curso de Direito e no dia 30 de outubro de 2009, houve a criação do Instituto Três Rios, o décimo primeiro na estrutura organizacional da UFRRJ. O curso de Gestão Ambiental teve início no primeiro semestre de 2010.



Imagem 34: Edifício anexo Colégio Walter Franklin
(Fonte: Autor, 2014).



Imagem 33: Edifício atual da UFRRJ-Instituto Três Rios
(Fonte: Autor, 2014).

Hoje a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, por meio do seu décimo primeiro instituto, o Instituto Três Rios, visa a democratização do ensino público e de qualidade, com forte inserção no meio regional. A oferta atual de cursos conta com Administração, Direito, Ciências Econômicas e Gestão Ambiental. (ITR/UFRRJ, s.d)

Com a consolidação e o crescimento do projeto do Instituto de Três Rios a Universidade caminha para a construção do primeiro edifício próprio na cidade, inaugurado em 2010. É atualmente, o lugar de suas atividades na cidade.

A nova instalação do ITR e seu funcionamento, abre um caminho e amplia a possibilidade para o aumento da oferta de vagas. As novas instalações preveem assim sua consolidação na cidade com objetivo de ampliar seu complexo universitário sendo este paço uma importante etapa para a afirmação definitiva do ensino superior em Três Rios.

VI – ENSAIO

As cidades, como sistemas complexos que são, agregam diferentes espaços, funções e pessoas. Elas sofrem de um vasto conjunto de problemas urbanos interligados e que interagem entre si, com maior ou menor intensidade, pois cada uma delas possui especificidade própria. Os problemas das cidades são de certa forma, comuns e estão bem identificados. Deste modo, podem ensaiar-se os projetos para Três Rios de maneira a prever forças, desenvolvimento, interação social e os contributos ambientais.

VI.1 - Motivação e Escolha do Sítio

Com aumento da presença da UFRRJ em Três Rios, surge a necessidade de aumentar o seu espaço físico de modo a suportar o crescimento orgânico da instituição na cidade. As instalações em que funciona atualmente esta instituição de ensino superior, no centro da cidade, revelam-se diminutas e incapazes de suportar a sua futura expansão física.

Assim, Governo Municipal, nota a necessidade de pensar num local capacitado para a construção de um câmpus universitário que responda as necessidades da UFRRJ assim como o futuro desenvolvimento de todo ensino superior no município.

A Prefeitura de Três Rios vê na construção do novo câmpus universitário, uma oportunidade para dinamizar a economia e a vida cultural da sociedade trirriense. A instalação no município de um equipamento tão relevante como o câmpus universitário, torna-se, portanto objeto de reflexão por parte deste trabalho, visando à obtenção dos máximos benefícios para a cidade e seus habitantes.

Esta busca vai de encontro a outro grande projeto da Prefeitura de Três Rios, que procura também o melhor local para atender a necessidade do município na criação de uma de Área de Preservação Permanente (APP), de floresta nativa. Um compromisso assumido no atual mandato, motivado pela necessidade de preservar a já quase inexistente Mata Atlântica no território da cidade.

Junta-se a esta necessidade, a vontade de proporcionar a população uma área verde de lazer, na forma de um Parque urbano capaz de reunir diferentes espaço para atividades esportivas e de lazer, aproximando a população da natureza.

A gestão da prefeitura depara-se assim com três problemáticas distintas, que importa resolver da melhor forma a beneficiar da cidade:

- A criação de um Câmpus Universitário;
- A implantação de uma Área de Preservação Permanente;
- A criação de um Parque Urbano;

Este trabalho propõe-se a trabalhar sobre estas problemáticas e a encontrar a melhor solução para este desafio, de forma a atender às características próprias destes três projetos.

Enxergámos assim a oportunidade e o desafio de associar as três problemáticas apresentadas, de maneira a encontrar um único espaço que atenda as necessidades destas problemáticas, convertendo se num só projeto capaz de dar resposta as questões levantadas.

Tendo em conta a possibilidade de concretizar os três projetos: o câmpus, a APP e o Parque Urbano, este trabalho assume a responsabilidade de encontrar um local apropriado, no qual pudessem ser traçados estes três espaços.

Aliados, os três projetos (câmpus, parque e preservação) teriam um grande impacto urbano. De forma a garantir uma grande área verde para a cidade, estes projetos complementar-se-iam tornando o empreendimento sustentável, com potencial de transformação em diferentes escalas desde a ambiental-local à sócio-regional, uma vez que garante uma importante área de lazer para a população.

Com ideia é formar um parque com uma grande área verde para a cidade dentro das discussões políticas vigentes. Propõem-se neste trabalho eleger um terreno que reúna as condições necessárias e que se encontre disponível para a implementação do projeto.

O terreno escolhido para a elaboração deste projeto, tem de estar dotado de umas características ótimas e indispensáveis. A grande área necessária ao projeto será porventura o principal fator a ter em conta juntamente com a necessidade de possuir dentro dos seus limites uma área verde de importância ambiental. Devido às características topográficas da região de três Rios, dominada por uma sequência de colinas, torna-se imperativo encontrar um local topograficamente favorável a implementação desse projeto.

Assim, consciente das dificuldades e da necessidade de obter soluções estratégicas para um desenvolvimento sustentável do município, tem-se por base para alavancar o projeto três principais argumentos:

- O terreno com área e topografia viável;
- A presença da Mata Atlântica;
- A dinâmica social.

Após uma busca detalhada sobre os possíveis terrenos que reunissem as condições citadas previamente foi destacado o que melhor se enquadrava nas características pretendidas. Foi encontrada uma grande porção de terra com cerca de 3.000.000 m² a 4,5 km do centro de Três Rios que se encontra hoje inutilizável. A 4,5 km do centro de Três Rios, apresenta um posicionamento na malha urbana de grande interesse por estar sito à mancha norte do município na fronteira com o município de Levy Gasparian. Este terreno apresenta dentro de sua área resquícios de Mata Atlântica nativa, bem como nascentes que elevam a importância da sua preservação além de uma topografia favorável.

Associam-se às questões físicas do terreno uma localização social dramática, sendo a sua região adjacente uma zona predominantemente ocupada por habitações de baixa renda em bairros carentes de investimento público, contrapondo-se às recentes e modernas indústrias que se têm vindo a fixar e ao peso histórico de suma importância da área por estar localizada no acesso principal à antiga estrada real tendo como vizinha as terras da histórica Fazenda São Lourenço.



Imagem 35: Esquema das três diferentes estruturas do câmpus e sua localização na cidade. (Fonte: Autor, 2014)



Imagem 36: Foto, resquício de Mata Atlântica no terro (Fonte: Autor, 2014).

O terreno apresentado mostra-se capaz de responder aos anseios integrando num só espaço os três projetos demandados, de forma a garantir um uso sustentável deste espaço, maximizando os benefícios para a cidade.

VI.2 - Meios Sustentáveis à Concretização do Projeto

Planejar a cidade é o essencial ponto de partida para uma gestão municipal efetiva e de qualidade diante da máquina pública, onde a capacidade do planejamento ditará os rumos para uma boa ou má gestão, com reflexos diretos no bem-estar dos munícipes (Andrade *et al*, 2005). É também urgente a preocupação com o comportamento das finanças municipais, que estabelecem relações entre receitas, despesas, investimentos e endividamentos (Santos e Ribeiro, 2004).

Por outro lado, não podem ser esquecidas as variáveis sócio ambientais das cidades, que evidenciam a sustentabilidade urbana, o cenário de diversidade social que caracteriza as cidades e a importância principal da função social da propriedade. Considerando que tais questões podem ser mais significativas em um município que em outro, reproduzindo particularidades, é evidente que o modo como se elaboração de um plano que não se vincule a determinações programáticas e jurídicas conta com mais chances de sucesso.

Meio a esse conhecido cenário de regularização, participação comunitária, atendimento deficitário a áreas carentes de infraestrutura, regulação urbanística e elaboração de Planos que revisitam o chamado “planeamento de gaveta” dos anos 70, os Grandes Projetos Urbanos no Brasil ainda despertam pouco interesse entre estudiosos, diferentemente de outros países, são pontuais e, infelizmente, não constituem partes integrantes de projetos estratégicos capazes de alterar o todo urbano das cidades onde são implementadas (Ultramari e Rezende, 2001, p. 3).

Pensar o meio ambiente urbano é repensar também as relações do homem tanto na cidade quanto no campo, é repensar a política de reforma agrária. Há de se considerar que o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e à sustentabilidade urbana não deve ser contemplado como uma situação ideal, mas como um direito de realização progressiva no espaço e no tempo.

Outro aspecto da sustentabilidade é a gestão das cidades no tempo, ou seja, a administração presente e futura dos recursos ambientais da e na cidade associada à gestão social. Trata-se de buscar soluções para alcançar a sustentabilidade para as gerações presentes e vindouras. Nesse sentido, “os objetivos de interesse público não podem ser sacrificados pela alternância no poder, essencial à democracia” (Bucci, 2002, p. 264). Seria possível então exigir dos Poderes Públicos a implementação de políticas

públicas para a preservação do meio ambiente urbano? Essa indagação conduz à distinção:

- a) da escolha das diretrizes da política pública para concretização de determinadas metas, ou seja, da formulação de determinadas políticas públicas; e.
- b) dos próprios objetivos que a política pública visa alcançar, quer dizer, sua efetiva execução.

No que diz respeito à implantação do projeto, e suas reais possibilidades de sustentação, coloca-nos perante a preocupação não apenas de sua realização, mas os meios como este se afirmará nos futuros cenário políticos do município ao longo das diferentes gestões da instituição.

A associação do Parque, assim como a APP ao futuro Câmpus Universitário, trará assim maior segurança ao seu manejo, potencializando também um melhor elo ente a Universidade e a População aumentando o poder uno destes espaços como polinizadores de desenvolvimento para o município, agregando valores económicos, sociais e ambientais às suas zonas de influências.

De fato, no meio urbano brasileiro, o impacto de tais obras acaba por ser reduzida devido a outras ações de uma eventual política urbana nacional, caso se possa realmente considerar a práxis atual com resultado de uma política concentrada. Tal ação política, ou seja, o cenário no qual os Grandes Projetos Urbanos são implementados, ainda que não formalmente constituída possa ser assim sintetizados, de acordo com Ultramari e Rezende (2001):

1. Controle de uso do solo (antiga prática do planeamento urbano que agora concorrem com o chamado Plano Estratégico);
2. Planeamento participativo (vide atuais esforços de se generalizar a elaboração de Planos Diretores participativos pelo Ministério das Cidades e por alguns governos estaduais);

3. Projetos de atendimento à demanda urbana básicos (sobretudo com recursos do Banco Mundial e do Banco Interamericano, maiores financiadores de projetos urbanos no Brasil, com prioridade para as áreas de saneamento, habitação e transporte). E;

4. Priorização de regularização de áreas invadidas (tentativas diversas de aplicação do Estatuto da Cidade, o qual facilita a legalização de tais assentamentos).

Como enumerado acima, vemos a necessidade de uma ampla visão quanto a estrutura de funcionamento de um grande equipamento como o câmpus universitário. Num pensamento mais próximo ao do projeto aqui tratado a melhor tentativa de sucesso viria da associação desses equipamentos, de forma a aumentar a verba destinada ao seu funcionamento equilibrando os gastos e de certa forma aliviando o município destes encargos pois a área neste caso pertence a responsabilidade do Governo Federal na forma do Ministério da Educação.

Uma segunda visão sobre o caso e a mais próxima da concretização, seria o uso da estrutura destinada ao câmpus não apenas pela UFRRJ mas sim como já antes vivenciado no Colégio Walter Franklin, uma associação de diferentes instituições de ensino superior na mesma estrutura. Nesse caso não necessariamente com a utilização dos mesmos edifícios, mas sim dos equipamentos comuns ao Câmpus.

Poderíamos pensar assim o câmpus num formato de Pólo Universitário, ou condomínio, sendo este um espaço único à implantação das diferentes instituições de ensino superior que pretendam fixar-se em Três Rios. Este modelo poderia acelerar o processo de concretização, liberando o governo local dos processos institucionais do Governo Federal, podendo iniciar os trabalhos de execução do projeto assim como a seleção das Universidades que ali pretendam se instalar.

Para isso, um caminho legítimo e eficiente a se tomar seria a estruturação de uma fundação administrativa independente capaz de concretizar e gerenciar este espaço ao longo do tempo, garantindo os anseios do projeto inicial porém, contando com recursos de diferentes órgãos públicos e das diferentes Instituições Universitárias que ali vierem a se fixar.

Deve-se ter atenção que nesse segundo modelo, abre-se um “leque” de escolhas e principalmente de fundos para gerenciar este espaço “singular” e ao mesmo tempo “plural”, singular por ser este um espaço único e plural na diversidade de equipamentos de diferentes áreas, (educacional, ambiental, desportiva, cultural e social) que nele se unem. Somado a isso ainda temos interesse de intuições públicas e privadas.

Como vemos são algum dos princípios fixados nas normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública brasileira:

A deficiência ou mesmo a falta deste debate faz com que os Grandes Projetos Urbanos sejam discutidos tão somente a partir de seus custos, raramente compondo uma discussão mais ampla da cidade, aí incluindo a sua virtual capacidade de alavancarem mudanças maiores que aquelas observadas nas suas reconhecidas áreas de impacto imediato. Sempre polêmicos, tais projetos podem servir para consubstanciar um debate maior sobre a cidade a partir de questões facilmente compreendidas pela população sob impacto imediato de suas implementações. Nesse caso, estar-se-ia fazendo o que planos mais ambiciosos têm buscado, ou seja, uma discussão sobre o futuro das cidades com a participação dos diversos agentes envolvidos. (Castells e Borja,1996, p.20)

VI.3 - Valorização Espacial e Ambiental

O crescimento desordenado dos centros urbanos afeta negativamente a qualidade ambiental e a vida da população. A urbanização explica este fenômeno, através da presença de construções e a degradação caracterizada pela eliminação da vegetação.

Para diminuição desses impactos, adotam-se cada vez mais novas posturas, principalmente em situações nas quais a valoração econômica ambiental tem sido necessária, pois a valoração ambiental serve para alocar um valor a um determinado bem ambiental (Santos, 2008, p. 110).

Este crescimento urbano e as degradações ambientais causadas por ele deixam cada vez menos áreas verdes nos meios urbanos. Neste cenário, um aspecto relevante é determinar de quem é a responsabilidade pela manutenção e preservação destas áreas verdes, se seria a responsabilidade da população ou do Estado.

Economicamente, a valoração tem o objetivo de estimar os custos sociais, tornando o valor comparável para outros custos de mercado, permitindo, assim, a tomada de decisões envolvendo os recursos ambientais. “Além disso, permite inserir de forma mais realista o meio ambiente nas estratégias de desenvolvimento econômico, sejam essas locais, regionais ou nacionais” (Ortiz, 2003, p. 82).

Nesse contexto é notável Três Rios como sendo uma cidade de grandes áreas desmatadas sendo considerada segundo o INEA com o município com menor cobertura nativa do Vale do Paraíba, Resultado de sua topográfica que proporcionou por anos uma estrutura agrícola intensiva a existência de grandes áreas degradada no município que pode ser beneficiada com o planejamento, concretização e manutenção de parques urbanos, Parques Florestais e APPs atendendo também as comunidades mais próximas. Este estudo explora a intenção de um projeto um parque público, integrando uma área de APP e o futuro câmpus como um forte elo urbano e ecológico de modo a qualificar uma zona em desenvolvimento residencial e industrial.

Assim, devido à importância de parques urbanos, a implantação de um parque nesse molde no município acima destacado pode gerar valoração ambiental e um equipamento urbano de grande valor social, ambiental e arquitetônico.

A partir das considerações acima, a problemática pode ser sintetizada no seguinte questionamento: a cidade de Três Rios pode ser beneficiada com a implantação de um parque urbano estratégico urbano em prol da urbanização e melhoria na qualidade de vida local e gestão pública ambiental? A Universidade como gestora melhor potencializaria seu uso?

Sendo assim, em se tratando de um dos quesitos fundamentais na implantação de um parque urbano – quesito econômico e sustentável - o usuário de um parque de recreação pode estar disposto a pagar pela opção de usar ou não seus recursos futuramente. Já o valor de existência, por sua vez, refere-se ao valor manifestado para ser atribuída aos moradores que terão ou não disponibilidade de uso do parque. Nesse sentido, pode-se analisar se as pessoas estão dispostas a pagar por esse recurso dentro do contexto urbano, objeto esse que pode proporcionar uma melhor qualidade de vida para a população que queira usufruir dessas áreas verdes dentro do contexto urbano.

No meio urbano, um parque torna-se base para a qualidade de vida da população que o utiliza. Mas para isso, torna-se necessário que os bens e serviços ambientais sejam incorporados à contabilidade econômica dos países. Nesse processo, objetiva-se a necessidade de se atribuir um valor econômico aos recursos naturais encontrados na natureza. Mas, há críticas que estão centradas no princípio da soberania do consumidor, no que se refere às preferências para avaliar os bens e serviços ecológicos, pois esses podem produzir pouco ou nenhum impacto em longo prazo (Mattos *et al*, 2005).

Em relação ao estudo de implantação e valoração ambiental no parque urbano em Três Rios e do Câmpus Universitário, nota-se também que valoração ambiental de parques urbanos torna-se importante, tendo-se em vista o crescente número de pessoas que busca a recreação neste tipo de paisagem, que segundo Scalise (2002) nesse sentido, o parque urbano torna-se um prestador de serviços comunitários.

VI.4 - Câmpus Parque

A cidade de Três Rios possui, em seu contexto territorial, pouca quantidade de áreas verdes para a população, longe dos valores ¹⁹propostos pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Por isso é importante o estudo e avaliação da implantação de um parque como equipamento urbano, de forma estratégica a buscar melhor qualidade de vida para a população. Os exemplos de cidades como Juiz de Fora, ou Vila Real, que com medidas de revitalizações associadas a um planejamento de um melhor uso de equipamento público, conseguiram alimentar as áreas verdes e os espaços públicos da cidade.

As políticas públicas podem ser definidas também como “processo ou conjunto de processos que culmina na escolha racional e coletiva de prioridades, para a definição dos interesses públicos reconhecidos pelo direito” (Bucci, 2002, p. 264). Entre os interesses públicos reconhecidos pelo direito encontra-se o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, englobando o meio ambiente urbano.

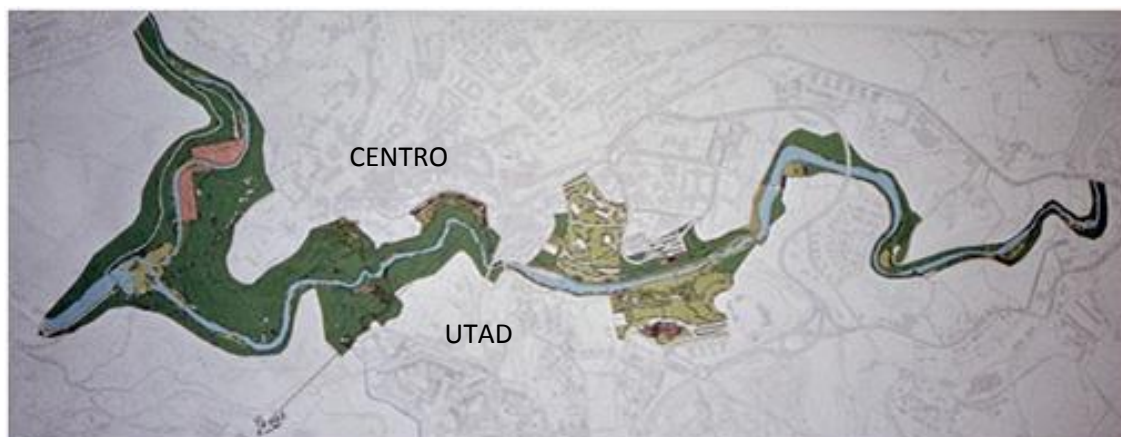


Imagem 37: Projeto do Parque Corgo em Vila Real (Fonte: Pólis Vila Real, 2004)

O as cidades aqui estudadas nos mostram alguns exemplos de convívio e estruturação destas áreas, como Vila Real, que conta com o Parque Corgo, pensado dentro do Programa POLIS²⁰ este parque tem como propósito integrar a malha da

¹⁹ A Organização Mundial de Saúde (OMS) recomenda um mínimo de 12 m² de área verde.

²⁰ O Programa Polis é um instrumento de apoio financeiro a programas de revitalização urbanística custeado pela União Europeia e gerido pelo Governo de Portugal.

cidade, rompida pelo profundo vale do rio Corgo, a ser assim não só um espaço verde muito importante para a qualidade de vida da cidade, mas também um importante elemento inserido de “costura” urbana, que foi capaz de redesenhar uma rutura espacial, entre os dois principais núcleos populacionais da cidade. O centro da cidade e a zona habitacional que vem se desenvolvendo nos últimos 20 anos a margem leste do rio Corgo. (ver imagem 11.)

No Município para além do Parque Corgo, o Câmpus da UTAD (ver imagem 9) exerce um papel notável garantindo a preservação, de uma considerável porção de área verde e associando a ele o uso educacional e científico, a área do Câmpus num todo foi pensada como um peculiar Jardim Botânico, capaz de conviver com a rotina e uso do Câmpus além de preservar resquícios de vegetação nativa das margens do Rio Corgo.



Imagem 38: Parque e Rio Corgo em Vila Real (Fonte: Autor, 2014).

Uma das prioridades dos governos dos Estados da União Europeia é a abordagem das questões ambientais e de ordenamento do território segundo uma perspetiva inovadora. Neste sentido, são adotadas medidas excepcionais em termos de requalificação urbana e de valorização ambiental das cidades. Essas medidas têm como elemento essencial a criação do Programa Polis - Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades. Este programa baseia-se nas disponibilidades financeiras do 3.º Quadro Comunitário de Apoio. Ele desempenha um papel mobilizador de todas as iniciativas que tenham como objetivo a qualificação urbanística e ambiental das cidades. Estas iniciativas são importantes

para a cidade em si, para os seus habitantes e "utentes". Correspondem ao motor de desenvolvimento da sociedade como um todo e por isso são potencializadas pelo programa. O Plano Nacional de Desenvolvimento Económico - PNDES - constitui a base do Programa Polis e pretende requalificar as cidades, melhorar a sua competitividade, reforçar o seu papel na organização do território e melhorar a qualidade de vida dos seus habitantes. Pelas razões mencionadas intervém na vertente urbanística e ambiental. Pretende desenvolver um conjunto de intervenções exemplares, com base em parcerias entre o Governo e as câmaras municipais, que sirvam de referência para outras ações a desenvolver pelas autarquias locais. Também complementam as iniciativas locais com mérito do ponto de vista urbanístico e ambiental. As iniciativas apoiadas centram-se em torno de quatro desígnios: as Cidades Verdes (que enfatizem uma gestão ambiental exemplar), as Cidades Digitais (que dispõem de bons serviços de comunicação digital e que fomentem a cultura e a sua utilização para bons fins), as Cidades do Conhecimento e do Entretenimento (dotadas de infraestruturas científicas e tecnológicas, espaços culturais, de aprendizagem artística e de espaços de diversão, de forma a fixar a população jovem) e as Cidades Intergeracionais (aquelas que têm a preocupação de evitar a segmentação espacial do tecido urbano por grupos etários e/ou sociais, recentrando a vida na urbe e atribuindo novas funcionalidades aos centros históricos) (INFOPEDEIA, s.d.).

Do mesmo modo que na cidade de Juiz de Fora por anos o Câmpus vem se afirmando com o principal espaço de lazer verde no município, conferindo vida social e desportiva a área, o que ajuda a evitar a alienação do espaço. Com este tipo de planeamento garante-se a constante utilização dos seus utentes, bem como maior segurança a todos.

A cidade conta com três principais parques na cidade: o Museu Mariano Procópio, o parque da Laginha e o Câmpus da UFJF, que mesmo não sendo esta sua principal função, acaba por serem o mais frequentado, oferecendo ao visitante uma vasta área verde, pistas de corrida e ciclovia, amplos espaços verdes, e mais recentemente, com obras de melhorias para que melhor se afirme, foram criados equipamentos de lazer infantil, pistas de skate e um novo restaurante aberto aos visitantes.

Câmpus tem acesso fácil através das diversas linhas de transporte público, e que também conta com grande número de vagas de estacionamento público para automóveis, facilitando assim o seu uso pela população.

Na imagem aérea do câmpus, vemos como ao projeto fez uso da topografia local de modo a libertar o vale formado pelo terreno, numa grande área verde, propícia à utilização para atividades esportivas e de lazer, sendo um espaço de fácil acesso. É também visível o contato entre as áreas ajardinadas e a vegetação preservada. Assim como a integração do edificado com a estrutura verde do câmpus (ver imagem abaixo).



Imagem 39: Foto aérea do Câmpus da UFJF (Fonte: UFJF, 2010)

No caso da UA, em particular observa-se que a sua área verde tem mais apelo a de estabelecer, não um parque de lazer, mas apresenta como um “gesto” de contato ente o edificado e a Ria, uma consiência responsável do projeto.

Nos os três câmpus aqui estudados, observamos que cada um a seu modo consegue oferecer uma significativa área verde de lazer a cidade, tornando-se para além de um espaço de uso educacional, uma importante área ambiental de lazer. Este modelo de estruturação de câmpus em forma de “Câmpus Parque” mostra-se capaz de dinamizar o espaço de projeto, empregando a ele um uso mais sustentável. Oferecendo assim não somente espaço para à inserção de edifícios educacionais, mas por meio de um parque público abre-se a um maior contato com a cidade e sua população.

VI.5 - Sistema Viário

O sistema viário, de influência sobre o terreno escolhido, conta com o troço da Estrada União Indústria denominado RJ-151 e por outro lado conta com um troço do Caminho Novo um dos “braços” da antiga Estrada Real. Sendo este não só um local favorável por já possuir um importante eixo viário, mas também se destaca pela importância histórica e cultural do sítio, agregando valores ao terreno em questão.

A Estrada União Indústria estabelece o principal elo entre a cidade de Três Rios e a cidade de Comendador Levy Gasparian, difundindo-se através de outras vias secundárias de conexão com municípios do Estado de Minas, que complementam a zona de influência econômica de Três Rios. Nesse sentido que também se destaca a conexão da Estrada RJ-151 com a Estrada BR-393, principal conexão com a cidade de Paraíba do Sul.

Os municípios vizinhos de Paraíba do Sul e Com. Levy Gasparian possuem vital importância dentro da área de abrangência do pólo econômico regionais de modo a ser crucial ao seu desenvolvimento sua integração. A constitui-se ali uma importante zona urbana dada à união dos três municípios: Três Rios, Paraíba do Sul e Com. Levy Gasparian.

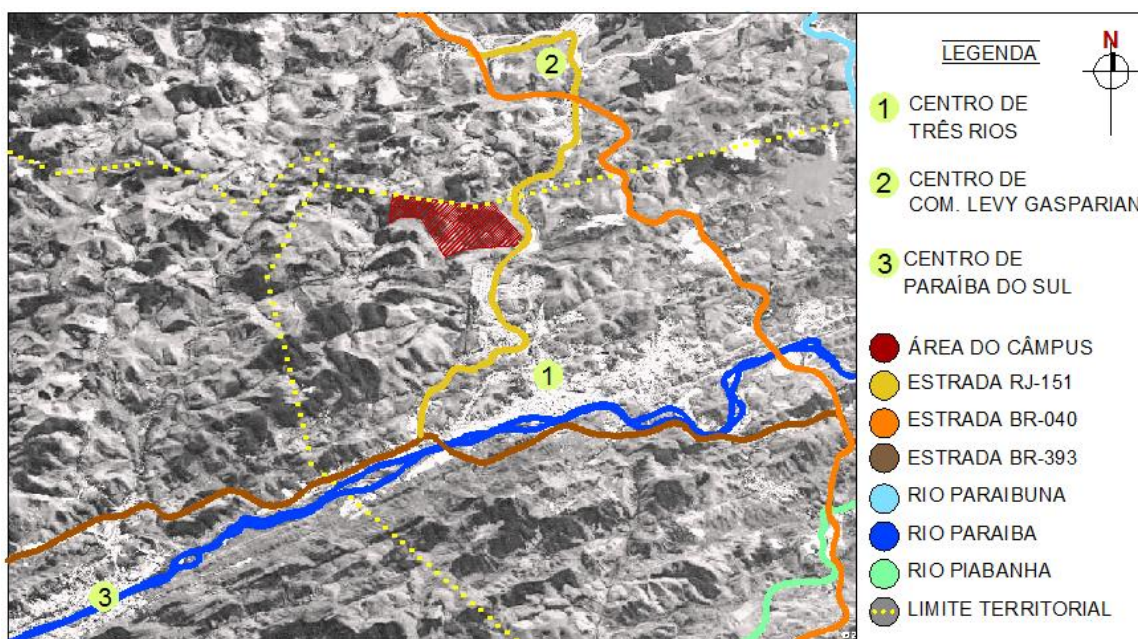


Imagem 40: Posicionamento da área proposta para o Câmpus em relação a malha viária e os municípios próximos. (Fonte: Autor, 2014)

Com esta localização privilegiada, o terreno escolhido para a futura instalação dos equipamentos anteriormente mencionados, às margens da Estrada União Indústria (EUI), demonstra já seu valor histórico pelo nome que deu ao desenvolvimento Nacional. A EUI conecta-se em Três Rios com BR-393 e passa a integrar assim ainda mais municípios do Vale do Paraíba, como Além Paraíba (MG), Sapucaia (RJ), Paraíba do Sul (RJ) e Vassouras (RJ), municípios de maior proximidade e vínculos econômicos formando o micropólo econômico de Três Rios. Outros pequenos municípios do interior do Estado por diferentes vias conectam-se a este sistema e abrangem uma população de 450 mil pessoas (IBGE)

Com população de aproximadamente 110 mil habitantes, o município de Três Rios está se destacando na geração de emprego e renda. De acordo com dados da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (Jucerja), nos últimos cinco anos, 1.479 empresas (entre micro, pequenas, médias e grandes) se instalaram no município, gerando cerca de 9000 empregos diretos. De forma planejada, a administração municipal vem buscando dotar a cidade da infraestrutura necessária para atender às demandas naturais de uma população flutuante cada vez maior, hoje em torno de 450 mil pessoas, que buscam o município para trabalhar, fazer compras e utilizar os serviços essenciais (Prefeitos e governantes, s.d.).



Imagem 41: Esquema do posicionamento dos municípios da Microrregião de Três Rios. (Fonte: www.citybrazil.com.br, 2014)

VI.6 - Influências Local e Regional: Dificuldades e Benefícios

O Posicionamento do Câmpus nesta área da cidade constrói um vínculo do centro com a zona norte, exatamente pela localização do terreno, no extremo norte do eixo da União Indústria pertencente ao território de Três Rios, mas já na fronteira com o Município de Comendador Levy Gasparian.

Esta região sofreu grande crescimento populacional décadas de 1980 e 1990 fortalecidos pela crescente implementação de programas de habitação social. Este trecho mantém-se com características de estradas, não sofrendo em nem um momento processos de humanização a fim de melhor servir a população que foi ali locada. É inexistente a presença de passeios, a iluminação pública é escassa, a via em grande parte segue acompanhada pela presença de uma linha d'água, com nascente no terreno do futuro parque do Câmpus, mas que em menos de 1000 metros depois já tem suas águas poluídas por esgoto sanitário.

Os problemas urbano-ambientais das cidades permanecem os mesmos e se avolumam em termos de complexidade. Cabe ao planejador urbano conviver com esses mesmos problemas, agravados, e, portanto, mais difíceis de resolver. Ao se tomar como base os planos desenvolvidos há uma década e os que ora se observam, pode-se dizer que muitas das prioridades consideradas para um e outro permanecem as mesmas: saneamento, habitação, ocupação de áreas ambientalmente sensíveis e deficiência de serviços comunitários. A diferença principal estaria no agravamento desses temas para o caso dos planos presentemente elaborados (Ultramarini e Rezende, 2001, p. 260).

Como consequências desta política de massificação de áreas de habitação social dedicada à população de baixa renda, este eixo torna-se uma região desvalorizada, contendo inúmeros problemas e deficiências urbanas como falta de arruamento, fiscalização das construções, poucos equipamentos sociais e culturais, e até mesmo áreas comerciais e serviços são diminutas. O que torna uma região densa, porém com pouca valorização imobiliária e de pouco interesse em investimentos privados. Esta falta de planejamento carrega assim as problemáticas desde sua elaboração até os dias atuais, que com o crescimento econômico e populacional ao qual o município suporta e que só tende a agravar-se.

A região nunca foi foco de grande interesse público, comportando-se sempre como um eixo de passagem. Este trecho possui características notórias, afirmando-se como um dos principais acessos à cidade, é a espinha dorsal viária que alimenta cinco bairros, atende uma população com 77.503 (IBGE, 2010) em Três Rios e os mais de 8.183 habitantes (IBGE, 2010) de Levy Gasparian, que em grande maioria são extremamente dependentes do comércio e serviços de Três Rios.

Na história recente do planejamento urbano brasileiro observam-se diferentes tentativas de compreensão e de ordenamento do espaço de nossas cidades. Alternam-se conceitos, mecanismos, legislações e prioridades. A mudança de enfoques sobre um mesmo problema, sobretudo aquele que tanto preocupou a questão urbana nas décadas recentes, é emblemática, indicando até mesmo uma mudança referencial no modo de ver a cidade. Utopias urbanas agora parecem dirigir-se não mais a uma urgente equidade na apropriação daquilo que a cidade tem a oferecer e daquilo que constitui o mínimo para aí se habitar; dirigem-se também, sem ignorar os objetivos anteriores, para tentativas de agregar aspectos naturais em um espaço que sempre se caracterizou pela desconstrução da natureza. Outros esforços se dirigem para uma utilização cada vez mais social da propriedade urbana e para uma incremental participação da comunidade. Também se observa a valorização de aspectos positivos que uma cidade venha a ter, indicando propostas estratégicas de utilização das potencialidades para se distinguir num cenário globalmente competitivo. Assim, ideias se alternam e novos instrumentos são buscados para implementá-las (Ultramari e Rezende, 2001, p. 257).

A projeção de grandes equipamentos costuma ser interessante do ponto de vista complementar, sendo associado a um projeto urbano de maior abrangência e, segundo Ultramari, (2006): esses projetos que vivenciamos e que em muitos casos, quando de maior impacto, acabam por serem estigmatizados como situações de interesse de uma minoria, que em geral tem como interesses obter lucros financeiros dos seus resultados ou como ações ligadas a estratégias de interesses políticos. Estes Grandes Projetos aos anos veem se desgastando no cenário social, pelos muitos problemas que enfrentam dentro deste campo e pela falta de continuidade, não tendo à conclusão do projeto abrindo espaço a instalação de problemas muitas vezes maiores dos que deveriam ser tratados.

No entanto, a sua principal função é a de reestruturar e deve sempre ser tratada como interesse coletivo, aproximando os seus resultados o máximo possível de toda a população, não só da que será assistida diretamente, mas levando a um olhar sobre

influências mais alargadas, a uma visão para além do espaço local mais principalmente uma análise das consequências regionais, propondo caminhos para possibilitar a expansão dos seus resultados e reflexos.

Grandes Projetos Urbanos quase sempre esbarram com a cidade já construída, são poucos hoje e pouco justificados projetos distantes da população, executados em campo neutro, sendo assim esses projetos acabam por aproximar de duas realidades, a de melhorar o entorno onde estão a ser implementado, garantido a população melhorias na qualidade de vida e ao fato de que este mesmo projeto acaba por criar uma maior valorização imobiliária (Ultramari, 2006, p.6).

Característica esta que foge em grande parte do poder de ação do Estado, este processo de valorização exerce uma força centrífuga, justamente sobre os habitantes sem capacidade de se adequarem as novas realidades do aumento de custo de vida na área, fazendo com que estes usuários acabem, muitas vezes, por serem empurrados pelo mercado para outras áreas de menor valor pondo em questionamento os resultados do impacto social-económico gerado pelo projeto, acabando por ter impactos positivos associados a uma questão, menos no que diz respeito aos problemas sócio-urbanos atuais.

Coloca-se, assim, em causa o repensar desses impactos, ao pontuar a necessidade de uma análise mais profunda, para além dos aspetos projetais ou de morfologia do espaço. Mas abre uma discussão capaz de reduzir riscos de interesses de especulação imobiliária tão nociva, abre-se a necessidade de um planeamento mais participativo, compreende-se e traça-se um retrato da população local, possibilitando assim atender melhor o comportamento destes indivíduos servindo-se dele para recriar meios, coercitivo e regulador por meio, sobretudo da legislação específicas de uso e ocupação do solo, e garantir projetos de fixação dos atuais moradores a este espaço.

Evitam-se aqui generalizações tentadoras como a de que os megaprojetos se apoiam em um discurso pós-moderno, apenas, ou seja, aquele 1) que vulgariza a história urbana por meio da simples revalorização cênica do património arquitetónico, 2) que valoriza pedaços da cidade, acreditando que com isso é capaz de valorizar o todo, e 3) que procura, por meio da criação de ícones de arquitetura e urbanísticos, agregar interesses opostos e “apaziguar” críticas e polémicas contrárias a um determinado projeto político-partidário (Ultramari, 2006, p. 4).

Processos de gentrification²¹, os quais podem muitas vezes ser deliberadamente buscados nesses projetos. Desse modo, a revitalização da área implica intrinsecamente na mudança dos moradores originais: o projeto das classes média e alta toma o espaço das classes mais pobres não por meio de desapropriações, mas sim por mudanças de uso e, sobretudo pela valorização dos terrenos e edifícios urbanos.

A área de implantação do projeto em Três Rios vai de encontro a esta problemática. Ao escolher fixar-se no extremo final do eixo norte da cidade, em uma zona atualmente desvalorizada, mas acrescida de valências viárias já descritas nestas análises, esta área com dificuldades e valores enfrenta sobre tudo a escassez de investimentos públicos, graves problemas sanitários, pouca ou quase nem uma área de ócio e de educação. Esta é uma região que abriga grande parte da população e com potencial de desenvolvimento, visto o cenário económico do município e que se comporta como uma das principais entradas da cidade e eixo de ligação com outros municípios, em destaque Comendador Levy Gasparian, que já quase se une à malha urbana de Três Rios.

Esta zona está caracterizada pelo traçado forte de três vectores estruturantes: a estrada, a ferrovia e a linha d'água. A nascente está dentro da área de projeto, mas já a 1000 metros fora da área para a implantação do Câmpus apresenta-se poluída.

Os núcleos residenciais certamente sofrerão impactos mais diretos do projeto estarão, unidos a este eixo, mostrando a necessidade de maior atenção à força deste eixo, de forma a planear sobre ele o principal difusor de influências.

A força dessa atração deve ser interpretada, não somente do ponto de vista da mobilidade urbana, mas também e principalmente da qualidade urbana, ligando centro da cidade à universidade e permitindo que os bairros que ela atravessa se “agarrem” ali. Uma reforma bem estruturada pode significar o sucesso ou fracasso no impacto do Câmpus sobre esta área, levando a um pensamento para além das tais reformas projetuais e sim de uma análise social, corrigida com legislações, capazes de conjugar futuros investimentos a perspectiva de e anseios dos já moradores da área, há vantagens em uma estrutura imobiliária capaz de atender as necessidades do Câmpus assim como

²¹ Nos Estados Unidos, a gentrification (“the shame of the cities”) pode significar também a transferência da posse de áreas entre diferentes etnias, mas sempre com a vinda de classes com poder aquisitivo mais elevado.

estabelecer diretrizes do futuro aumento populacional, atraídos pelos impactos desses investimentos.

Deduz-se assim que um projeto realista deve prever a mescla de investimento e a não concentração do mesmo, impedindo deste modo que novos investimentos imobiliários especulados ultrapassem as necessidades reais de conforto da população atual e dos futuros utentes; atraindo o interesse sadio a esta nova espacialidade conferida ao entorno do Câmpus, afirmando-se como uma zona pronta a atender funcionários e alunos da universidade capazes de impulsionar desenvolvimento social e econômico a esta área.

VI.7 - Diretrizes Espaciais do Câmpus Parque em Três Rios

Tendo sido escolhida a melhor localização para a implantação do projeto, importa agora que nos debrucemos sobre a sua organização espacial. Torna-se necessário, para melhor compreender a dinâmica do projeto, delinear e definir diretrizes que o estruturam. Através deste capítulo procura demonstrar-se, de forma prática, sintetizando os exemplos extraídos no decorrer deste trabalho e como estes podem ser melhor empregues na criação deste novo espaço.

A implantação do Campus em Três Rios, nesse terreno, recoloca e atualiza a questão das modificações provocadas pelo homem no meio ambiente. Este projeto está embasado nas condições geomorfológicas do terreno- topografia acentuada, presença de Mata Atlântica, predominantemente nas cotas mais elevadas, cursos de águas naturais nas cotas mais baixas- e a convivência com localização suburbana. O terreno pode ser compreendido por tres diferentes morfologias topográficas. Na sua cota inferior, nas margens da estrada real, encontra-se uma vasta área plana serpenteada por um pequeno curso de água com nascente na própria área do projeto. Seguem-se elevações de declive moderado que formam no seu topo um tabuleiro localizado a uma cota quase constante e favorável á construção, sendo porém rompido por um vale que o divide em duas zonas. Finalmente existe uma grande elevação com um declive acentuado que é coberto, quase em toda a sua totalidade, pela Mata Atlântia já aqui citada.

É possível compreender o terreno em três áreas distintas:

- A cota mais elevada com declives acentuados e dominada áreas de Mata Atlântica de interesse ambiental;
- Uma cota intermedia com áreas acessivel á construção;
- Uma cota na cota baixa com um prado de topografia suave por onde escorre um pequeno rio com grande viriabilidade de caudal nas diferentes estações climáticas.

A principal preocupação do projeto foi a de encontrar a melhor solução de ocupação desta área. Torna-se necessário buscar um traçado viário que se adeque às condições topográficas e ambientais do terreno.

Assim, tomou-se a opção baseada na malha viária da Universidade de Aveiro, ou seja dota-se o projeto de uma via perimetral conectada à via pública de modo a atender todo o projeto e ao mesmo tempo estabelecer uma divisão harmoniosa das diferentes áreas.



Imagem 42: Terreno para o projeto e o traçado viário (Fonte: Autor,2014)

O traçado da via passa justamente na base da principal elevação do terreno, separando assim a zona mais densamente ocupada por floresta nativa das restantes áreas do terreno. Assim, esse terreno divide-se em três áreas marcadas de forma que permita a encaixar os três diferentes projetos (APP, Câmpus Universitário, Parque da Cidade) tirando do espaço maior proveito sem perder a sua identidade comum.

A localização periférica da via liberta toda a área central do terreno à circulação pedonal a fim de conferir o melhor contacto entre a universidade e o parque de maneira a dar maior segurança e conforto visual e sonoro aos usuários do espaço.

Assim que a distribuição dos três projetos no terreno seria a seguinte:

- A Área de Preservação Ambiental que toma como área a cota acima de +25 que contém a grande maioria da Mata Atlântica existente no local;

- O Câmpus Universitário que toma a área cotada entre os +10 e os +25 ;
- O Parque da Cidade a construir entre a cota 0 e a cota +10.

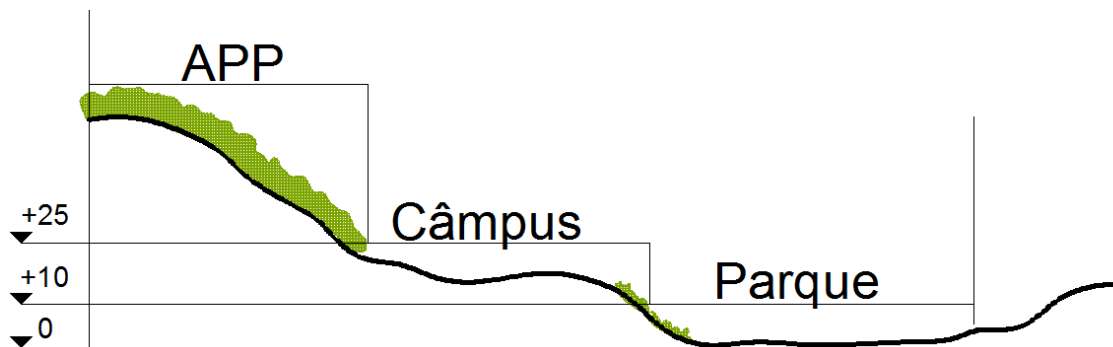


Imagem 43: Esquema da distribuição do projeto pela topografia do terreno (Fonte: Autor, 2014)

VI.7.i - Área de Preservação Permanente

Como já referido previamente, a APP será criada demarcando as porções de mata nativa já existente, situada nas partes mais elevadas do terreno numá área de topografia acidentada, de difícil acesso, e que dificulta o seu uso para outras funções. Essas condições garantiram naturalmente a sua preservação, pois respeitamos apenas os seus limites naturais.

Como se pode verificar pela imagem abaixo, esta floresta encontra-se segregada em duas grandes porções. Propõem-se no projeto demarcar e situar uma área de reflorestamento de modo a criar um corredor ecológico entre essas duas áreas para consolidar a floresta numa única e grande mancha verde capaz de sustentar um ecossistema minimamente viável. Esse corredor ecológico permite não só aumentar a extensão da mancha verde, mas ao ligar duas áreas previamente isoladas, aumenta o seu valor ecológico na medida em que permite a deslocação de animais e aumenta a variabilidade genética.

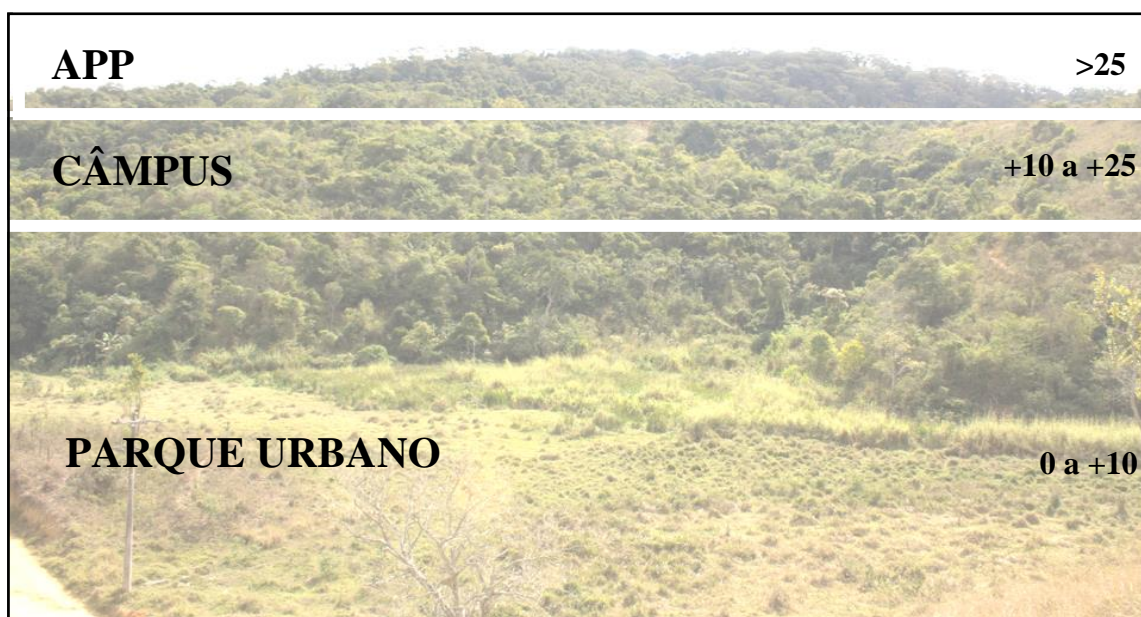


Imagem 44: Esquema da distribuição das áreas verdes pelas diferentes cotas. (Fonte: Autor, 2014)

Ao mesmo tempo a APP cobre igualmente a nascente de água que nasce nessa área dando assim mais relevo á sua importância ambiental garantindo a preservação dos recursos hídricos da cidade. O projeto assume assim um carácter ambiental e socialmente responsável.

O convívio de um Campus com áreas verdes possibilita ampliar os recursos para ministrar vários cursos ligados à área ambiental, que como no caso já referido da Universidade de Três-os-Montes e Alto Douro têm a possibilidade de utilizar as áreas verdes inseridas no campus como recurso didático para os seus alunos. Acresce ainda a sua contribuição como espaço de observação e usufruto da população da Natureza, com a possibilidade de criação de percurso pedonais didáticos e interactivos dentro da floresta, que aproximem a população a este importante ecossistema brasileiro.



Imagem 45: Foto de um percurso pedonal na Mata Atlântica Brasileira (Fonte: Autor, 2012)

A área de preservação justifica-se pela proteção e preservação da nascente de água que ali se encontra, por conter Mata Atlântica Nativa e pelo seu valor educacional qualificando a imagem ambiental do Campus.

VI.7.ii - Câmpus Universitário

O Câmpus toma a as elevações médias existentes no terreno, distribuindo-se entre as cotas +10 e +25 (ver imagens 42 e 43) de modo a estabelecer uma relação saudável com a topografia, tirando partido da insolação e das vistas que esta posição lhe proporciona.

Importa estabelecer o câmpus nesta área tendo em conta a preservação das faixas de proteção ambiental, o controle do impacto na mata nativa e o estabelecimento de uma relação equilibrada com os cursos de água.

Como ação primordial propõe-se a transformação da geografia gerando uma plataforma que estabelece o meio antrópico no meio da paisagem natural. A vegetação existente nesta faixa geográfica, a ser alterada, será recuperada por meio de mecanismos de compensação ambiental podendo para isso ser utilizada a já referida faixa a ser reflorestada pela APP. Propõe-se um conjunto urbanístico e arquitetônico que apresente o mínimo de interferência no terreno original, preservando o máximo da vegetação existente.

O tabuleiro orienta-se no sentido Nordeste-Sudoeste garantindo a sua constante insolação, tendo a cota mais baixa a Sul o que permite que os edifícios a ser construídos na área se possam debruçar sobre o prado e usufruir da vista sem se preocupar com a incidência solar direta. Tem-se em conta que este tabuleiro é cortado por um vale dividindo-se portanto em duas glebas.

Devido á orografia do local recorreremos a uma mistura de características morfológicas adoptadas nos campus da Universidade de Aveiro e da Universidade Federal de Juiz de Fora. Inspiramo-nos no campus da UFJF no que diz respeito á integração do seu campus com a estrutura verde que o envolve e na sua distribuição topográfica que libera o vale para áreas de lazer. A ideia consiste também em estabelecer na plataforma uma espinha dorsal, similar ao que já aqui foi apresentado para a Universidade de Aveiro com seu sucesso reconhecido, neste caso a plataforma torna-se capaz de conectar todo o câmpus ligando ao mesmo tempo as duas glebas existentes no terreno por meio de uma passarela.

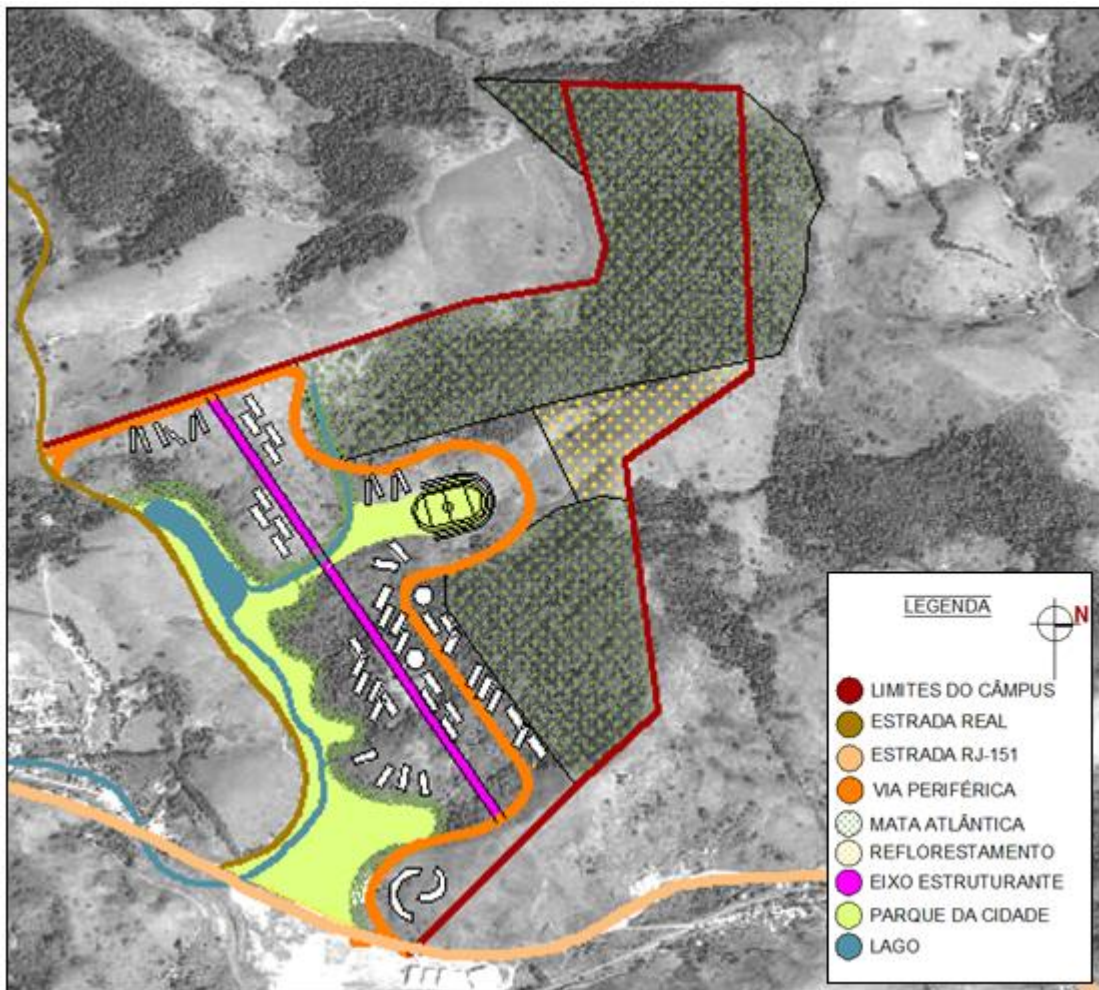


Imagem 46: esquema de distribuição espacial do projeto (Fonte: Autor, 2014)

O eixo central torna-se a principal estrutura de circulação pedonal, sem circulação de automóveis, criando assim uma esplanada parcialmente abrigada de intempéries e que garante a continuidade da “atmosfera” do sistema local.

Esse eixo central acumula diversas funções, além de oferecer a superfície para as atividades coletivas é o elemento estruturador do complexo; organiza e distribui a rede de instalações prediais e determina a “ancoragem” dos edifícios de ensino da instituição.

Para além do eixo o Câmpus pode usufruir ainda de outros espaços localizados nas margens do sistema viário periférico propondo-se resguardar esses terrenos para edificação de estruturas de uso externo às actividades lectivas (como centros de pesquisa, incubadora de empresas, reitoria, instalações administrativas, entre outros).



Imagem 47: Concurso Público Nacional de Projeto Arquitetônico – UNIFESP (Fonte: Vinicius Hernandes de Andrade and Marcelo Morettin, 2006)

Este plano geral garante o crescimento da instituição ao longo do tempo e ao longo do eixo central adoptando como característica a pluraridade arquitectónica dentro de determinados parâmetros como no caso da Universidade de Aveiro que constitui hoje uma solução exemplar integrando cerca de 40 edifícios dos mais reputados arquitetos portugueses.

Como acontece no Câmpus da UA, seria importante definir linhas orientadores do projeto de modo a criar uma uniformidade visual mas que ao mesmo tempo permita explorar a arquitetura em cada um dos edifícios a construir. Poderiam ser usados como recursos algumas directrizes das quais são exemplos:

- O estabelecimento de uma cêrcea máxima dos edifícios;
- A padronização da sua cobertura,
- O uso de materiais de construção que consigam manter uma unidade visual do edificado.

Seria interessante do ponto de vista volumétrico e espacial que alguns projetos fizessem uso da topografia particular do local utilizando as diferenças de cota do terreno e

integrando-se com a vegetação circundante (como exemplificamos na imagem abaixo), tendo sempre em conta o uso de tecnologias que garantam a sustentabilidade ambiental e energética sem que essas interfiram na identidade visual e espacial do projeto.

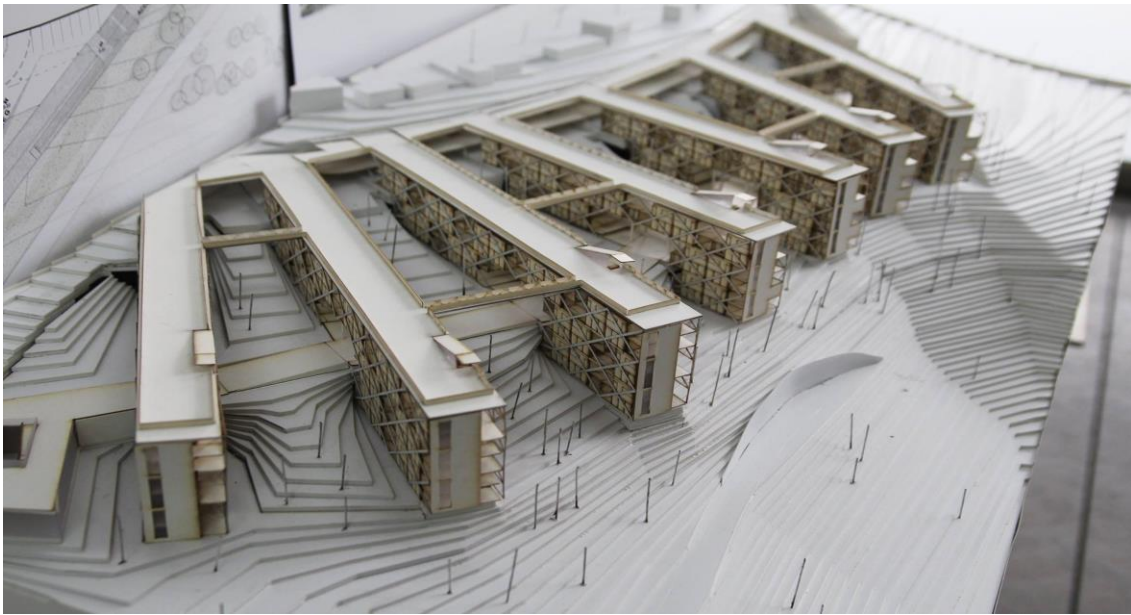


Imagem 48: Foto uma maquete que demonstra o edificado integrado a topografia (Fonte: Revista Vitruvius, s.d.)

VI.7.iii- Parque da Cidade

Com a estrutura viária espacial apresentada (na imagem 46) consegue-se libertar a cota mais baixa e plana do terreno para instalar o Parque da Cidade.

Esta porção de terra comprime-se entre as “saias” das colinas onde se instala o Câmpus e pela Estrada Real e Estrada RJ 151 conferindo-lhe assim fácil acesso por parte da população da cidade sem interferir no sistema viário do Câmpus. Ao mesmo tempo a diferença de cotas entre o Câmpus Universitário e o Parque da Cidade permite que as atividades dos dois espaços (educação e lazer) fiquem distribuídas no mesmo espaço sem no entanto se confrontarem.

O Parque acompanha longitudinalmente uma linha de água tomando esta como referência projetual e estética que deve ser valorizada. Tendo em conta que o ribeiro que forma essa linha de água já por várias vezes no passado transbordou do seu leito causando sérios transtornos provocando inclusive vítimas mortais seria importante pensar em meios de controlar o seu fluxo podendo ao mesmo tempo tirar partido para a criação de um lago no local com drenagem adequada que consiga conter o acúmulo imediato de suas águas e proter bens e pessoas. Esse lago para além da função técnica seria também um significativo elemento estético ao paisagismo do parque.



Imagem 49: Fotografia do local escolhido para a criação do parque (Fonte: Autor, 2014).

Quanto às questões paisagísticas ressalva-se apenas o interesse na criação de uma área ensolarada e aberta, que permita a prática de actividades físicas e o uso de vegetação autóctone.

O parque assume-se para além das suas características ambientais como uma área alternativa para a realização de eventos de lazer possuindo um apelo turístico e cultural pela sua localização às portas da cidade numa via de importância histórica nacional (Estrada Real).

Abaixo esquema representativo das áreas dos três câmpus analisados neste presente estudo e suas áreas verdes em proporção a área proposta para o Câmpus de Três Rios.

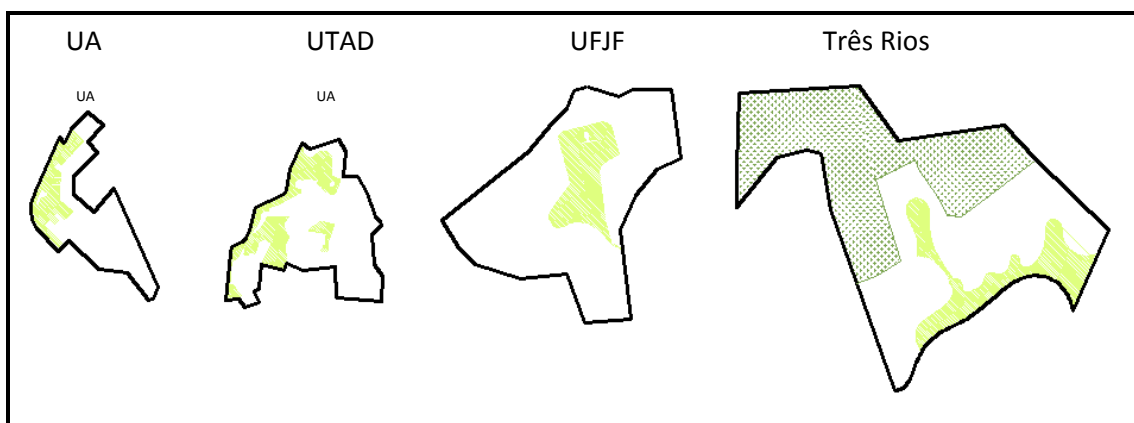


Imagem 50: Esquema comparativo de áreas verde dos câmpus (Fonte: Autor, 2014)

VI.8 - Projetos Complementares

Uma característica importante e que pode garantir um potencial positivo aos GPUs é a possibilidade de integrar ou não um projeto maior para a cidade. Aí repousa, parece, a sua maior fonte de credibilidade. Uma vez integrado a um projeto maior de cidade, suas justificativas se ampliam e suas chances de provocar maiores impactos positivos são multiplicadas. Assim, algumas intervenções na área central de São Paulo, por exemplo, ganham valor ainda maior se analisadas no conjunto de intervenções e na justificativa de se otimizar a infra-estrutura atualmente disponível e subutilizada na capital paulista, tal qual outras grandes cidades brasileiras. Desse modo, a existência de um plano, formal ou não, de revalorização da área central, reposiciona os recursos investidos em reciclagem arquitetônica para o uso da arte, como a Pinacoteca do Estado, em facilidades para a cultura como a Estação Júlio Prestes, e mesmo a valorização da arquitetura pela arquitetura, como a revitalização da Estação da Luz. Se, em algum momento, tais processos poderiam ser questionados pela sua hierarquia na lista de prioridades de uma metrópole reconhecidamente deficitária em serviços urbano básicos, ao comporem uma ideia maior de cidade, seriam elementos importantes na melhoria de vida da cidade de forma geral (Ultramari, 2001, p. 7).

Assim que para assegurar a estrutura deste ensaio, este trabalho aponta dois projetos que se apresentam de suma importância para o sucesso e a durabilidade dos benefícios gerados com a inserção do câmpus na cidade.

VI.8.i - Revitalização do Eixo Câmpus Centro

Feito um estudo histórico e relevante das áreas verdes, propõe-se continuar a análise neste local. Pretende-se, com este projeto, a elaboração de um parque urbano linear que proporcione à população de Três Rios uma melhor qualidade de vida, além da criação de um espaço atraente que atenda às necessidades de lazer, desporto e cultura da população podendo ser entendido como extensão urbana e conexão da cidade.

Para consolidar o percurso e conectar de forma a promover para além da conexão uma integração desde o centro ao Câmpus, mostra-se fundamental a humanização do trecho rodoviário da união indústria que segue por entre as zonas residenciais contidas entre o centro e o campo. Zonas estas atravessada pela Estrada União Indústria.

A Estrada apresenta-se hoje com duas faixas de rodagem, uma em cada sentido e terreno livre a suas margens, que ao lado direito em sentido ao terreno proposto ao futuro Câmpus, possui terreno que varia de 3 a 6 metros e ao lado esquerdo terrenos livre chaga aos 30 metros, sendo margeado pela linha férrea e cortado por um córrego, esse percurso, representa um potencial que pode promover para além do transito de veículos o convívio com espaços verdes, passeio pedonal e ciclovia.

Este eixo em questão envolve as duas margens de um ribeiro e de uma linha de trem, sendo que sua margem oeste da linha férrea está atualmente ocupada por moradias ilegais. O espaço está localizado em uma das entradas e saídas da cidade e é uma área que apresenta condições precárias, problemas que se estendem aos bairros do entorno. O local de intervenção está diretamente ligado a um parque ecológico. Assim, o projeto pode atuar na associação desses dois elementos e na conexão dos bairros com as vias de parque, unindo-os (Corrêa, 2014, p. 65).

Propõe-se para este eixo a criação de um parque urbano linear, que forneça à população um o espaço que qualifique e o entorno. Com a implantação do Parque, pretende-se sugerir a geração da mobilidade e integração entre os bairros Monte Castelo, Boa União, Santa Terezinha e Purys, colocando em foco as seguintes ações urbanas.

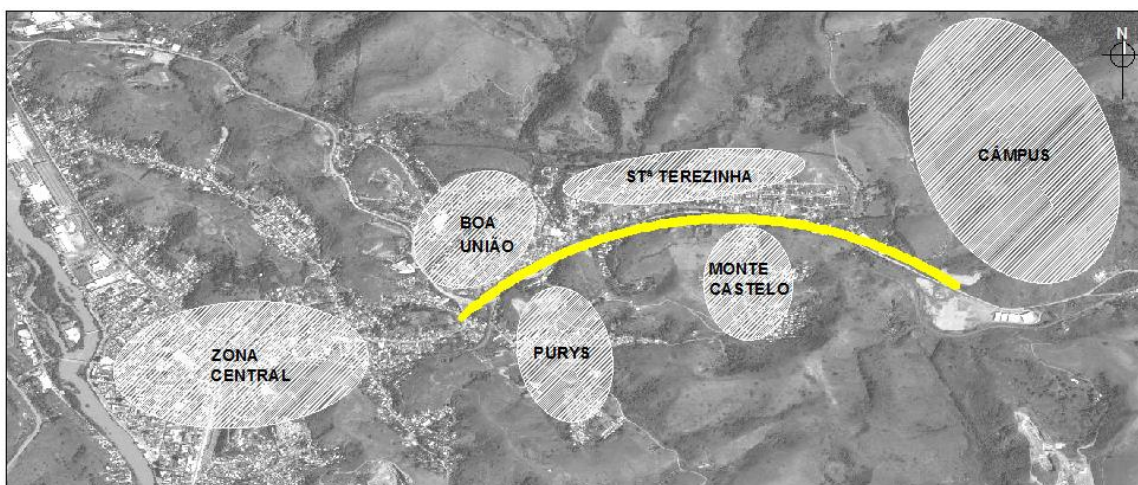


Imagem 51: Esquema do traçado do eixo e as zonas periféricas a partir de imagens do Google Earth, (Fonte: Autor, 2014).

- A situação atual na área de intervenção e entorno é de total degradação, com o ribeiro poluído e acesso precário. O local, que é utilizado pelos ciclistas e pedestres com alta periculosidade, não possui acessos e travessias para deficientes motores. Ainda, tem a margem do ribeiro sendo utilizada como depósito de lixo e a vegetação atual é propícia ao aparecimento de animais que transmitem doenças. De acordo com Anne Whiston Spirn, “Terrenos baldios oferecem uma oportunidade para reformular e reconstruir os bairros do centro da cidade”. Nesse sentido, foi realizada uma pesquisa no local da intervenção, em que foram detectados:
- A via conta com iluminação e sinalizações precárias, além da inexistência de acostamento e estacionamentos formais.
- Hoje há falta de ciclovia e calçadas dos dois lados da rua, porém o atual governo já iniciou obras que visa sua construção ligando a zona do Monte Castelo ao Purys.
- Córrego poluído e suas margens são utilizados para depósito de lixo; fruto dos poucos pontos de depósito de lixo falta pontes de ligação às duas margens do córrego e as existentes estão em condições precárias;
- Linha Férrea sem segurança; contendo moradias irregulares muito juntas à linha férrea, além da inexistência de passagem de nível sobre a linha e a estrada.
- Segurança do local é boa, devido à proximidade de um posto policial; apesar disso ainda é um local frequentado por usuários de drogas, fruto da iluminação precária e a falta de uso do espaço.
- Transporte público mostra-se suficiente, com frequência regular que atende a demanda dos moradores. Com tudo a ciclovia acrescenta uma opção de transporte mais ecológica e socialmente responsável.

O estudo desenvolvido e a apresenta proposta que ajudam a compreender a importância e a capacidade deste espaço ocioso, porém estratégico a integração área urbana. Transformado este espaço num elemento estratégico de conexão urbana. Qualificar os espaços vazios, estabelecendo afinidades e relações distintas com consequente

valorização social e imobiliária local promover assim qualidade de vida urbana; para tal seria preciso levar em conta os seguintes pontos:

- O projeto precisa ser viável e que atenda as demandas sociais, proporcionando aos moradores locais a extensão de suas casas e aos utentes a satisfação de transitar em um local agradável.
- Com acessos seguros as áreas abrangentes, com uma de boa sinalização visual e boa iluminação. E a regularização toda a via de carro;
- Originar assim locais de valor simbólico, que concedam um sentido de apropriação por parte da população; sendo este um dos principais acesso a cidade;
- Consolidar o projeto da ciclovía como meio viável de mobilidade urbana;
- Revitalização do córrego; Criação de um sistema verde contínuo; Tratamento paisagístico adequado, com vegetações que se “auto mantém”, destacando um eco ponto.

Portanto, o projeto de um parque urbano como um eixo tem como principal objetivo criar uma conexão que gere para além de circulação viária integração socio-ambiental, sendo este elaborado para associar vários equipamentos, criando um espaço interessante e convidativo. Nele, destaca-se a intenção de gerar um espaço público de lazer integrado na área urbana, a fim de transformar o território, promover qualidade de vida.

A aproximação destes espaços com a cidade atual é muito importante e a união desse eixo faz-se significativo para o contato com a população, compreendendo as suas necessidades, sendo capaz de incentivar e conduzir novos tipos de relações sociais, culturais e econômicas, nas distintas zonas.



Imagem 53: Fotografia da situação atual da Estrada RJ-151 em Santa Terezinha (Fonte: Google Earth, 2013)

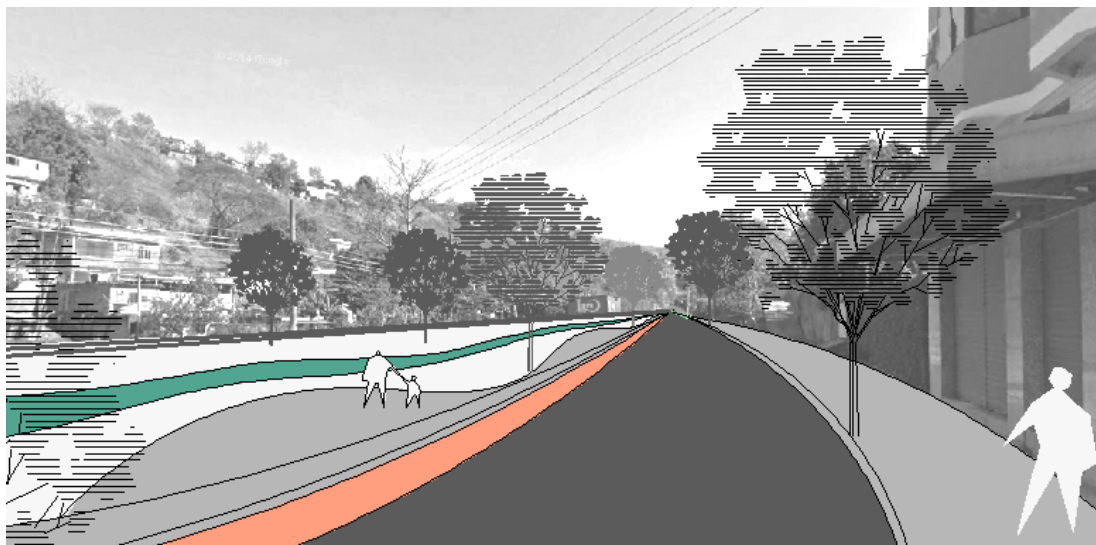


Imagem 52: Simulação da RJ-151 após sua revitalização da (Fonte: Autor, 2014)

VI.8.ii - Alça de Ligação entre Estrada União Indústria e Rodovia BR040

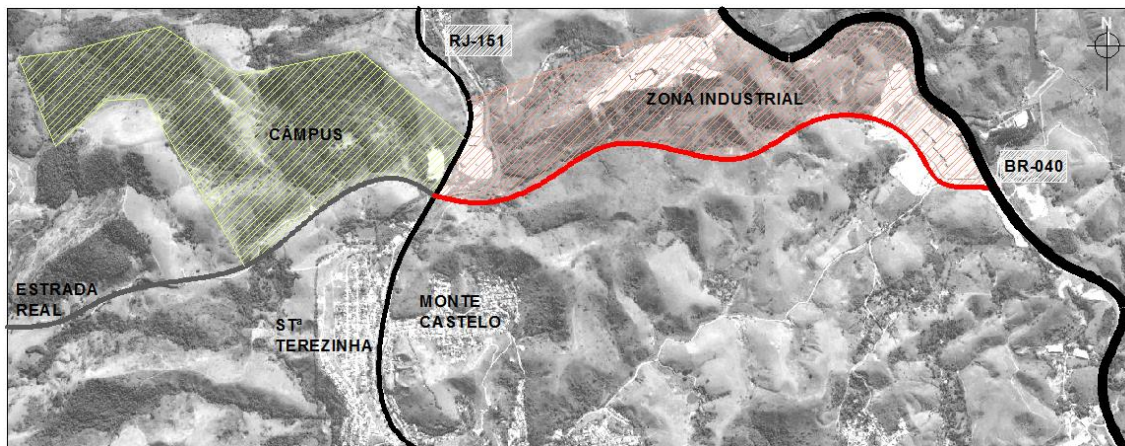


Imagem 54: Esquema com a demarcação da alça viária proposta (Fonte: Autor, 2014)

Três Rios apesar de contar com um sistema viário completo, capaz de centrifugar a maior parte do trânsito carece de um nó viário capaz de interligar a Rodovia BR040 Brasília-Rio de Janeiro com a Estrada União Indústria consolidando assim um importante cruzamento na principal zona de acesso ao Câmpus.

Este eixo com inicia-se no ponto de confluência da Estrada Real com a RJ 151, estendendo-se até à BR-040. Essa estrutura mostra-se fundamental na medida em que dirige o trânsito da BR040 diretamente até à Universidade reforçando o seu papel como porta de entrada da cidade de Três Rios e evitando o estrangulamento viário da malha leve da cidade.

Evidencia-se assim importância da criação desse trecho rodoviário na análise do projeto do novo câmpus, pois essa conexão tem lugar no principal ponto de acesso ao terreno proposto para o câmpus.

O trecho em evidência seria capaz de se torna um complemento a estrutura viária, hoje com a falta de um elo que conclua essa circunferência viária da malha central da cidade. Assim a importância de uma alça que conecte a estrada RJ-151 a estrada BR040 para a estruturação de um anel viário ao redor da cidade.

Sendo este um projeto fundamental, não só do ponto de vista do acesso ao câmpus, é também um projeto logístico para toda a cidade uma vez que atravessa uma zona industrial em pleno desenvolvimento, local de suma importância para as atividades econômicas da região. Este eixo permitiria atrair ainda mais investimentos, ampliando as oportunidades de investimentos privados ao longo do seu trajeto.

Ainda dentro dos benefícios que este projeto poderia gerar encontra-se:

- Redução do tempo de viagem na conexão São Paulo-Minas Gerais;
- A reduzir o fluxo de trânsito pesado no centro da cidade de Comendador Levy Gasparian.

Assim este projeto traria benefícios não só a cidade de Três Rios, mas também a cidade de Comendador Levy Gasparian localizada a norte da cidade de Três Rios que tornou-se ao longo dos anos um eixo de passagem de uma importante via de conexão entre as cidades de Juiz de Fora e de Três Rios. No entanto a grande quantidade de fluxo automóvel que circula nessa estrada e que cruza diretamente a malha urbana de Comendador Levy Gasparian, gera transtornos, influenciando negativamente a qualidade de vida da população. Fato que se refletiu diretamente na estrutura urbana do município, estrangulando o seu crescimento.



Imagem 55: Estrada RJ-151 no cruzamento o centro do Município de Comendador Levy Gasparian (Fonte: Google Earth, 2014)

Seria importante que á semelhança do que é proposto para Tres Rios o troço da RJ entre Comendador Levy Gasparian e a cidade de Três Rios passe também por um projeto de reabilitação, humanizando esse percurso e transformando-o se numa estrada de tráfego leve minorando assim a poluição acústica e atmosférica.

À semelhança da proposta de revitalização aqui referida para Três Rios seria também adequada a inserção de ciclovias, melhorias de iluminação e melhores passeios para facilitar a ligação da cidade de Comendador Levy Gasparian ao câmpus sendo essa uma mais valia no pensamento de sustentabilidade sócio-regional.

Esse projeto vai além das questões de trânsito, incrementando o urbanismo e o vínculo dos municípios de Comendador Levy Gasparian com Três Rios tendo como foco de união entre as duas cidades o câmpus universitário. Seria de esperar um incremento no desenvolvimento urbano em Comendador Levy Gasparian no sentido norte-sul.

Assim para além do benefício de encurtar as diastâncias, este troço permitiria “dessafoogar” o trânsito da RJ-151 permitindo sua revitalização e impactando diretamente na malha urbana de Comendador Levy Gasparian que cresce ao longo dessa importante via de comunicação. A revitalização desse eixo, com melhoria dos passeios e a inserção de ciclovias diminuiria o fluxo de carros, tendo a bicicletas como um meio de transporte alternativo; facilitando o acesso pedonal podendo assim incrementar o comercio na área e dinamizar a oferta imobiliária na região.

CONCLUSÕES

Ao longo deste trabalho, tratamos de compreender de que forma o Câmpus Universitário pode influenciar na estrutura e na qualidade de vida de uma cidade, interpretando o Campus Universitário como um espaço público e gerador de mais-valias para a cidade/região em que se insere.

Iniciamos esta tese buscando compreender a importância do planejamento e da gestão dos espaços públicos explorando o conceito de equipamentos urbanos, a sua relação com o meio em que se envolvem e a sua alta capacidade transformadora quando adequadamente tratados. Ao mesmo tempo lançamos um olhar mais atento às políticas públicas Brasileiras e o modo como o Brasil encara os seus equipamentos urbanos e como gere esses equipamentos. Evidencia-se a carencia de espaços públicos no país, mas sobretudo a sua má utilização e distribuição, que impedem o país de rentabilizar esses equipamentos. A reflexão sobre os erros das políticas públicas brasileiras teve como objetivo evitar a repetição de erros cometidos no passado e ofereceu-nos as bases para iniciar o debate sobre a instalação de grandes equipamentos urbanos.

Para o debate de políticas públicas evocaram-se as experiências vivenciadas por Portugal nos últimos 40 anos, tomando essas políticas como um exemplo e extraindo as suas melhores características aproveitando a proximidade cultural e política reesalvando, as diferentes realidades encontradas nos dois países.

Assim buscamos compreender como o Campus Universitário pode ser interpretado como um importante espaço de desenvolvimento urbano. Esse entendimento deu-nos base para um estudo mais responsável, focado na importância da gestão pública destes espaços e de que forma devemos sintetizar em seus projetos as carências sociais onde se inserem.

Para melhor trabalhar o tema, busca-se esclarecer os conceitos que definem o próprio câmpus e apresenta-se um recorrido da sua evolução ao longo da história ocidental, classificando-os em diferentes tipologias de forma a compreender os parâmetros urbanos a que cada câmpus se associa. Deste modo tornam-se claros os diferentes

contatos sociais que o câmpus universitário foi tendo ao longo da história, projetando de mais ou menos a sua influência no quotidiano da cidade e do seu urbanismo.

No capítulo III, o trabalho apresenta três câmpus universitários e a relação de cada um deles com a cidade onde se insere. Constata-se que todas essas cidades, de alguma forma, tomaram este equipamento como um mecanismo singular de desenvolvimento do seu território embora cada uma o tenha feito por diferentes meios. A malha urbana da cidade de Vila Real desenvolve-se em direção ao câmpus apoiada por um planeamento urbano prévio, ao passo que a Universidade de Aveiro surge como um complemento da malha urbana já existente. Por outro lado o Câmpus da Universidade Federal de Juiz de Fora tem um papel decisivo na reabilitação de uma área reprimida da cidade. Assim, nos três casos apresentados o câmpus surge como o principal promotor de desenvolvimento da zona em que se inserem.

Os câmpus universitários conseguem através de um bom planeamento, proporcionar mais do que uma área educacional sendo um vital promotor de qualificação urbana, social e ambiental. São igualmente capazes de influir diretamente na sociedade onde se insere, e ultrapassando os limites da cidade, difundindo-se tanto local como regionalmente. Esta influência nota-se não só no campo educacional, mas também nas questões culturais e económicas tornando-se um elemento polarizador.

O trabalho analisa a situação geográfica, económica e politicamente favorável da cidade de Três Rios para o desenvolvimento de uma estrutura académica. Sendo um município próspero, com facilidade acesso a diferentes zonas do país e algumas das suas principais cidades.

No decorrer dos últimos trinta anos a cidade de Três Rios tem experimentado uma gradual, mas constante evolução do ensino superior na sua estrutura. Esse processo inicialmente lento sofreu uma importante aceleração nos últimos anos com a chegada de novas instituições de ensino superior e o crescimento das previamente existentes. Com isso o município assume a necessidade de pensar e programar o futuro das universidades no seu território de modo afirmar-se como um centro universitário regional.

Na busca por uma melhor solução para o caso de Três Rios, o presente trabalho aponta como possível solução a integração de um campus universitário com dois projetos de ordem ambiental, a criação de uma APP e do Parque da Cidade, que já estavam programados pela cidade. Propoe-se assim a junção destes três projetos originando um Câmpus Parque. Convertem-se assim os anseios da cidade numa proposta plausível e socialmente sustentável. Sugerem-se dois caminhos para a gestão pública desse espaço de forma a tornar viável a sua concretização indicando apontando o formato de Pólo Universitário como a opção mais interessante na óptica de participação social e sustentabilidade orgânica.

Assim encontramos um terreno interessante capaz de atender à demanda projetual, contendo em seu espaço uma importante área com resquício de Mata Atlântica bem como uma topografia favorável e dinâmica. Este espaço apresenta-se como ideal para este projeto.

Este espaço possui um posicionamento estratégico na malha urbana de Três Rios, servindo-se de uma de suas mais significativas vias de conexão. Acresce a sua localização numa importante zona de interesse social, que atribui ao projeto um forte caráter regenerador. Torna-se assim obrigatório pensar num projeto que consiga exercer uma força centrípeta, atraindo para esta comunidade investimentos capazes de promover uma significativa melhora da qualidade de vida desta população.

Este trabalho traça linhas orientadoras que inicie a discussão de um plano urbanístico a acerca da ocupação do espaço. Propondo directizes a um diálogo harmonioso com o ambiente natural envolvente, de modo a respeitar e a equilibrar o seu uso ambiental e educacional.

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, N. A. et al.(2005) *Planejamento governamental para municípios: plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e lei orçamentária anual*. São Paulo: Atlas.

BRASIL (1988).*Constituição Federal Brasileira de 1988*.

BUCCI, Maria Paula, Dallari, (2002). *Direito administrativo e políticas públicas*, São Paulo: Saraiva, p. 264.

CALVO-SOTELO. (2007). P.C. European University – *American Câmpus: bridges between cultures*. In: Alessandra Pavesi. (2010).*Câmpus Universitários: um Compêndio de Idéias para seu Planejamento*. Anais do XI Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. p. 31-63.

CASTELLS, Manuel e BORJA, Jordi (1996). *As cidades como atores políticos*. (152-166) *Novos Estudos CEBRAP*, n.45, julho de 1996.

CORRÊA, Bianca Vieira. (2014). *O Parque Linear como Equipamento Urbano. Ensaio sobre a Cidade de Três Rios, Brasil*. Porto, Universidade Lusófona do Porto.

COSTA, Lúcio. (1997). *Registro de uma vivência*. São Paulo: Empresa das Artes.

COUTO, S. A. F. (1981) *Manual teórico e prático do parcelamento urbano*. Rio de Janeiro, Forense.

CUNHA, Rita Dione Araújo. (2002). *Os Usos, Funções e Tratamentos das Áreas de Lazer da Área Central de Florianópolis*. Florianópolis: Dissertação de Mestrado. UFSC

DOMINGUES, Alvaro. (2006). *Cidade e democracia*. (393 p) Lisboa: Ed. Argumentum.

FERRARI, Célson (1977). *Curso de planejamento municipal integrado*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora.

GAL, R. (1969) *Histoire de l'Education*, Paris, PUF, Col. Que sais-je?

JACOB, Celso A. R. (2004). *A educação venceu: uma saga em duas décadas, história e testemunhos*. Editar Editora Associada: Juiz de Fora (124).

LERNER, Jaime. (2003) *Acupuntura Urbana*. Rio de Janeiro: Editora Record.

MATTOS, et al. (2005). *Valoração econômica do meio ambiente dentro do contexto do desenvolvimento sustentável*. (p. 248- 259). *Revista Gestão Industrial*, v. 01, nº 1. Ponta Grossa – PR.

MOREIRA, Arthur Barroso. (2012). *Padronização da imprensa periódica: Uma análise a partir da evolução histórica dos jornais das cidades do Porto e de Juiz de Fora*. Porto: Universidade Fernando Pessoa [monografia de pós-doutoramento].

NEUMANN, R. A. (2000). *O papel do estado e as políticas públicas na educação superior do Chile*. In: Bosi, A.; Ramos, M. N.; Silva, A. C.; Neumann, R. A.; Gauger, J.-D. Cadernos Adenauer 6. Universidade: Panorama e perspectivas. São Paulo: Fundação Jonrad Adenauer.

NISKIER, Arnaldo (2012). *As travessuras de Darcy Ribeiro*. (pág.: A15) Correio Braziliense / - OPINIÃO, Sex, 2 de Novembro de 2012. Brasília, DF

NUNES, João Arriscado; SERRA, Nuno e Santos B.S. (2003). *Casas decentes para o povo: movimentos urbanos e emancipação em Portugal*. Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

ORTIZ, R. A. (2003). *Valoração econômica ambiental*. (p. 81 - 99). In: May, P. H.; Lustosa, C. L.; Vinha, V. (Org.). Economia do Meio Ambiente. Elsevier. Rio de Janeiro.

PINTO, G. de A.; BUFFA, E. (2009) *Arquitetura e educação: câmpus universitários brasileiros*. São Carlos: EdUFSCar,

PORTAS, Nuno (2004). *A Habitação social: Proposta para a metodologia da sua Arquitectura*. Porto, FAUP.

RIBEIRO, A. L. (2008). *Câmpus universitários: desenvolvimento de suas estruturas espaciais*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)—Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, Universidade Presbiteriana Mackenzie.

ROLNIK, Raquel. (1997) *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. Fapesp, Studi Nobel.

ROSSA, Walter. (2006). *Roteiro Campus da Universidade de Aveiro*, (pag 23) Universidade de Aveiro.

SANTOS, F. F. et al. (2008). *A utilização da gestão do conhecimento no processo de valoração econômica ambiental*. (p. 107 - 120). Revista Gestão Social e Ambiental, V. 2, nº 1. Santa Catarina.

SANTOS, R. S.; RIBEIRO, E. M. (2004) *Poder municipal: participação, descentralização e políticas públicas inovadoras*. In: ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA DA ANPAD, 1., Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Enapg, 2004.

SCALISE, W. (2002). *Parques Urbanos - evolução, projeto, funções e uso*. (p. 17 - 24) Revista Assentamentos Humanos, V. 4, nº 1. Marília – SP.

SOUZA, Marcio de Oliveira Resende. (2013). *O programa MEC / BID III e o CEDATE na consolidação dos Câmpus Universitários no Brasil*. Juiz de Fora: UFJF. [Tese de Mestrado em Ambiente Construído - Faculdade de Engenharia]

TEIXEIRA, Ezilma Maria. (2004). *Aprendendo Nossa Terra; Três Rios*. Três Rios: Editar Associada.

TORRES, Maria Guadalupe Cortés. (2000) *El Equipamiento Urbano de La Educación Superior em La ZMCM*. In: Revista Gestión y Estrategia.

ULTRAMARI, Clovis e REZENDE, Denis Alcides (2001). *Mudanças e continuidades na gestão Urbana brasileira*. Instituto Paranaense de Desenvolvimento econômico e social. p.19-28

VIEIRA, P. F. (1995) *Dilemas Socioambientais e Desenvolvimento Sustentável*. (234 p) São Paulo: Editora da UNICAMP, 2ª ed.

Pesquisa na Internet:

Archive.today. (s.d.). *Juiz de Fora Minas Gerais - Uma breve história da Manchester Mineira*. [Em linha]. Disponível em <<http://archive.is/ABjLC>>. [Consultado em 14/09/2014].

BARCELLOS, P. F. P. (2002). *O Planejamento na Gestão Urbana*. Texto adaptado com base na compilação parcial de artigos e textos originais de Jay W. Forrester, John F. Collins, Michael Batty e publicações do Massachusetts Institute of Technology, EUA. . [Em linha]. Disponível em: <http://www.marvelconsulting.com.br/arquivos/artigo1.pdf>>. [Consultado em 06/01/2014].

BRASIL, PNV. (1973). - *Plano Nacional de Viação de 73*. [Em linha]. Disponível em <<http://www.transportes.gov.br/conteudo/60924>>. [Consultado em 04/04/2014].

Câmara Municipal de Vila Real. (s.d.). *Concelho: História*. [Em linha]. Disponível em <<http://www.cm-vilareal.pt/concelho-mainmenu-162/hist-mainmenu-165.html>>. [Consultado em 26/11/2013].

Câmara Municipal de Vila Real. (s.d.). *Município de Vila Real: Tradição e cultura*. [Em linha]. Disponível em <<http://www.cm-vilareal.pt/concelho-mainmenu-162/hist-mainmenu-165.html>>. [Consultado em 26/11/2013].

CAPMAGELLAN. (s.d). *Vila Real*. [Em linha]. Disponível em

< http://capmagellan.sapo.pt/other_detail/44/vila-real/>. [Consultado em 05/05/2014].

Entre Rios jornal on line. (2010). *Inauguração oficial da Latapack-Ball em Três Rios acontece hoje*. [Em linha]. Disponível em.< http://www.entreriosjornal.com.br/materias/20409/inauguracao_oficial_da_latapack_ball_em_tres_rios_acontece_hoje/>. [Consultado em 08/05/2014].

Governo do Estado do Rio de Janeiro, (s.d.). *Consórcio Cederj da Fundação Cecierj*. [Em linha]. Disponível em <www.cederj.edu.br/atlas/tres_rios.htm>. [Consultado 13/06/2013].

In Loko. (s.d.). *Câmpus de Santiago da Universidade de Aveiro*. [Em linha]. Disponível em <<http://arquiteturaportuguesa.blogspot.pt/2012/08/Câmpus-universidade-aveiro.html>>. [Consultado em 07/02/2014].

Infopedia-Enciclopédia e dicionários Porto Editora. (s.d.). Programa Polis. [Em linha]. Disponível em <[http://www.infopedia.pt/\\$programa-polis;jsessionid=jDR87JWdO9uG-CKQIAeZsw](http://www.infopedia.pt/$programa-polis;jsessionid=jDR87JWdO9uG-CKQIAeZsw)>. [Consultado em 26/11/2013].

ITR/UFRRJ, Instituto de Três Rios Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. (s.d.). *História*. [Em linha]. Disponível em: <<http://www.itr.ufrj.br/portal/instituto/historia>> [Consultado em 10/06/2014].

PINTO, Gelson de Almeida, BUFFA, Ester (s.d.). *Arquitetura, urbanismo e educação: campi universitários brasileiros*. [Em linha]. Disponível em <http://www2.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/519gelsonalmeidapinto_esterbuffa.pdf>. [Consultado em: 06/08/2014].

Prefeitos e Governantes, (s.d.): *Município de Três Rios. Três Rios é Destaque no cenário nacional*. [Em linha]. Disponível em: <<http://www.prefeitoregovernantes.com.br/component/content/article/83-destaque/1113-tres-rios-e-destaque-no-cenario-nacional>>. [Consultado em: 06/08/2014].

Prefeitura de Três Rios. (s.d.). [Em Linha]. Disponível em <www.tresrios.rj.gov.br/m_invista.asp>. [Consultado em 13/06/2013].

SOUZA, Fernando (s.d.). *Vila Real: A memória de uma cidade*. Revista da faculdade de letras.(271-286p). . [Em linha]. Disponível em <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2144.pdf>>. [Consultado em 03/04/2014].

Subchefia para assuntos jurídicos da Casa Civil da Presidência da República do Brasil. (2010). *Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010*. [Em linha]. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/Lei/L12378.htm>. [Consultado em 08/03/2014].

ULTRAMARI, Clovis (2006) *Grandes Projetos Urbanos No Brasil: Conceitos, Contextualização E Discussão De Três Casos*. [Em linha]. Disponível em <<http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/article/view/1008/755>>. [Consultado em 06/02/2014].